

**FABIANA APARECIDA BIANCHINI**

**VILA TORRES – CURITIBA/PR: OS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO E AS  
RELAÇÕES DE PODER**

**CURITIBA  
2006**

**FABIANA APARECIDA BIANCHINI**

**VILA TORRES – CURITIBA/PR: OS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO E AS  
RELAÇÕES DE PODER**

Dissertação apresentada como  
requisito parcial à obtenção do  
grau de Mestre em Geografia,  
Curso de Pós-Graduação em  
Geografia, Setor Ciências da  
Terra, Universidade Federal do  
Paraná.

**Orientador: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil**

**CURITIBA  
2006**

## **DEDICATÓRIA**

De maneira especial, ao meu querido companheiro Ascísio, por sempre compartilhar os momentos importantes de minha vida e incentivar os meus estudos.

Aos meus pais Maria da Luz Bianchini e Adelino Bianchini pelos princípios e valores que ensinaram a delinear o meu caminho.

Também aos meus irmãos Fátima Regina Bianchini e Flávio José Bianchini pelo carinho e por me ensinarem a acreditar nos estudos.

Meus cunhados, Mariângela, Abner e sobrinhos pela solidariedade e torcida.

Aos meus sogros Terezinha e Sebastião pelo carinho e atenção nos momentos difíceis.

Aos amigos do coração Teresa, Fernando e a minha “meia-irmã” Margarete pelo companheirismo e cumplicidade na jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil, pela acolhida e orientações.

A todos os Professores que participaram do meu processo de formação acadêmica, em especial ao Prof. Dr. Antonio Carlos Pinheiro da graduação, sempre otimista e confiante numa Geografia Solidária.

Agradeço também ao Secretário do Mestrado, Luis Carlos Zem, pela atenção e gentilezas.

Aos meus colegas do Mestrado, em especial a Adriana Ortolan pelo carinho, amizade e solidariedade.

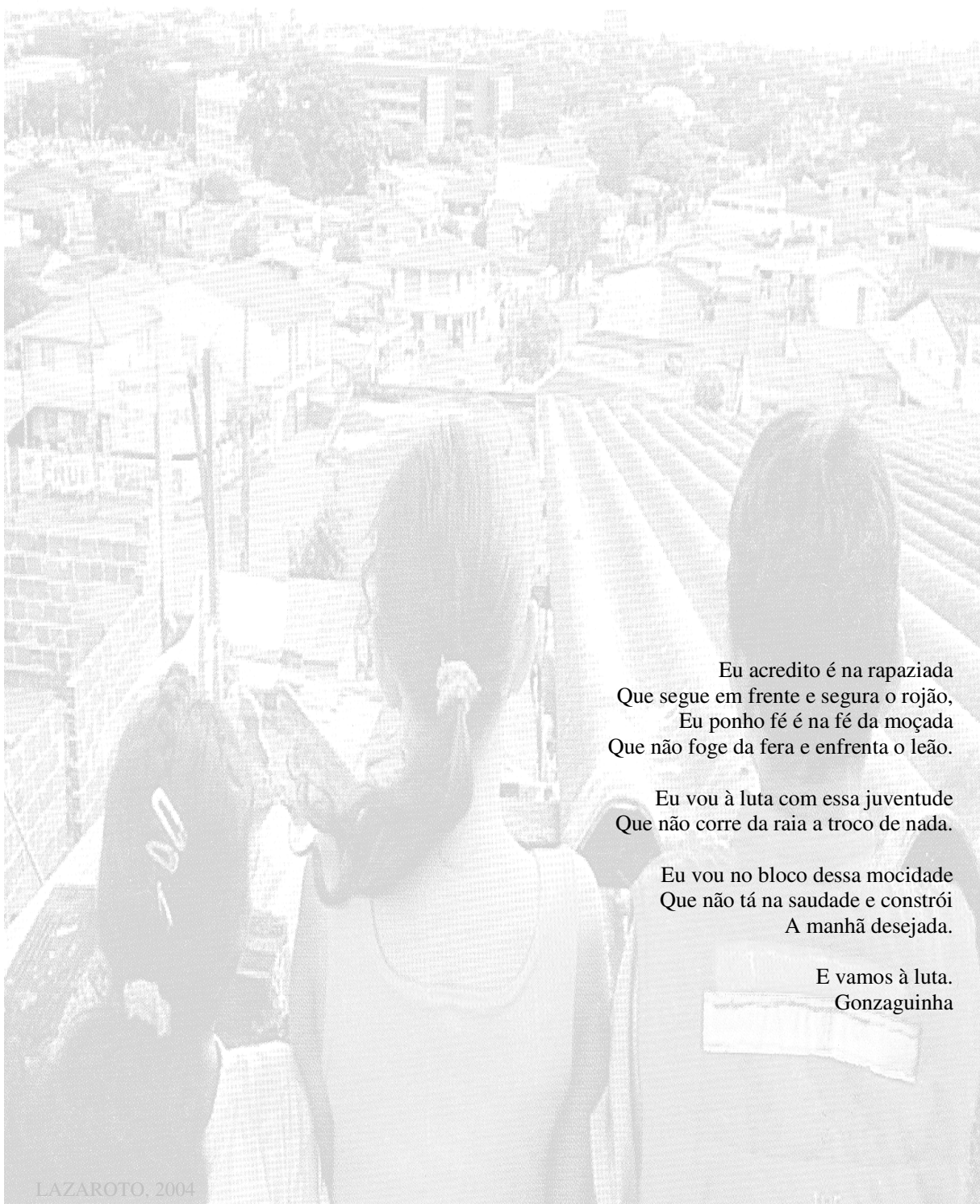
Aos amigos que sempre acreditaram e incentivaram os meus estudos: Marinês, Dulce e Eduardo, Francisco Bocca, Paulo Vicentini, Adriana e Adriano, Josianne, Roberto e Mauricéia, Francisco Godói, Ivanilda e Lyard Ferreira.

Aos colegas do Colégio Estadual Mal. Cândido Rondon de Curitiba/PR pela torcida e companheirismo, em especial para Sônia Fávaro, Lisiane Cristina Amplatz e Roberta Ebrahim Engel.

Em especial a alguns amigos que contribuíram e apoiaram com material e colaboraram de forma didática com paciência e cumplicidade: Odissea Boaventura Oliveira, Elizabete Amorim, Marcos Francisco Martins, Marilde Briski e Luiz Young da Pastoral Operária.

Aos moradores da Vila Torres pela contribuição, carinho e atenção, em especial a Roseane e Ezequiel.





Eu acredito é na rapaziada  
Que segue em frente e segura o rojão,  
Eu ponho fé é na fé da moçada  
Que não foge da fera e enfrenta o leão.

Eu vou à luta com essa juventude  
Que não corre da raia a troco de nada.

Eu vou no bloco dessa mocidade  
Que não tá na saudade e constrói  
A manhã desejada.

E vamos à luta.  
Gonzaguinha

## **RESUMO**

Neste estudo investigamos, com os fundamentos numa Geografia que valoriza a importância do cotidiano, a experiência dos grupos sociais e o reconhecimento dessa ação sobre o território, um espaço da cidade de Curitiba que relata a organização de moradores migrantes em busca de uma moradia. Por isso a escolha da Vila Torres, por possuir um histórico que preenche o interesse em estudar este contexto. Tentaremos demonstrar que não são somente as questões econômicas que determinam as regras na construção do espaço urbano, mas que existem outros fatores influenciando essas escolhas e os traçados das estruturas sociais, podendo colaborar para a organização social desses moradores em seu cotidiano. A experiência dos grupos sociais será o objeto principal deste estudo em relação à sua manifestação no espaço que habitam, trabalham, consomem, produzem e participam de atividade cultural, lazer e ao mesmo tempo, a correlação que essas atividades refletem nas formações sociais. Para fundamentarmos teoricamente estes conceitos sobre as relações de poder e espaços de representação, usamos como referência obras de MICHEL FOUCAULT e HENRI LEFÉBVRE. Ambos trataram de problemas sociais, políticos e espaciais diferentemente da grande maioria dos autores de suas épocas, discutindo e apresentando os temas vinculados aos conflitos de nossa sociedade, sob um enfoque que considera a experiência e o cotidiano fundamentais para refletirmos sobre a vida urbana.

**Palavras-chave:** poder, representação e cotidiano.

## **ABSTRACT**

In this study we investigated, with the foundations on a Geography that valorize the importance of daily routine, the experience of the social groups and the recognize of that action about the territory, a space of Curitiba city that report the organization of the migratory residents to search another place to live. For that, the choice of Vila Torres, for have an historic that fills the interest in study in this context. We try to demonstrate that it isn't only the economics questions that determine the construction rules of the urban space but that there are another facts influencing those choices and the traces of the socials structure, it can collaborate for the social organization of those residents in their daily. The social groups experience will be the main object of this study in relation of their demonstration in the space that they live, work, spend, producing, and participate of the cultural activity, leisure and the same time, the relation of those activities reflect in the social formation. For foundation in theory these concepts about the relation of can and representation spaces, we use as reference book of MICHEL FOUCAULT and HENRI LEFÉBVRE. Both concerned about social problems, politics and spatial differently of the most part of the authors from their age, discussing and presentation the teams that involve conflicts of our society, under an hang that consider the experience and the daily routine fundamentals for reflections about urban life.

**PALAVRAS-CHAVE:** to can, representation and daily.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1</b> – FOTO DA RUA GUABIROTUBA SENTIDO PRADO VELHO – JARDIM BOTÂNICO .....	76
<b>FIGURA 2</b> – FOTO DA RUA GUABIROTUBA SENTINDO JARDIM BOTÂNICO – PRADO VELHO .....	76
<b>FIGURA 3</b> – MAPA DA VILA TORRES .....	78
<b>FIGURA 4</b> – FOTO DO RIO BELÉM NA VILA TORRES .....	80
<b>FIGURA 5</b> – MAPA DA LOCALIZAÇÃO DA VILA TORRES .....	85
<b>FIGURA 6</b> – PROPAGANDA DO CITY TOUR EM CURITIBA .....	88
<b>FIGURA 7</b> – MAPA DO TRAJETO DO ÔNIBUS TURÍSTICO .....	89
<b>FIGURA 8</b> – FOTO DA IGREJA CONGREGAÇÃO CRISTÃ DO BRASIL NA VILA TORRES .....	100
<b>FIGURA 9</b> – FOTO DA IGREJA CATÓLICA NA VILA TORRES .....	101
<b>FIGURA 10</b> – FOTO DO POSTO POLICIAL NA VILA TORRES .....	101
<b>FIGURA 11</b> – FOTO DA UNIDADE DE SAÚDE CAPANEMA .....	102
<b>FIGURA 12</b> – FOTO DA CRECHE MUNICIPAL NA VILA TORRES .....	102
<b>FIGURA 13</b> – FOTO DO CURSÃO DA VILA .....	103
<b>FIGURA 14</b> – DESENHO FEITO POR MORADOR SOBRE O LAZER NA VILA .....	108
<b>FIGURAS 15 e 16</b> – DESENHOS SOBRE A AMIZADE NA VILA .....	111 e 112
<b>FIGURA 17</b> – DESENHO SOBRE AS INSTITUIÇÕES PRESENTES NA VILA .....	113
<b>FIGURA 18</b> – DESENHO SOBRE A TERRITORIALIDADE CONSTRUÍDA PELOS MORADORES .....	115
<b>FIGURAS 19, 20 e 21</b> – DESENHOS SOBRE A CONQUISTA DE UM ENDEREÇO .....	116 e 117
<b>FIGURA 22</b> – DESENHO SOBRE A LOCALIZAÇÃO DA VILA TORRES .....	118
<b>FIGURAS 23, 24 e 25</b> - DESENHOS SOBRE O POSTO DE SAÚDE .....	120 e 121
<b>FIGURA 26</b> - DESENHO SOBRE IGREJAS .....	123
<b>FIGURAS 27 e 28</b> - DESENHOS SOBRE CARRINHEIROS .....	126 e 127
<b>GRÁFICO 1</b> – PERÍODO QUE MORADORES ESTÃO NA VILA .....	106
<b>GRÁFICO 2</b> – ESCOLARIDADE DOS MORADORES .....	107
<b>GRÁFICO 3</b> – CARRINHEIROS NA VILA .....	108
<b>GRÁFICO 4</b> – RELIGIÃO DOS MORADORES .....	109
<b>GRÁFICO 5</b> – ORIGEM DOS MORADORES .....	110
<b>QUADRO 1</b> – DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS RECENTES NO PARANÁ (1995-96) .....	69

<b>TABELA 1</b> – TAXAS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL PARA A POPULAÇÃO TOTAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS E METRÓPOLES 1950/91 .....	61
<b>TABELA 2</b> – POPULAÇÃO DE CURITIBA E SUA PARTICIPAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA E NO ESTADO DO PARANÁ .....	62
<b>TABELA 3</b> – POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO ESTADO DO PARANÁ 1960–2000 .....	65
<b>TABELA 4</b> – COMPOSIÇÃO DO PIB DO PARANÁ (%) – 1970/80/85/88 .....	68
<b>TABELA 5</b> – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA – PEA – DO MUNICÍPIO DE CURITIBA – 2000 E PROJEÇÃO DE 2003 A 2006 .....	75
<b>TABELA 6</b> – FREQUÊNCIA E PERCENTUAIS DE NASCIDOS VIVOS EM CURITIBA E VILA TORRES – PERÍODO 1997/99 .....	79

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. AS RELAÇÕES DE PODER E OS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
2.1. OS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO .....	19
2.2. AS RELAÇÕES DE PODER .....	37
<b>3. A VILA TORRES E CURITIBA .....</b>	<b>52</b>
3.1. A CIDADE DE CURITIBA .....	54
3.2. ASPECTOS GERAIS DA VILA TORRES .....	75
<b>4. OS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO E AS RELAÇÕES DE PODER NA VILA TORRES .....</b>	<b>93</b>
4.1. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS .....	105
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>131</b>
<b>FONTES E REFERÊNCIAS .....</b>	<b>136</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>140</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Neste estudo investigamos, com os fundamentos numa Geografia que valoriza a importância do cotidiano, a experiência dos grupos sociais e o reconhecimento dessa ação sobre o território, um espaço da cidade de Curitiba que relata a organização de moradores migrantes em busca de uma moradia. Por isso a escolha da Vila Torres, por possuir um histórico que preenche o interesse em estudar este contexto.

Outro objetivo importante desta pesquisa é que, com o resultado deste trabalho, a prioridade deste material será de subsidiar os moradores da Vila Torres, através de sua associação, a terem uma noção mais precisa da importância das relações de poder que existem entre os envolvidos como determinante nos espaços de representação que são traçados pela contradição.

Tentaremos demonstrar que não são somente as questões econômicas que determinam as regras na construção do espaço urbano, mas que existem outros fatores influenciando essas escolhas e os traçados das estruturas sociais, podendo colaborar para a organização social desses moradores em seu cotidiano. Além de contribuir na ampliação do acervo sobre a experiência do movimento e da Vila, com o que pensamos retribuir a atenção e as informações fornecidas para esta pesquisa.

Acreditamos que nossa experiência em participar, há vários anos, de movimentos sociais (pastoral operária, partido político e sindicato) e nossa prática docente na rede pública tenha auxiliado e influenciado a opção por este estudo. Essas atuações nos possibilitaram adquirir algumas características pessoais que, nesse momento, facilitam o contato e o diálogo com moradores de periferia e a lidar com questões que envolvam grupos sociais. Também destacamos preocupação em colaborar com esses moradores, ajudando numa ampliação do conhecimento referente à Vila Torres com novas análises e estudos teóricos sobre os problemas que envolvem esta comunidade.

Por esses motivos, este tema nos despertou empatia e pronto interesse em conhecer a experiência e o universo dessa ocupação. O que também nos faz ter a preocupação em reverter para a sociedade à divulgação da pesquisa por meio de um conhecimento prático e didático, isso reforça a escolha por uma investigação vinculada

a um assunto de âmbito social e cultural, principalmente para quem teve o privilégio de utilizar a Universidade Pública no Brasil como pesquisador.

A experiência dos grupos sociais será o objeto principal deste estudo em relação à sua manifestação no espaço que habitam, trabalham, consomem, produzem e participam de atividade cultural, lazer e ao mesmo tempo, a correlação que essas atividades refletem nas formações sociais.

Vale aqui destacar o que estamos considerando como cultura, segundo Wagner e Mikesell, (2001 p.28). Em nossa visão, ela está relacionada aos aspectos principais do ser social na sua prática coletiva, como trabalho, consciência e relação homem e natureza. Como resultado dessa prática temos, nas diferentes paisagens, distintos modos de vida e produções simbólicas, fatores singulares nas experiências sociais e coletivas em ocupações territoriais.

Considerando que as relações sociais refletem nas representações construídas ao longo do tempo em nossa sociedade e estas relações adquirem especificidades conforme sua localização e expressões populares, examinar este tema pareceu-nos interessante na medida em que estuda um problema geográfico sob uma abordagem diferenciada daquelas que sempre observamos nos estudos da cidade, muitas vezes valorizando apenas o valor econômico.

Sabemos que a atuação da sociedade num determinado espaço é uma ação que envolve a relação de poder e a representação deste num tempo material e simbólico, em sua produção e comunicação e não somente a disputa econômica e imobiliária de dos locais disputados.

Como Foucault (2003, p.158) mesmo apresentou em depoimento à revista Hérodote sobre o conhecimento científico na geografia:

Reprovaram-me muito por essas obsessões espaciais, e elas de fato me obcecaram. Mas, através delas, creio ter descoberto o que no fundo procurava: as relações que podem existir entre poder e saber. Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transparência pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos.

Neste estudo, o objetivo principal foi investigar como os espaços de representação e as relações de poder que contrastam entre os moradores da Vila Torres



e dos seus bairros vizinhos, Jardim Botânico e Prado Velho, da cidade de Curitiba/PR refletem na experiência das pessoas que convivem em territórios desiguais, assim como também descrever as relações de poder entre os grupos que residem num mesmo espaço urbano e suas manifestações nos espaços de representação. Destacamos que a experiência e a construção das territorialidades desses moradores resultou nas “marcas do poder” tanto de instituições públicas e privadas como de pessoas presentes na Vila Torres.

Em princípio, destacamos alguns objetivos específicos que viabilizaram a pesquisa: caracterizar os territórios envolvidos – Vila Torres, Jardim Botânico e Prado Velho; verificar a estrutura dos espaços de representação da Vila Torres, conjuntamente com os espaços de representação dos bairros Jardim Botânico e Prado Velho; analisar as relações de poder entre os setores públicos, movimentos sociais atuantes na Vila Torres, principalmente a Pastoral Operária, a atuação das igrejas, a presença das instituições públicas como escolas, creches, posto de saúde e policial, a oficina de costura, a associação de bairros, enfim, com as instituições e pessoas envolvidas na Vila Torres.

Comparamos as relações do poder institucional e social das políticas presentes nessa estrutura territorial e os resultados do convívio mútuo nas representações do espaço de cada grupo. Para conseguirmos atingir esses objetivos, partimos de algumas perguntas que fundamentaram nossa proposta nesta pesquisa, como por exemplo:

Como esses moradores, que se apresentam em situação precária, convivem diariamente com espaços aos quais muitos não têm acesso? Esses contrastes presentes nas relações espaciais, sociais e econômicas entre estes moradores que convivem numa mesma região - Vila Torres, Jardim Botânico e Prado Velho - são aceitos naturalmente? Como essas pessoas aceitam os outros espaços de representação? De antemão temos algumas suposições dada nossa inserção na referida Vila.

O fato de esta Vila ser constituída num território que difere dos seus bairros vizinhos, ser próximo da região central, ter centros de estudos e Universidades e serviços bancários, comerciais, educacionais no seu entorno, além da Vila ser cortada por um dos rios principais da cidade, fez com que fosse um objeto de estudo com determinadas características que nos despertou um interesse em descobrir como as

reflexões teóricas sobre a experiência do cotidiano, as marcas e as relações de poder, seus espaços de representação tornam-se diferentes e originais para uma pesquisa que tenta aproximar o teórico e a vida prática.

Para fundamentarmos teoricamente estes conceitos sobre as relações de poder e espaços de representação, usamos como referência obras de Michel Foucault e Henri Lefévre. Ambos trataram de problemas sociais, políticos e espaciais diferentemente da grande maioria dos autores de suas épocas, discutindo e apresentando os temas vinculados aos conflitos de nossa sociedade, sob um enfoque que considera a experiência e o cotidiano fundamentais para refletirmos sobre a vida urbana.

Em relação ao procedimento metodológico optamos pela pesquisa bibliográfica em princípio, a realização de uma revisão das obras desses autores, assim como de seus comentadores e de autores que estudaram o poder, as territorialidades e os espaços de representação. A abordagem que procuramos dar ao trabalho traz, por um lado, uma forma descritiva e, por outro, algumas tentativas de realizar uma reflexão mais crítica, analisando esses temas e debatendo-os sob outro ponto de vista.

Foucault (2003) ao estudar como o poder se manifesta em nossa sociedade, destacou a importância de considerarmos o cotidiano como base para refletirmos sobre os conflitos, o controle e as disputas que afloram nas relações sociais. O enfoque que Foucault (2003) realiza sobre o poder é que este se manifesta nos mínimos detalhes das experiências humanas e não somente nas instituições privadas, públicas e nas religiosas, dando uma conotação diferente a esse tema em relação aos outros autores que já o estudaram. Apresenta o poder no cerne da convivência humana, nos seus variados aspectos dentro da família, na escola, no presídio, nos hospitais, nos ambientes de trabalho, em todo lugar que exista um vínculo entre as pessoas envolvidas.

Desta forma, a leitura desse autor nos esclareceu os motivos das diferenças que existem quando pensamos na estrutura física e no processo histórico da Vila Torres em relação aos outros bairros que a circundam, Jardim Botânico e Prado Velho.

Já com Lefévre (2001), o cotidiano é valorizado nos espaços de representação juntamente com a experiência desses moradores que resultará num espaço percebido, considerado por ele como sendo a prática espacial. O espaço concebido se refere às

representações do espaço e o espaço vivido, os espaços de representação. Às vezes o que observamos nessas experiências acaba resultando num rompimento desse padrão pela população carente ou na superação de seus problemas de forma imediata, utilizando recursos e propostas alternativas de sobrevivência e convívio, revertendo numa solução criativa e original.

Assim, a escolha pelo tema desta pesquisa deve-se ao desejo de estudar um problema urbano no âmbito da geografia, sob um enfoque que prioriza a relação de poder que se estabeleceu entre os distintos grupos sociais que habitam os espaços escolhidos, sem que necessariamente esteja em destaque a questão econômica que embasa as contradições sociais presentes nos aludidos bairros.

Cabe aqui esclarecer algumas de nossas suposições. Quando pensamos na situação desses moradores da Vila Torres, especialmente na sua condição social, extremamente destoante dos outros moradores dos bairros do Jardim Botânico e Prado Velho, e dos estudantes das instituições educacionais próximas, levantamos alguns pressupostos:

O convívio com a contradição estaria despertando diferentes tipos de análises e de manifestações desses moradores? Como as instituições particulares (escola, igrejas, comércio) e públicas (escolas, creches, posto de saúde e policial, igrejas) exercem suas marcas de poder na Vila Torres?

Essas questões surgem na suposição de que no momento em que as relações de poder transparecem, elas delimitam seus espaços de representação de diversas formas e símbolos, numa prática social. Já percebemos que esses temas apresentam uma diversidade de teorias e idéias que justificam como as relações de poder se manifestam nos espaços de representação. E esses espaços de representação são necessários para manter as relações entre os grupos sociais, mesmo sem haver uma convivência baseada na tolerância e no respeito do outro.

O que notamos é que as sociedades necessitam manifestar, através de seus espaços de representação, a busca de uma referência, de uma identidade, de seu grupo social, seu território, para assim delimitar a sua analogia naquele lugar. Por mais que observamos a situação precária e desumana em que habitam alguns desses territórios,

esses grupos sentem o dever de defendê-lo e melhorá-lo, percebemos que tudo isso se transforma num vínculo afetivo com essa realidade.

Por isso é que as relações de poder ocorrem de diversas maneiras, pois no momento em que na convivência, existe a troca de favores, obrigações e responsabilidades em manter um mínimo de respeito e tolerância com o diferente, o diálogo nesse cotidiano se faz indispensável. É como diz Raffestin (1993, p.53), “Toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade”.

Quando refletimos sobre as relações de poder, temos que considerar que elas predominam, inclusive, nas relações do cotidiano, entre os grupos sociais que sustentam os poderes institucionais, e que também não deixa de existir entre essas instituições públicas com a sociedade.

O interessante por essas informações teóricas se encontra no fato de elas mostrarem que as relações de poder não estão apenas nas mãos de uma minoria da população que direciona muitas vezes seus interesses pelos órgãos públicos que representam a sociedade. Mas também nas experiências de populares que resistem a todo tipo de preconceito, como o econômico, cultural, político e social, que não se sujeitam a uma dominação imposta sem buscarem alternativas e caminhos para demonstrar em o seu valor e merecimento de respeito, como na organização de uma associação de moradores, na conquista de áreas de lazer e de cultura, nas creches e escolas presentes nos bairros, nas oficinas de costura como alternativas de emprego, nas escolinhas de futebol, nas escolas de samba, enfim, nos diversos exemplos de superação das dificuldades pelo grupo.

Sobre os bairros Jardim Botânico, Prado Velho e a Vila Torres, realizamos um levantamento estatístico nos órgãos públicos como Prefeitura, Câmara Municipal, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e outros institutos de pesquisa em Curitiba como IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) e o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), bibliotecas públicas e privadas (principalmente em instituições educacionais) e outras fontes que se fizeram necessárias durante a pesquisa.

Os procedimentos práticos necessários à pesquisa foram: entrevistas selecionadas e quantitativas semi-estruturadas e de questionários qualitativos semi-abertos com os moradores dos bairros e pessoas envolvidas nesta ocupação territorial. O modelo do questionário está em Anexo 1.

A partir desta exposição geral, pretendemos organizar o presente estudo em quatro capítulos.

No segundo capítulo, dialogaremos sobre o assunto com os autores que propomos utilizar como base teórica, suscitando as hipóteses e pressupostos relacionados a este tema. Também iremos detalhar o porquê da escolha desses autores para pesquisar esta problemática urbana, já que também pertence aos estudos da Geografia.

No terceiro capítulo, iremos contextualizar as características principais de Curitiba, as quais acreditamos de suma importância para o nosso trabalho. Refletimos sobre como a cidade adquiriu um destaque nacional em relação ao planejamento urbano e a carência de moradia existente, além de descrever o surgimento da Vila Torres nesta situação e a importância do movimento social, da luta de seus moradores através da organização como forma alternativa de superar as dificuldades em seu cotidiano.

Também não podemos deixar de considerar que sendo uma ocupação localizada em Curitiba, temos que contextualizar as condições da cidade e seus aspectos sociais. Todas essas informações tornam-se necessárias para justificar os interesses deste estudo e sua importância no sentido de pensarmos em temas que envolvam a população, para que, conjuntamente, universidade e sociedade, possam melhorar as condições do nosso país.

Além da contextualização da cidade de Curitiba, destacamos alguns aspectos gerais da Vila, seu histórico e as condições em que foi parcialmente regularizada pela prefeitura. Estas informações foram obtidas através de documentos oficiais e dos próprios moradores, assim como de livros, teses e depoimentos.

No quarto e último capítulo, iremos discutir a ocupação através dos dados coletados pelos questionários e entrevistas. O contato com os moradores da Vila e de quem convive naquele território será fundamental para analisarmos e concluirmos as

nossas reflexões. Além disso, iremos apresentar a problemática que propomos discutir e analisar sobre as relações de poder e os espaços de representação, e de como isso reflete no cotidiano dos moradores.

Também utilizamos nesse capítulo alguns teóricos da geografia que destacaram a importância da participação da população e seu poder de decisão em seu envolvimento ou não numa pesquisa, e na construção de suas territorialidades, como Raffestin (1993). Na presença de edificações que adquiriram significados resultando em contestação e/ou manifestação a representações simbólicas utilizamos a análise feita por Corrêa (2005). Com Moura (1994), seus estudos nos auxiliaram na leitura das territorialidades formais e subjetivas presentes nas sociedades urbanas que selecionamos para nosso estudo representadas na Vila Torres, todos estes autores dialogam com Foucault e Lefévre utilizados como base teórica para fundamentar as nossas idéias.

Por último, as considerações finais que resumem as conclusões e finalizações desta pesquisa, que pretendeu conciliar um trabalho teórico recorrendo a autores de diversas áreas do conhecimento, como a Filosofia, Arquitetura, História, Sociologia com uma experiência concreta que aqui é representada pela Vila Torres.

## **2. AS RELAÇÕES DE PODER E OS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO**

A abordagem teórica desta pesquisa, a partir das obras de Foucault e Lefébvre, acreditamos ser o que oferece especificidade a este estudo, uma vez que investiga uma face pouco explorada na questão urbana, pois tem como finalidade debater o tema a partir dos recursos de outras áreas do conhecimento, que não apenas o da Geografia.

A escolha também por este tema, como ressaltado anteriormente, deve-se ao desejo de analisar um estudo de caso urbano no âmbito da geografia, sob um enfoque que prioriza a relação de poder que se estabeleceu entre os distintos grupos sociais que habitam os espaços escolhidos, sem que necessariamente esteja em destaque a questão econômica que embasa as contradições sociais presentes nos aludidos bairros, apesar de considerar que o capitalismo no século XX tenha ocupado e produzido o espaço, como destaca Lefébvre (1999).

Não queremos com isso negar as diferenças econômicas e sociais que existem nesse território, mas ampliar os estudos sobre o caso numa forma “original”, ou seja, considerando outros elementos e fatores que aí se aglutinam quando o assunto envolve fenômenos urbanos, ou seja, moradia, organização social, manifestações culturais, poder, representação, questão ambiental e outros aspectos que poderíamos estudar nesse mesmo território.

Destacamos novamente a importância do envolvimento do pesquisador universitário de instituição pública com temas que tragam uma reflexão à sociedade, pois ele pode oferecer à comunidade alguns subsídios que sejam complementares para sua atuação e organização.

Passamos então à apresentação de nossos conceitos bases de estudo.

### **2.1. ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO**

Para discutirmos sobre a questão urbana, iniciamos por uma idéia de Lefébvre (2001), destacada da apresentação do seu livro "O direito à Cidade": “Durante muitos séculos, a Terra foi o grande laboratório do homem; só há pouco tempo é que a cidade

assumiu este papel. Na direção da entrada para a prática de um direito: o direito à cidade, isto é, à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados”.

Para nós, esta problemática que sucinta a questão urbana, talvez, tenha paralelamente as duas realidades: as condições locais e cotidianas que englobam a solução dos problemas básicos num espaço urbano e as ligações com as estruturas mundiais, que nos atinge diretamente nas diversas áreas como comunicação, poluição, cultura, crenças, etc. Acreditamos que possa, inclusive, existir um intermediário entre as duas situações, mas o cotidiano assume o papel principal nesta abordagem. Como apresenta Harvey (2004), para entendermos um pouco o contexto atual da economia precisamos entender o microespaço do corpo relacionado ao macroespaço do mundo global, pois as mudanças ocorrem conjuntamente em nós e nas instituições.

Apresentamos algumas questões que consideramos importantes para a reflexão: por que estudar a cidade? O que uma ocupação tem de diferente em relação aos outros problemas? Por que relacionar o poder e as representações e suas manifestações na cidade?

Quando decidimos estudar a questão urbana, inicialmente pensamos naquilo que a cidade teria de diferente que acabaria aglutinando tantos temas que poderíamos analisar. Chegamos a algumas suposições, por exemplo, a de que sua história, sua importância, os atores envolvidos, seu futuro, enfim, o reflexo que ela tem sobre a sociedade humana é ao mesmo tempo única e expressiva conseguindo sobreviver, apesar de inúmeras dificuldades e mudanças, durante séculos.

As cidades podem ser consideradas centros de controle, concebidas para proteger e dominar. Segundo Foucault (2004), existem “pequenas táticas do habitat” que transformam o espaço geográfico delas em recintos fechados, de confinamentos, vigilância, disciplina social e diferenciação espacial. Estas características estariam relacionadas ao poder de decisão que a cidade adquiriu com o tempo, tornando-se um processo eficiente e influente.

Quando pensamos no histórico da cidade sabemos que sua origem remonta por volta de 3.500 a.C., mas o nosso destaque é para o período em que ela retorna com uma força diferente após o feudalismo. Ao observarmos este período, seu espaço



torna-se original, como um território que possibilitava o trabalho livre que acelerou o processo de mudança, “... a cidade aparece, então, como uma semente de liberdade; gera produções históricas e sociais que contribuem para o desmantelamento do feudalismo” (SANTOS, 1991, p.52).

A cidade transforma-se num lugar revolucionário, de opções profissionais e lucrativas, mesmo existindo diferenças sociais e econômicas relativas à época, proporcionando uma experiência da troca, não somente de produtos, mas também de encontros e culturas, passa a ser nesse sentido o resultado de outras cidades e lugares, lugar onde as idéias e as técnicas se difundem, surgindo novos padrões culturais para a sociedade.

Principalmente porque, nesse período, reuniam-se profissionais com formações cultas que pesquisavam e geravam desenvolvimento, nascendo com isso o que poderíamos chamar de um estilo de vida urbana refletindo em outras áreas sociais como: comércio, áreas agrícolas, manifestações culturais, poderes, comunicação, transporte, poluição, valores, símbolos, enfim, num leque de opções tanto positivas como negativas para os seres humanos.

Com o passar do tempo, observamos que a cidade perde esta característica de liberdade e criatividade para se tornar um espaço técnico e funcional, principalmente pelo aumento de seus moradores, dificultando uma flexibilidade em sua organização. Até o simples fato de morar, que é uma necessidade social, adquire aspectos de negociação, temos com isso “a crise teórica e prática da cidade”.

Nesta inversão de papéis, a cidade não criaria condições para que todos desfrutassem de seus serviços, desenvolvimento e opções de forma igual, ela apenas ofereceria sua estrutura como um produto de consumo que estaria à disposição de quem estivesse interessado em pagá-lo. Portanto, teríamos os lugares para turismo, bairros de estrangeiros, espaços para estudantes, pessoas vindas das periferias, comerciantes, industriais, sobrevivendo a cidade um duplo papel de “lugar de consumo e consumo do lugar”.

No entanto, durante o cotidiano de seus moradores, a organização e a necessidade conseguem superar algumas dessas “determinações”, resgatando muitas vezes aquela criatividade e liberdade originária da cidade com seus ideais de

democracia, desafiando as imposições e produzindo novos desenvolvimentos e opções de vida. A cidade apesar de seu ritmo, às vezes desenfreado, apresenta um aspecto que contribui muito para essas criatividade e liberdade, como o fato de ter um espaço que proporciona a possibilidade de experimentar na prática algumas idéias e teorias, mesmo quando estas possam ser consideradas desafiadoras e questionadoras.

Não podemos esquecer que os grupos humanos atribuem significados a seus territórios como parte de uma identidade compartilhada e integrada. Assim, a presença de diversas “tribos” na cidade amplia sua diversidade, podendo até gerar conflitos em suas disputas. Neste sentido, a Vila Torres, pelo que observamos, pode ser um exemplo, pois quando as pessoas decidiram ocupar aquele território para resolver seus diferentes problemas, esses moradores, além de lutarem pelo seu “direito à cidade”, não foram impulsionados por um sentimento de comunhão de estarem na mesma situação e experiência?

Portanto, toda a superação e resistência desses moradores, podem refletir nas subjetividades e nos sentimentos pelo resgate de um espaço que de repente se transformou num território construído, percebido e concebido, no qual todas estas representações caminhariam juntas com as atividades concretas e emergentes de sua comunidade.

A transgressão dos padrões arquitetônicos contribui para se criar mundos variados, tendo como resultado construções de moradias que desafiam as leis da gravidade, como por exemplo, ao estabelecerem-se na beira de um rio ou nas encostas dos morros ou, ainda, a utilização de materiais alternativos e recicláveis para edificar o sonho da casa própria, na busca da superação das dificuldades. Tal fato demonstra que somos seres transformadores e inventores de territórios, pois ocupamos lugares que pelas condições naturais, técnicas e econômicas seriam inadequados ou inviáveis e sem temer modificamos a paisagem.

Segundo Harvey (2004, p. 275):

Para dizer sem meios-termos, podemos nos pôr de pé e lutar, defletir a dificuldade convertendo-a em algo não-competitivo, cooperar, mudar as condições ambientais que geraram o problema, mudar de caminho ou situar-nos noutra horizonte temporal (por exemplo, retardar e deixar para um momento futuro).

Muitas vezes as representações a respeito da cidade são generalizadas numa visão técnica e pragmática restrita ao urbanismo, apenas apresentando uma concepção racional e econômica do uso do espaço urbano. No entanto, pode-se atribuir ao movimento organizado, geralmente presente nesses espaços, a responsabilidade por ter questionado, mostrado e desafiado as imposições institucionais, cobrando destas um tratamento no qual a realidade e as dificuldades da maioria das pessoas que ali vivem não sejam discutidas e apresentadas apenas como índices, pois ali existem sentimentos, vínculos, necessidades humanas que não devem ser ignoradas.

Julgamos que se a sociedade tivesse acesso a esse tipo de questionamento, poderia refletir sobre aquilo que está recebendo como informação pronta e acabada, poderia perceber a importância dessas manifestações organizadas, e que sem elas a aceitação, a ignorância dos fatos e a indiferença acabariam predominando na cidade.

Essas manifestações do cotidiano, como a organização de uma comunidade, marcam a história da cidade e acabam envolvendo as pessoas para que, ao invés de abandonarem seu território e retornarem ao campo, resolvam buscar soluções e alternativas para melhorar o seu local de encontro, de trabalho, seu bairro, os rios, por fim os lugares por onde circulam e convivem.

Lefébvre (1999), perante estas características discute, a diferença do termo urbano e cidade. Para ele, de um modo geral, são conceitos divergentes, advindos da industrialização, justamente no momento em que ela impôs o seu ritmo à sociedade moderna.

A cidade perde o seu perfil de aldeia ou de lugarejos, com os seus comércios locais e artesanatos, para se transformar num território urbanizado em que novos ambientes são criados em detrimento de outros. Influencia a concentração de população não somente nas regiões centrais, mas também nas periferias, o aparecimento de outras atividades (redes bancárias, comércio, agricultura, transportes), ampliando o seu domínio e gerando uma “descontinuidade” daquilo que era determinado em sua função. Acelera-se o ritmo da vida e geram-se novas formas de poder.

Ocorrem também mudanças na vida social e cultural dos moradores, nos seus costumes, sendo que as novas gerações assimilam esse novo ritmo e incorporam o

estilo urbano de viver, passando a ter preocupações com serviços de segurança, educação, moda, religião, greves, organização social, comunicação, tudo acontecendo num espaço amplo e próximo ao mesmo tempo.

Verificamos com isso, que numa ocupação como a Vila Torres, todas as suas manifestações e problemas parecem ganhar maior visibilidade do que em outros lugares da cidade, isso devido à proximidade direta dos fatos que envolvem os moradores e seus territórios com violência, conflitos, narcotráfico. Além do que, muitas vezes, o preconceito e a discriminação por parte de outros moradores de Curitiba contribuírem para reforçar essas características.

Portanto, percebe-se que, na medida em que a sociedade optou por esse estilo de vida nos centros urbanos, o urbanismo, com seu lado funcional, superou a cidade no que se refere às relações e organização social e espacial dos seus moradores. Ocorre com o processo da industrialização-urbanização uma maior racionalização e aplicação técnica no espaço da cidade, dividindo-o em áreas comerciais, residenciais, industriais, políticas, com o qual se desmembra o sentido integral que existia na sua origem.

No entanto, isso não significa que com esse processo, a vida da maioria da população tenha melhorado ou se tornado melhor do que era antes. Deve-se reconhecer que, para a maioria, houve avanços e oportunidades, além da possibilidade de organização e reivindicação, mas com o aumento de migrantes para os centros urbanos devido ao êxodo rural, os problemas se ampliaram e provocaram uma piora na qualidade de vida.

Quando um número determinado de habitantes é limitado para usufruir os serviços oferecidos por esta nova cidade, torna-se objeto de valor e disponível apenas para poucos, o que demonstra que a proposta racional de organização do espaço foi pouco capaz de fornecer soluções para os problemas urbanos, sendo estes amenizados com medidas paliativas, que só vem prolongando esta precária situação.

As ocupações irregulares acabam cumprindo um papel de mediador entre o campo e a cidade para quem não tem outra opção de emprego e sustento. A adaptação desse morador, muitas vezes, torna-se lenta, pois ele traz os costumes rurais consigo e com isso o rompimento torna-se mais lento.

Verificamos em algumas ações de moradores essa influência em seu cotidiano, por exemplo, a criação de animais domésticos (pássaros, gatos e cachorros) e para o seu sustento (cavalos, porcos, galinhas), de plantações básicas para sua alimentação como hortaliças e frutas. Trata-se de uma relação na qual o “homem deixa o campo, mas o campo não deixa o homem” o que é necessário para a sua sobrevivência nesta nova realidade. Poderíamos destacar outros costumes e várias manifestações referentes a esta adaptação que observamos nesses moradores, mas por não ser interesse nesse estudo descrevê-los, uma vez que “a cidade emite e recebe mensagens”.

Mesmo naqueles moradores da cidade que tem oportunidade e acesso aos serviços disponíveis, observamos uma insatisfação com o ritmo predominante que tenta determinar o urbanismo como uma organização industrial. Os desejos fundamentais de seus habitantes não são preenchidos com a estrutura oferecida e acessível. Esses espaços apresentam assim uma contradição, por um lado, oferecem as condições básicas de vida como lazer e eventos culturais, assistência médica e educacional, emprego e, por outro, desafiam a solucionar os conflitos que ultrapassam a escala racional do uso do território.

Podemos até considerar que a “socialização da sociedade” acabou repercutindo nessa resistência ao desafiar a realidade, a troca de experiência e o contato social entre as diferenças permitiram a criatividade e o uso de seus signos, resultando num modo verdadeiro e útil de conviverem nesse território.

Portanto, propomos aqui uma primeira definição da cidade como sendo a projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível com também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano. (LEFÉBVRE, 2001, p.56).

Com estas reflexões perguntamos: se a cidade é um espaço múltiplo e singular, num mesmo tempo e território, é possível que ela tenha donos?

Esta contradição, vivenciada na cidade, acaba resultando num tema que, mesmo estudado e analisado, não é esgotado pela sua riqueza de diversidades e incongruências. Pois temos, de um lado, a convivência rica das diferentes culturas e origens de seus habitantes que tanto pode gerar tolerância como solidariedade, companheirismo e identidade, e por outro lado, existe também o fenômeno da

segregação, visível na existência dos guetos, que entre cujos membros tem-se uma convivência harmoniosa, mas esta deixa de existir quando se lida com o outro, tido como “estrangeiro”.

Lefébvre (2001, p.94) considera que existem índices e critérios para classificarmos os diferentes tipos de guetos na cidade, como:

(...)os ecológicos (favelas, pardieiros, apodrecimento do coração da cidade), formais (deterioração dos signos e significações da cidade, degradação do “urbano” por deslocação de seus elementos arquitetônicos) e os sociológicos (níveis de vida e modos de vida, etnias, culturas e sub-culturas, etc.)(...).

Todos interagindo como resultado de uma ação social e política, que em teoria trabalha com a idéia de se estar num espaço urbano humanizado. Percebemos que, esta humanização do espaço urbano efetivamente acontece no momento em que a organização de grupos com origens de diferentes classes sociais adotaram iniciativas revolucionárias e buscaram soluções conjuntamente para resolverem problemas urbanos como alternativa em relação a determinações técnicas de arquitetura e urbanismo.

Nesta abordagem verificamos como afloram as divergências e objetivos que a cidade proporciona aos seus moradores, visto que na maioria das vezes o pensamento da parte técnica de administrar a cidade é de separar, desocupar; tornando-se pior a situação dos moradores quando se pretende agrupar e, então, as conseqüências normalmente são catastróficas.

Já na ação social e política, consciente ou inconsciente, a tendência de segregação atua até como estratégia de divisão de classes, representadas ou não pelos poderes públicos ou instituições privadas, pois reforçam e ajudam a aglutinar os mesmos interesses. Percebemos como distinção dessas ações as “marcas do poder” (Bettanini, 1982) que demarcam e registram sua presença e influência na cidade como um todo.

Durante nosso levantamento sobre a origem da cidade e o seu desenvolvimento histórico verificamos a presença marcante da influência da indústria na urbanização, o que nos fez pensar na seguinte hipótese: será que esta relação urbanização-industrialização não estaria com menos força atualmente? Caso seja verdade, se esse

ritmo estiver menor como seria a cidade sem esse determinante? O Terceiro Setor composto pela organização da sociedade civil em ONGs, associações e por entidades políticas, estariam tendo um esforço e expressão mais decisivos?

Pelo que observamos, a representação destas marcas de poder no território tem um significado espacial que simboliza e revela a comunidade e suas manifestações nos bairros da cidade. Consideramos que a produção humana é constituída simbolicamente e por conseqüência o seu modo de vida acaba também rodeado destas expressões simbólicas, apesar de muitas vezes serem apropriadas pelo mercado e transformadas em produto de consumo. Mas os símbolos têm o poder de integrar os diferentes grupos sociais, principalmente quando surge a necessidade de comunicação e troca de conhecimento.

No caso da Vila Torres, composta, no conjunto de seus moradores, por pessoas de experiências diversas vindas da área rural, ou de outros Estados e de cidades menores, acreditamos que as mudanças impostas a essas pessoas sofridas em suas vidas por terem que se adaptar a outra cidade, ou a outro bairro, a outros costumes, a uma estrutura física muito desigual da sua origem reflete na qualidade de vida. Sendo que muitas das pessoas que vieram para este local retornaram para onde vieram ou se mudaram daquele lugar para outro em Curitiba.

Porém, o convívio entre grupos distintos pode gerar envolvimento em lutas simbólicas para impor a definição do ritmo e das regras sociais conforme seus interesses. Lembramos que na Vila Torres existem vários símbolos que representam uma diversidade de grupos, um deles pertence ao Estado na sua forma diferenciada às das outras que é um posto policial 24 horas. Este destoa de outros símbolos presentes nesse território por possuírem outros objetivos de expressão e representação, como é o caso das igrejas, da escola pública (mesmo sendo um outro órgão do Estado), do posto de saúde, do curso pré-vestibular, da oficina de costura, do clube das mães, da escolinha de futebol e de outras instituições ou iniciativas da sociedade civil que propõem uma melhoria na vida dos moradores.

Consideramos que a representação desses grupos sempre é de forma coletiva e organizada, sendo interessante observar que até a distribuição de suas marcas de poder no território tem uma estratégia de destaque e referência para chamar a atenção e

reforçar a presença como forma de expressão. Bettanini (1982) destaca estas marcas no cotidiano chamando-as de “simbologia espacial”, nas quais repercutem em grupos sociais dentro de um contexto sócio-cultural nos seus processos intersubjetivos formando um conjunto de significados sociais atribuídos ao espaço por estes grupos.

É um movimento dialético de mudanças que caminha com a sociedade muitas vezes como consequência da busca de soluções para suas necessidades. Como se deu na Vila Torres, com a ocupação realizada às margens de um rio e depois a organização deste território em ruas e avenidas até a vinda de uma estrutura que garantisse uma melhor qualidade de vida para seus moradores. “O espaço de representação é portanto produto do código geral da cultura administrada pela ordem institucional. Como elemento de legitimação, o espaço de representação produz novos significados – em relação àqueles já atribuídos – aos processos institucionais, promove a integração.” (BETTANINI, 1982 p.97).

Segundo Bettanini (1982), este conceito de “espaço de representação” foi primeiramente construído a partir da teoria de um historiador alemão, Mosse, que utilizou a expressão para identificar os símbolos nas cerimônias e monumentos da Alemanha pré-nazista e nazista como “meios de auto-expressão nacional”. A partir disto outros teóricos utilizaram esta teoria para justificar suas idéias e pensamentos sobre o tema.

Mosse (1982) defendia que todas as representações realizadas pelo governo alemão tinham as mesmas semelhanças que um ritual sagrado, e que, não somente naquele momento histórico, isso se repetia em outras manifestações “laicas” de outras sociedades. Estas manifestações seriam uma maneira de registrar as suas diferenças afirmativas em relação às de outras comunidades, independente de sua influência e tamanho (bairro, cidade, estado ou país). A intenção, no caso alemão, era demonstrar que a superioridade de um território e de sua sociedade existe, que naquele lugar havia uma organização próxima da perfeição, com autenticidade e originalidade.

Essa idéia de usar a propaganda para divulgar uma imagem de cidade perfeita, a nosso ver, não poderia enquadrar-se neste tipo de manifestação? Não somente isso, mas também a propaganda governamental tem sido utilizada para vender a sua imagem, bem como incentivar o consumo de seus produtos “típicos”, turísticos e



negociar o seu território através da especulação imobiliária. “A espacialização do mundo teoriza, portanto “claramente” os lugares da exclusão e da não-contaminação”. (BETTANINI, 1982, p.109).

Devido a isso, que o significado do espaço ocupado é diferente de um espaço construído, pois chegar num território pronto e organizado significa deparar-se com uma representação. Quando outros personagens aparecem no contexto, influenciando e decidindo sobre o espaço a representação desse grupo também muda com o tempo, podendo dar lugar ao que poderíamos chamar de uma nova apropriação do espaço.

Segundo Soja (1996, p.66), para Lefébvre a diferença entre estes espaços, percebido, concebido e vivido, é muito marcante, ele distingue cada um deles considerando a experiência e o cotidiano como princípios de cada um. Seja na organização da vida e na prática dos populares com suas dificuldades e resistências, como também na administração pública e privada no uso do solo urbano.

Nesta mesma obra, Soja (1996) demonstra que Lefébvre diferencia os espaços da seguinte forma: espaço percebido como sendo a prática espacial; espaço concebido como as representações do espaço e no espaço vivido os espaços de representação. Estando os dois últimos interligados, porém diferenciados pelos objetivos políticos de sua atuação. Soja (1996, p.66) utiliza esses conceitos classificando-os como: espaço percebido seria o primeiro espaço, espaço concebido como segundo espaço e espaço vivido como o terceiro espaço, considerando este último o mais importante dos três.

Já para Soja (1996), a prática espacial define concretamente a realidade física na qual a sociedade transita. É a territorialidade de um grupo que produz o seu espaço material de forma socialmente construída envolvendo a atividade humana, seu comportamento, experiência e apropriação. A rotina e a necessidade de superar as dificuldades definem a idealização de uma alternativa ou adaptação de uma nova realidade na convivência de pessoas distintas, com origens e histórias diversificadas.

Podemos considerar este primeiro espaço como sendo o momento da praticidade que a sociedade busca para resolver os seus problemas, resultando numa produção e reprodução singular e dialética na sua construção, ou, nas palavras do autor: “Prática espacial, como processo de produzir a forma material da espacialidade

social, está desta forma apresentada como meio e consequência da atividade humana, comportamento e experiência”. (SOJA, 1996, p.66)<sup>1</sup>.

Uma das representações do espaço seria o espaço do planejamento urbano, burocrático e técnico, aquele que, para as instituições, da cabida a uma organização urbana construída sob a ótica de uma ordem prática de gabinete, que às vezes contempla o lado artístico proposto pelo arquiteto, mas no qual acaba imperando a relação de produção e o controle nas decisões.

Estas instituições possuem a vantagem de deter parte do conhecimento desses locais, assim, poderíamos incluir nesses territórios a construção das marcas de poder, pois são representações do poder presentes nos espaços, nas formas de controle e vigilância. Segundo Soja (1996, p.67), para Lefébvre “este é o espaço dominante em qualquer sociedade (ou modo de produção)<sup>2</sup>”.

Mas para ambos os autores, os espaços de representação (espaço vivido) teriam uma importância maior que os espaços percebidos e concebidos; o terceiro espaço acontece na interação do primeiro (espaço percebido) com o segundo (espaço concebido) surgindo como uma alternativa para as pessoas numa forma subjetiva de conviverem e superarem os transtornos, as crises e os obstáculos no cotidiano.

Soja (1996, p.67) destaca que os espaços de representação são vistos por Lefébvre como o espaço social, pois incorporam “simbolismos complexos, algumas vezes codificados outras não”, que se relacionam com o “lado clandestino ou subterrâneo da vida social<sup>3</sup>”.

Seria o espaço dos moradores, dos habitantes da cidade com os símbolos e significados que foram construídos no cotidiano.

Logicamente que entre esses habitantes existem pessoas com diferentes formações e visões de mundo, como poderiam ser artistas, escritores, cientistas, que analisam esses espaços representacionais. Com isso, o autor classifica o uso desse espaço em duas instâncias simultâneas: o espaço imaginário e o real.

---

<sup>1</sup> Spatial practice, as the process of producing the material form of social spatiality, is thus presented as both medium and outcome of human activity, behavior, and experience.

<sup>2</sup> “this is the dominant space in any society (or mode of production)”.

<sup>3</sup> “complex symbolisms, sometimes coded, sometimes not”.

A adaptação a uma nova realidade projetada a partir do âmbito do espaço imaginário, este resultante de um espaço experimentado e dominado, cuja mudança e apropriação se faz por meio da simbologia de seus objetos, na sua adaptação à nova realidade o espaço físico termina sendo superado pelas emoções e relações do convívio. É nesse espaço real onde ocorre o embate das relações de poder e o seu encaminhamento na organização e na execução de suas conquistas. A correlação desses dois espaços resulta no que Soja (1996) classifica como “contraespaços”, que poderíamos entender como espaços de resistência à ordem dominante, considerando a ação dos moradores da Vila Torres como um questionador da sua condição de espaço periférico ou marginalizado.

É a escolha política, o ímpeto de um projeto político explícito que dá atenção especial e particular relevância contemporânea para os espaços de representação, para o espaço vivido como uma locação estratégica desde cercar, entender e transformar potencialmente todos os espaços simultaneamente. Espaço social vivido, mais que nenhum outro, é o sem limite Aleph de Lefébvre, o espaço de todos, inclusive simultaneidades, perigo, tanto quanto possibilidades: o espaço de abertura radical, o espaço de luta social.<sup>4</sup> (SOJA, 1996, p.68).

Analisando a experiência dos moradores da Vila Torres, observamos esta manifestação examinando a opção por escolher um lugar que possui uma localização privilegiada, próxima ao centro de Curitiba, por buscarem uma estrutura física e social que lhes garantam uma vida digna, como energia elétrica, água, escolas, creches, posto de saúde, ônibus e outros benefícios que justifiquem a decisão em melhorar suas territorialidades ao invés de saírem daí para outro lugar de condições precárias.

Por isso, os espaços de representação, ou terceiro espaço como o classifica Soja (1996) envolvem vários fatores. Primeiro, a dificuldade em conseguir um espaço próprio, a qual segue a busca pela concretização dessa procura e pela garantia de uma sobrevivência estruturada. Também se relaciona a isso a necessidade de se identificar o novo endereço, através de valores e símbolos designados ao novo bairro que se assim transforma num lugar para a organização prática e social da vida de seus moradores. Organização que abrange desde as atividades básicas do cotidiano, como ir

---

<sup>4</sup> It is political choice, the impetus of an explicit political project, that gives special attention and particular contemporary relevance to the spaces of representation, *to lived space as strategic location* from which to encompass, understand, and potentially transform all spaces simultaneously. Lived social space, more than any other, is Lefebvre's limitless Aleph, the space of all inclusive simultaneities, perils as well as possibilities: the space of radical openness, the space of social struggle.

ao mercado, fazer comprar em lojas e ter como receber a mercadoria, até conseguir um emprego ou ter condições de estudar.

Conforme Soja (1996, p.68) os espaços de representação ou terceiro espaço “são os “espaços dominados”, os espaços diversificados como das periferias, das margens e dos marginalizados, que podem ser encontrados em todas as escalas, do corpo-realidade ao corpo e mente, na sexualidade e subjetividade, nas identidades individuais e coletivas da maioria local para a maioria global. Eles estão nas escolhas dos espaços de luta, liberação e emancipação<sup>5</sup>.

A Vila Torres era nos idos dos anos 50, quando se inicia um ponto de chegada de pessoas vindas para tratamento médico nos hospitais próximos ao seu redor. Com a crise do meio rural, a partir de 1970, se transforma num espaço adaptado e receptivo de migrantes vindos do interior do Estado e de outras regiões brasileiras, adquirindo, a partir disto, uma nova configuração, determinada pelo cotidiano destes “novos moradores” e engendrando uma nova ordem social (arquitetura, necessidades e organização) para resolver os conflitos e os problemas básicos enfrentados pela comunidade, tais como: água, esgoto, asfalto, escolas e outros benefícios. Essas marcas de poder que aqui identificamos, segundo a leitura que fazemos de Bettanini (1982), são consideradas de grande importância pelo fato de representarem para esses moradores o resultado primeiro de sua organização, a simbologia com a identificação do lugar, o vínculo afetivo e a construção coletiva de um espaço.

Como se vê a representação do espaço é motivada por diversas causas: um mesmo problema social e/ou político acontecido numa cidade pode ser retratado através de diferentes formas e ações, que definem as características da representação “... por isso, cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra”. (SANTOS, 1991, p. 58).

Assim, dentre os vários fatores que determinam as relações que se criam na formação de um bairro, poderíamos citar o tratamento das instituições públicas em

---

<sup>5</sup> They are the “dominated space”, the spaces of the peripheries, the margins and the marginalized, the “Third Words” that can be found at all scales, in the corpo-reality of the body and mind, in sexuality and subjectivity, in individual and collective identities from the most local to the most global. They are the chosen spaces for struggle, liberation, emancipation.

relação ao fato da ocupação, a organização dos envolvidos, a reação da sociedade, e até a escolha do lugar.

Segundo Raffestin (1993, p.144):

Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

A tendência a reduzir e homogeneizar as diferentes territorialidades, inclusive o tratamento e a relação das instituições públicas ou privadas no gerenciamento do seu lado funcional despreza e ignora a autenticidade e a originalidade, às vezes francamente genial, das saídas que as pessoas encontram para supera os transtornos do seu dia-dia. Quase nunca as instituições percebem como tudo isso constrói uma representação com um significado que devemos respeitar e valorizar.

Toda a estrutura educacional, comercial e de serviços dos bairros vizinhos à Vila Torres, contrasta abertamente com a que lá existe, o que vem demonstrar uma total desintegração entre ambos os espaços. Observamos que os moradores da Vila Torres convivem com pessoas do Jardim Botânico e do Prado Velho, pois trabalham ou estudam nos arredores, por outro lado, esses mesmos moradores são estranhos à estrutura geral desta região.

Conforme Lefébvre (2001, p.5):

A vida comunitária em nada impede as lutas de classes. Pelo contrário. Os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à Cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer.

É importante esclarecer que a representação que aparece nos estudos de diversos autores é entendida como um conjunto de fenômenos que caracteriza uma expressão social de determinados grupos e não apenas de um indivíduo isoladamente. Alguns autores discutem este assunto sobre as representações com abordagens diferentes, porém, existe uma compreensão comum do mérito em relação aos grupos sociais serem os sujeitos desses registros em seus territórios.

Assim, adotamos neste trabalho a concepção de representação proposta por Lefébvre, por se apresentar como uma outra visão da problemática do urbano, através de uma postura diferenciada do pensamento marxista tradicional, que apenas valoriza o fator econômico e legitima o poder estatal na construção do espaço urbano. Lefébvre, como se sabe, sofreu críticas ao priorizar a realidade social do cotidiano na compreensão dos mecanismos de produção e reprodução da formação econômica-social capitalista no século XX.

Segundo Soja (1993, p.115), Lefébvre reafirmou a importância do espaço na teoria social crítica, abrindo caminhos para o uso da espacialidade por parte de outros autores. Foi por isso considerado um autor original nos estudos do materialismo histórico e geográfico. Como observamos nesta citação do próprio Lefébvre “(...) Reconhecer o espaço, reconhecer o que “está acontecendo” ali e para que é usado, é retomar a dialética; a análise revelará as contradições do espaço”.

Como se aprecia, o pensador francês ele estudou a relação entre a vida cotidiana e a produção do espaço através de diversos caminhos, com se disse antes, sua concepção de espacialidade considera a existência de um espaço percebido, concebido e vivido.

Sendo assim, esse espaço percebido, concebido e vivido pelas sociedades é o que as difere umas das outras, o que é claramente observável quando verificamos as experiências nas ocupações irregulares nos centros urbanos brasileiros, desde sua organização, seu histórico, as causas da sua origem, os lugares escolhidos, etc. Um estudo sobre as experiências de áreas ocupadas irregularmente numa determinada cidade pode demonstrar que os resultados muitas vezes diferem entre si. O próprio Lefébvre (1999) apresenta uma proposta na qual argumenta que para se ter um estudo ideal do espaço social, não se deve esquecer a consideração tanto dos aspectos da natureza como dos históricos anteriores, pois são importantes para observarmos as riquezas de suas diferenças que perpassam as relações entre os grupos sociais.

No caso da Vila Torres, verificamos que, apesar de estar localizada entre dois bairros de classe média e tradicional de Curitiba, ela se encontra às margens do rio Belém. Este é um dos rios que percorre toda a área urbana da cidade, desde sua nascente, no bairro da Barreirinha, até sua foz no rio Iguaçu. Pelo fato de estar

localizado num perímetro urbano, tornou-se um dos coletores do esgoto doméstico e industrial do município, originando graves problemas de poluição e drenagem, além de ter suas margens completamente ocupadas, ou seja, o habitat natural do rio há muito tempo deixou de existir.

Se pensarmos nas condições atuais deste rio, percebemos que a sua estrutura natural foi alterada integralmente, até seu aspecto foi transformado, pois hoje parece um canal coletor de esgoto doméstico e industrial. Isso influencia inclusive no não reconhecimento do rio Belém pela população, que não o vê como um elemento natural àquela paisagem.

A função de suas águas foi alterada, o que acarretou a extinção de sua fauna; nas suas margens também não encontramos a mata ciliar que é fundamental para manter um rio vivo. Percebe-se, então, que a função natural deste rio não inexistiu mais, pois a troca dos fluxos de energia entre os materiais deve ocorrer entre os elementos naturais que compõe a sua paisagem e os produzidos pelo homem.

Até os limites básicos que existem por lei para a ocupação das margens de qualquer rio no Brasil, que vai do meio do leito do rio às suas áreas de vazão (30m), foram desrespeitadas no rio Belém. Verificamos este problema não apenas na localização da Vila Torres, mas em todo o seu trajeto, quando percorre bairros de classe média, parques, cemitérios, indústrias e comércios em Curitiba.

A ocupação de suas margens foi tão descontrolada durante o crescimento populacional de Curitiba, sem fiscalização e muitas vezes permissiva, que o valor da terra por onde o rio passa adquiriu um valor considerável principalmente por transitar em áreas centrais da cidade. Só que as acusações de poluição, desrespeito e degradação deste rio acabam recaindo na população carente que ocupou as suas margens, como é o caso dos moradores da Vila Torres.

Por ser "área pública" em alguns lugares, o leito do rio muitas vezes acaba sendo ocupado por aqueles que não têm outra opção de moradia, e que passam a conviver com problemas típicos de quem habita uma margem de rio nas grandes cidades: enchentes, poluição do ar e do solo, doenças, animais perigosos, enfim, com várias dificuldades que impedem uma sobrevivência digna a esses moradores. Esta realidade está presente em Curitiba desde a década de 50, quando se iniciou esta

ocupação, sem que se proporcionasse uma opção a esses moradores em relação à mudança de lugar. O que houve por parte das instituições foi investimentos de infraestrutura (energia elétrica, água, escola, creche), implementados para superar alguns dos problemas trazidos pela ocupação.

Portanto, estas características influenciam a singularidade a ocupação, a forma como seus moradores conseguem superar os obstáculos e lutam para obter os benefícios e direitos de viver no espaço urbano. E por sua vez, o espaço natural do leito do rio sofreu uma interferência direta da ação humana, adquirindo um valor diferenciado de apenas ser um elemento natural existente naquele lugar.

Ele se torna um espaço ocupado por ser considerado antes um espaço vazio e não apenas um espaço natural. “Desse modo, a arquitetura reapropriou o que era natureza e transferiu para a política através de uma mediação simbólica”. (GIL FILHO, 2002, p.63 ).

Os contrastes que existem nos espaços de representação são o resultado de diversos fatores, surgidos numa relação tempo-espaço determinado, quando da construção das cidades em nosso país. Considerando que o território é um lugar onde as disputas e as manifestações de poder se concretizam, o espaço de representação torna-se, assim, uma referência para analisarmos como a sociedade se revela em sua dinâmica. Pois segundo Lefébvre (1999, p.119):

A forma geral do urbano engloba, reunindo-as, essas diferenças múltiplas. (...) A burguesia mercantil, os intelectuais, os homens do Estado, modelaram a cidade. (...) Os industriais, antes de tudo, demoliram-na. Quanto à classe operária, não teve outro espaço que o da sua expropriação, da sua expulsão: da segregação.

Lefébvre (2001) também afirma que as mudanças ocorridas no espaço estão relacionadas à história do tempo, e que não é possível separar ambas as instâncias já que o cotidiano influencia e transforma a realidade dos espaços percebidos, concebidos e vividos.

Raffestin (1993, p.34) também destaca esta importância:

O tempo e o espaço não intervêm para modificar aquilo que está em jogo. Por que falar do tempo e do espaço? Porque os homens só podem encontrar no espaço e/ou no tempo um ponto de apoio para aplicar a alavanca que aciona o poder e por ali modificar as situações reais no sentido que se queira.



Ao depararmos com estas teorias, pensamos no caso da experiência dos moradores destes bairros envolvidos: Jardim Botânico, Prado Velho e Vila Torres. Isso sem considerar em princípio outros grupos sociais, aos quais ainda não nos referimos, como é o caso dos estudantes das instituições educacionais próximas ao entorno desses bairros e dos trabalhadores da região. Com todos os problemas e conflitos gerados pelo contraste presente os aludidos bairros, para quem convive com esta realidade, os espaços percebidos, concebidos e vividos acabam resultando, segundo podemos observar numa prática espacial diferenciada. Pois, de um lado, os que moram na Vila Torres necessitam de uma adaptação, de instrução e de uma organização maior para conjuntamente solucionarem seus problemas básicos. Enquanto que os moradores dos bairros Jardim Botânico e Prado Velho, que possuem uma estrutura privilegiada, lutam pela valorização de seus territórios.

E se pensarmos naqueles outros grupos que freqüentam este território por motivos já relacionados, verifica-se também resultados diferentes em relação às opiniões sobre os espaços de representação desta realidade, desde solidariedade e respeito até preconceitos. Ainda que muitos deles sejam moradores de outras regiões da cidade com problemas semelhantes aos das periferias ou mesmo aos dos bairros centrais. “Por assim dizer, o direito à moradia aflora na consciência social”. (LEFÉBVRE, 2001, p.19).

## 2.2. RELAÇÕES DE PODER

Examinar o problema urbano nas constituídas regiões metropolitanas do Brasil, suas discrepâncias sociais, culturais, econômicas e políticas pela ótica de quem convive em territórios que se contrastam nas relações de poder entre diferentes grupos e momentos históricos de ocupação numa mesma região da cidade, desperta-nos um interesse em estudar essa experiência, especialmente por apresentar diversidades e ambigüidades simultâneas num mesmo território.

O espaço tem uma particularidade marcante que devemos reconhecer, é nele que as relações de poder, suas representações e conseqüências se inscrevem de forma aparentemente discreta e singela na vida social e cotidiana das pessoas.

Durante muito tempo nos estudos das relações sociais, o espaço foi tratado como um conceito inalterado, fixo e inexpressivo, sem qualquer influência ou importância para se analisar um movimento ou momento histórico, com que se desconsiderava que as “histórias de vida” têm também uma “geografia” com seus ambientes, lugares e territórios influenciando o pensamento e a ação das pessoas que compõem um território, por exemplo, de uma cidade ou bairros já organizados como o Jardim Botânico e o Prado Velho.

Foucault (2003) mostra como a história dos poderes poderia ser confundida com a história dos espaços, através da utilização de estratégias geopolíticas. Até mesmo os encaminhamentos e soluções usados pelos populares, as táticas de seu “habitat”, se refletem nas relações políticas e econômicas dos envolvidos.

Se pensarmos nos conceitos de poder, perceberemos que, conforme os autores que estudam esta temática, existem diversas justificativas e teorias, mas nesta pesquisa optamos por um enfoque direcionado para a presença do poder no cotidiano nas pessoas e como essas condições repercutem nas ações e nos comportamentos sociais. Já destacamos anteriormente algumas marcas do poder observadas na Vila Torres, além da influência que o contato com os bairros Prado Velho e Jardim Botânico origina para a Vila.

O poder é resultante de um processo social, portanto, não natural, por isso possui formas diversificadas e heterogêneas que estão constantemente sofrendo mudanças e apresentado regras e situações variadas, pelo que é impossível criar um rótulo ou nomenclatura definitiva para a sua atuação e existência. Essa condição de inalterabilidade do poder colabora para que este se torne um tema de estudo rico e diversificado em muitas áreas da ciência social. Até mesmo nas instituições públicas, instâncias de controle do poder por excelência, quando este se exerce ou discute, é possível observar muitas vezes a existência de forças contrárias agindo na estrutura interna de sua organização, ou exercendo uma maior ou menor influência entre os seus representantes nas secretarias e ministérios.

Notamos que as relações de poder veiculam fatores culturais que também devem ser considerados. Os padrões e valores simbólicos de uma sociedade influenciam a ordem social, desafiando o poder institucional que tenta mudar, eliminar

e anular quem a ele se contrapõe, mas mesmo assim tem a sua existência reduzida ou ignorada por determinadas comunidades.

Esta resistência por parte dos moradores ao poder institucional e o enfrentamento ignoram as leis e a constituição imposta como uma opção de garantir a sobrevivência e o convívio entre grupos e pessoas de origens e objetivos desiguais. As relações de poder atingem a realidade do indivíduo, a começar pela relação de poder mais próxima, que é com seu próprio corpo, que compõe o corpo social. Sentimentos de confiabilidade, insegurança, justiça, descrédito são superiores nestas relações para existir o respeito das pessoas às determinações destes “poderes paralelos” presentes no cotidiano ao invés de respeitar aqueles que as instituições têm como base política e social na organização da sociedade.

Observamos claramente estas manifestações de relações de poder que aqui chamamos de “poder paralelo”, usualmente nos meios de comunicação, nos bairros onde moramos, nos clubes, nos conflitos internacionais, nas brigas de gangues, no controle do narcotráfico, isto é, nos territórios pelos quais circulamos e que estamos familiarizados. Pode-se dizer, então, que existe uma lei oficial e outra do cotidiano.

Ao refletirmos sobre a importância do corpo como o primeiro espaço a ter o contato com as relações de poder e com as formas de dominação, devemos raciocinar sobre a maneira como o controle político agia sobre esse corpo, assim como considerar as pesquisas científicas que resultam num melhor aproveitamento de como usar e controlar estes corpos nestes “micropoderes”. Não devemos nos interessar apenas por um saber que busca tão só o conhecimento do funcionamento biológico do corpo, mas sim por reflexões que está integrado no corpo social. Até porque podemos considerar que o corpo às vezes pode ser resultado de uma construção social em que se apresenta inserido, as forças de poder e as influências externas giram em torno dele.

Com isso temos várias situações, pois se pensarmos, de um lado, nos investimentos realizados para incentivar os corpos a serem criativos e desafiadores, a terem autonomia, por outro lado, também, temos a vigilância, o controle, a disciplina, a punição como formas de dominar esse corpo e conseguir inclusive lucrar com ele. Ainda assim percebemos que o mesmo investimento para tentar controlar o corpo é usado por este de maneira contrária aos interesses que foi estudado e pesquisado,

desafiando os objetivos políticos que o “determinaram”, pois um corpo não é apenas físico existem outros componentes que o complementa, como as emoções, sua bagagem cultural e outras características.

A importância do indivíduo relativamente às suas emoções, relações e atuação nos movimentos sociais, passou durante um longo período despercebida ou não valorizada como um componente importante para a concretização das mudanças desejadas. Não queremos defender um individualismo isolado e egoísta, mas sim pensar que é nesse corpo que se executa um trabalho, ele é o âmbito da resistência e da própria alienação do sujeito, não sendo apenas um objeto isolado e descolado do contexto social em que se insere.

A relação que o próprio corpo tem com o poder permite romper com o “absolutismo” da sociedade moderna e ocidental, pois o corpo não apenas existe, mas guarda emoções e designa simbologias e significados aos momentos e ações. O corpo é a “fonte de toda experiência”, é socialmente produzido podendo realizar transformações resultantes de resistências ou desejos de mudança (Foucault, 2001).

Desde há algumas décadas, e ainda hoje, verificamos diversas manifestações em relação às condições sociais, políticas e econômicas nas quais o corpo é usado como primeira forma de expressão. Pensamos nos hippies, punks, homens-bombas e outras demonstrações corporais que se utilizam desse meio como representação de seus objetivos, isto sem considerarmos outras áreas do conhecimento que tem o corpo como centro de estudos e pesquisas. Como Harvey (2004) explicita, o corpo é “a medida de todas as coisas”.

Esse outro poder simbólico pode ser chamado de relação saber-poder, pois este corpo torna-se aqui um objeto de representação como modelo para a sociedade.

Para conseguir manter esse poder, tanto nas instituições como entre os moradores no seu cotidiano, as pessoas recorrem a diversos instrumentos que sustentam o jogo das representações nas relações de poder, podemos assim evidenciar sinais, ações coercitivas, punições, atribuições, atividades regulares, enfim, um controle sobre os corpos.

Devemos considerar que as maneiras de atuação nas relações de poder são diferentes entre as instituições e o corpo social e entre as pessoas no seu dia-a-dia, mas

ambas utilizam um poder simbólico que às vezes fica oculto, tendo a função de ser um recurso preservado, ou seja, somente é empregado quando necessário.

Foucault (2001) utilizou um conceito para designar esses espaços heterogêneos resultantes das experiências humanas nas localizações e relações do mundo moderno, chamando-o de “heterotopia”. Esta seria o “espaço do outro”, uma espacialidade efetivamente vivida e socialmente criada num contexto que considera as práticas sociais na sua forma concreta e abstrata, que se modificam conforme o tempo e a participação social ocorrendo muitas vezes simultaneamente nos mesmos lugares.

O resultado é uma relação entre “espaço, tempo e o ser” que acaba se entrelaçando nas relações e nas mudanças pela busca da dignidade, do poder e da cidadania no cotidiano dos movimentos sociais. As mudanças espaciais pertencem a um processo constante, que não atinge um final fechado, assim, a cidade pode ter olhares múltiplos, originais e transgressores daquilo que existe.

Existem justificativas quando escolhemos analisar um problema relacionado à ocupação urbana e seus contrastes, mesmo quando este tenha sido abordado por várias áreas de pesquisa ou pela própria geografia, existem justificativas de diferentes ordens. Em primeiro lugar, a população brasileira atualmente é predominantemente urbana, o que gera problemas cotidianos de causas diversificadas; outra razão é que as relações de poder estão presentes nas relações pessoais e impessoais da população, independentemente das origens sociais; por último, a experiência de grupos sociais nos espaços de representação possui e retrata uma singularidade. Em definitivo, são esses fatores concretos que motivam o estudo de um tema aparentemente já trabalhado, debatido e refletido nos meios acadêmicos. Como destaca Foucault (2003, p.163): “O poder não tem necessidade de ciência, mas de uma massa de informações, que ele, por sua posição estratégica, é capaz de explorar”.

Como já apontamos no levantamento do histórico social, cultural e político da cidade, e pelo fato de a Vila Torres estar inserida num espaço urbano, a manifestação do poder nesse sentido torna-se concentrado e efervescente nas idéias e manifestações das ações coletivas e individuais nessa parte de Curitiba.

A cidade por si só já é um território cheio de atividades, agitações, encontros, disputas. Por se caracterizar como um pólo de atração, de esperança, de consumo, de

oportunidades, se bem que muitas vezes para poucos, a cidade resulta um conglomerado de expectativas e frustrações, e, ao mesmo tempo, é o lugar do centro das decisões, imposições e do convencimento do que é importante para o país. O controle da situação é sempre almejado pelas instituições públicas, que contam com o apoio de grupos econômicos, em alguns momentos oportunos, para desmobilizar aqueles que insistem em criar alternativas e resistir à imposição de interesses alheios, e que buscam criar a partir de suas próprias relações os acordos de convívio cotidiano.

Os poderes institucionais tentam controlar a vontade dos “cidadinos-cidadãos”, decidir sobre seus corpos e acordos realizados entre as comunidades, diminuindo sua autonomia, procuram destruir a sociedade urbana.

Poderíamos afirmar que o resultado de uma ocupação urbana como a Vila Torres, sua distribuição das casas, comércio, escolas, ruas, vias de acesso desafiam a ordem e a disciplina arquitetônica de uma cidade? O objetivo não seria o de transformar o espaço urbano apenas numa distribuição analítica e prática para se chegar a um território controlado e vigiado?

Aquilo que Foucault (2004) mostra como desenho físico sobre os hospitais, asilos, prisões e casas de educação como sendo “modelos de encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas”, não poderia ser transferido para o urbanismo, já que são os mesmos profissionais que projetam os prédios citados anteriormente? O traçado da Vila Torres, a distribuição do seu espaço físico, não teria atribuições, aspectos e características de um território fechado ou circunscrito?

Foucault (2004) descreve estas edificações chamando-as de Panóptico. Seria uma construção adaptada e direcionada estrategicamente para cumprir determinadas funções, como em presídios, asilos, hospitais e casas de educação, lugares onde os mecanismos do poder possam a se exercer através da vigilância e de um controle múltiplo, automático, que tem o objetivo de dominar a vida das pessoas nessas instituições de forma discreta e silenciosa, sem precisar empregar o uso da força física.

Foucault (2004) retrata o Panóptico como um laboratório do poder, pois permite uma observação detalhada do lugar e do cotidiano das pessoas, permitindo conhecer melhor as situações de convívio e suas fragilidades, o que facilita mudar sutilmente as

estratégias e as maneiras de exercer o poder, potencializando suas ações sem que muitas vezes estas sejam percebidas.

Notamos que as marcas de poder estão de variadas formas presentes na Vila Torres, localizadas inclusive no seu entorno, nos bairros do Jardim Botânico e Prado Velho. Não seria possível pensar, que elas então, estariam cumprindo uma função similar à que Foucault (2004) descreve para o “Panoptismo”<sup>6</sup>?

Será que as igrejas, o posto policial, as escolas, o posto de saúde, todas essas edificações que representam, poderes e que observamos presentes na Vila Torres, não estariam estrategicamente localizadas para melhor controlar a vida dos moradores? Esta idéia nos assaltou no momento em que tivemos o contato com a população, a apresentaremos no capítulo sobre os espaços de representação e as relações de poder na Vila Torres.

Pensamos também refletir sobre a possibilidade de este poder ter condições de selecionar os lugares a partir dos quais exercer seu arbítrio, através de técnicas e instituições com dispositivos que medem, corrigem e controlam a sociedade. Nesse sentido, poderíamos também perguntar se a exclusão do anormal e do diferente do convívio social da maneira como foi e é realizada por algumas instituições carcerárias, hospitalares e escolares, poderia ser utilizada nas áreas urbanas selecionando e determinando o uso do território das cidades?

Mas, detendo-nos para pensar as relações de poder, não nos parece fácil defini-las. Principalmente porque o poder por si só, já tem algumas peculiaridades sutis que enganam a todos. Por outro lado, quando nos deparamos com as teorias que explicam a origem do poder e as suas implicações em nossa sociedade, nos invadem dúvidas que requerem muita reflexão.

Considerando que o poder não se apresenta isolado, mas sim nas relações humanas, surgem outras questões que nos levam a repensar certos aspectos problemáticos considerados já resolvidos e superados. Como por exemplo: se o poder tem sua força e é receptivo, significa que ele é importante e tem fundamentos. Ou seja, se algum grupo social impõe sua força, será que o outro que a recebe, não concorda

---

<sup>6</sup> O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. (...) Dispositivo importante pois individualiza o poder. (...) O Panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder. (FOUCAULT, 2004, p. 166, 167).

com ela, a aceita ou a respeita as regras impostas? Esta relação de poder poderá ser modificada conforme as condições negociadas entre os envolvidos?

Segundo Lebrun (2003, p.12): “Existe poder quando a potência, determinada por uma certa força, se explicita de uma maneira muito precisa. Não sob o modo da ameaça, da chantagem, etc..., mas sob o modo da ordem dirigida a alguém que, presume-se deve cumpri-la”.

Supomos, então, que, no momento em que as relações de poder ocorrem entre grupos diferentes num mesmo território, possa ter acontecido entre as partes uma imposição de um lado e uma aceitação por parte do outro das regras do poder. Quando isso não acontece e a resistência se manifesta, surge a disputa entre os grupos pelo poder, mediante a busca pelo controle da situação e de quem comanda essas regras. Podendo ser chamado de poder simbólico, esta necessidade, este acordo de quem aceita um poder subordinado, pois o legitima e transforma em outras formas de poder.

No cotidiano isto acontece como alternativa de superar as dificuldades e angústias, ocorrendo silenciosamente na cumplicidade dos envolvidos, tanto de quem determina como dos que aceitam; novos símbolos surgem como que paralelos aos determinados pelas instituições públicas de controle social.

Foucault (2003) aponta que nem sempre o poder possui uma função negativa e limitadora nas relações sociais, é interessante percebermos que, na sua concepção, a sua dominação não simboliza proibição nem a censura simboliza repressão. Foucault considera que o poder controla menos as forças de uma relação de quem o produz e o organiza, por isso é necessário "decifrar os mecanismos do poder", pois está mais para instaurador de “normas” do que de “leis”.

Foucault (2003) demonstra ainda que não só nas relações sociais e formais a hierarquia, ou seja, a presença de uma figura dominante, como líderes religiosos ou políticos, impõe poder. Mesmo nas ações simples entre as pessoas existe a presença desta relação de poder.

A presença marcante do poder perpassando as relações sociais pode ser observada recentemente na sociedade. Mais a partir do fim da ditadura (1964-1985), como também nos últimos 20 anos de democracia e participação popular (1986-2006).



A concepção de alguns autores sobre as relações de poder tem como base principal a questão econômica, que supõe ser a que determina e dita as regras da sociedade e do poder político. Contrariamente, para Foucault (2003) os chamados “mecanismos de poder” não seriam comercializados ou trocados como uma mercadoria, mas sim exercidos numa relação de força entre os envolvidos. Assim pois, para ele, a discussão ficaria empobrecida se fosse apenas reduzida à questão meramente econômica.

Será que não confundimos os mecanismos do poder com os da repressão? Quem controla esses mecanismos do poder, não estaria difundindo um ponto de vista em que os órgãos que controlam o poder na sociedade são as instituições públicas ou privadas e que isto é fato e ponto final? Este conceito de poder, amplamente divulgado e reforçado por diversas correntes do pensamento, não influenciaria na indiferença e na aceitação do sujeito sobre a estrutura social, política e econômica por parte da população carente de recursos, que não se mobilizaria por perceber a sua impotência?

Pelo que estudamos e observamos acontecem as duas manifestações: de uma parte, aquelas que desafiam esses mecanismos e sua ideologia, organizando-se e desenvolvendo no grupo as suas próprias relações de poder no cotidiano; por outra, as que aceitam sem questionar a função do poder oficial, não porque o considerarem importante para o funcionamento da sociedade, mas porque acreditam na sua própria incapacidade para superar e resistir a esses mecanismos de poder. Convivemos com essas duas situações, que atuam conjuntamente na cidade, gerando conflitos entre seus moradores.

Verificamos em muitas obras de Foucault a questão do poder como tema central de estudo. O que o torna diferente de outros autores é que, ao expor uma discussão sobre o poder, desmistifica a idéia segundo a qual as relações de poder se originariam apenas em instituições como o Estado, a Igreja, a família. Para ele a forma de poder se esconde, na maioria das vezes, num discurso jurídico, de neutralidade e independência, ocultando assim a sua verdadeira face.

Para o autor, essas relações são, principalmente, geradas a partir de cada ação no âmbito do nosso cotidiano. Como sabemos, são os diferentes grupos sociais que, de acordo com a sua prática social e a luta pelos seus interesses, delegam para essas

instituições o poder de representação. Como comenta Roberto Machado, na introdução do livro de Foucault, (2003, p.12) *Microfísica do Poder*:

O que ele visa é distinguir as grandes transformações do sistema estatal, as mudanças do regime político ao nível dos mecanismos gerais e dos efeitos de conjunto e a mecânica de poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em técnicas de dominação. Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos - o seu corpo - e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na via cotidiana e, por isso podemos caracterizá-lo como micro-poder ou sub-poder.

Portanto, constatamos que, segundo Foucault (2003), só poderemos conhecer o mecanismo do poder se considerarmos as relações que se estabelecem entre as pessoas e entre os diversos grupos sociais.

E quando pensamos no caso da Vila Torres, observamos que esse mecanismo de poder parece aflorar naquela realidade sob diversas experiências e formas nos espaços de existência, atingindo o seu "próprio corpo social", como propõe Foucault (2003). Primeiramente, na relação interna que existe, nessa ocupação, entre seus moradores e seus representantes, entre a Associação, as igrejas, o comércio, enfim, entre as pessoas envolvidas nos acordos de influência que surgem numa situação como essa. Além disso, existe a relação com os moradores dos bairros Prado Velho e Jardim Botânico, e com os grupos que participam da rotina deste território, como os estudantes das instituições educacionais e os trabalhadores dos estabelecimentos comerciais e bancários da região.

Sabemos que muitas vezes são realizados entre moradores de bairros diferentes ou grupos envolvidos de uma mesma região acordos de tolerância e trocas de favor, para que haja um respeito mútuo entre os habitantes destes lugares.

Segundo Foucault (2003, p.175):

Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força.

Por isso, Foucault (2003) coloca também que as características das relações de poder que imperam numa sociedade não findarão quando o aparelho do Estado for destruído. As relações de poder ocorrem acordos nos quais as instituições públicas estão fora das decisões das regras determinadas e negociadas, estas somente são

conhecidas e respeitadas pelos envolvidos que moram nesses bairros. O funcionamento das regras e a garantia de sua existência estão acima do poder institucional do Estado. Como Lebrun (2003) destaca, no início de uma relação de poder não se tem como definir de modo geral uma divisão entre dominantes e dominados, fato que isto ocorre por toda parte do corpo social.

Mas, por outro lado, não devemos esquecer que tudo isso acontece nas relações sociais, em determinado espaço e em várias situações distintas, pelo que não há apenas um fator determinante.

O que nos perguntamos no caso do Brasil, quando pensamos na história de nosso país, é como fica a situação daqueles que não tem acesso a nada? Não seria responsabilidade do Estado intervir para o bem-estar dessas pessoas? Mesmo sabendo da relação social que ocorre entre os moradores no seu cotidiano, as instituições públicas deveriam assumir a função de garantir o mínimo para quem não tem vez, voz e acesso aos serviços básicos.

Sabemos que muitas vezes toda esta discussão sobre o poder do Estado acaba esbarrando somente na visão economicista, mas existem outros fatores como a importância dos símbolos presentes na sociedade, a religião, a origem dos moradores, a formação cultural, envolvidos nesta realidade que caminha paralelamente.

Este poder estatal acaba sendo reforçado muitas vezes na sociedade, de forma mascarada, pois muitas vezes é retratado pelos meios de comunicação, por reportagem, através de denúncias sobre quem tem influência direta nessas instituições públicas são os financiadores de campanhas políticas ou uma elite privilegiada, que determina as prioridades nos investimentos, planejamentos e projetos públicos na área urbana.

Assim, ao lidar com esta realidade constatamos que as relações de poder existem de diversas formas, como citamos acima, e que elas podem ser exercidas tanto pelas instituições públicas, como aparecem nas relações dos moradores de uma ocupação ou mesmo de um bairro.

É interessante o que Foucault (2003, p.75) argumenta sobre este fenômeno: “Esta dificuldade - nosso embaraço em encontrar formas de luta adequada - não virá de que ainda ignoramos o que é poder?”.

O mesmo autor afirma ainda (2003, p.75): “Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, freqüentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder, ele se exerce”.

O que nos faz pensar sobre essas idéias, é que, em algumas sociedades, nas quais o poder foi direcionado para a responsabilidade quase que exclusivamente do Estado, as diferenças étnicas, os contrastes, a discriminação e a desigualdade social não deixaram de existir. Como no caso de alguns países da Europa que adotaram o socialismo durante um período de sua história.

Teoricamente, os problemas básicos das sociedades socialistas seriam resolvidos, assim como o respeito na convivência entre os grupos sociais, pois o Estado "representava" o desejo da maioria, no entanto, sabemos que em muitos países a experiência foi de extremo autoritarismo. Mas nem por isso, a população desses países aceitou pacificamente essa situação, organizando-se e resistindo a este poder centralizador e totalitário.

Apesar de ser um poder opressivo será que ele não teve seu lado positivo de contribuir para a libertação e transformação desta sociedade? Não devemos ignorar que danos e seqüelas negativas ficaram registrados por essa população, mas a emancipação em busca da superação daquela situação, não teria gerado outros poderes na organização dessa mesma sociedade?

Um assunto que é, do mesmo modo levantado por Foucault (2004) diz respeito à natureza do conhecimento com objetivos ideológicos ou científicos. Será que o objetivo concreto desse conhecimento somente adquire expressão se tiver condições políticas de exercer os domínios de seu poder? O autor considera que no saber não existe neutralidade. Assim, o saber relacionado ao poder é consequência de uma ligação política de quem domina o conhecimento e controla a sua utilização, a preocupação em saber se o conteúdo deste saber é falso ou verdadeiro, aplicável ou não se torna inferior em relação a sua função e utilidade.

Por sua vez, o saber acaba vinculado ao poder que determina e cria situações apropriadas para o desenvolvimento do conhecimento, da teoria, de oportunidade de criação. Com isso cria-se também o que podemos chamar de “punições simbólicas”,

usadas como modelos projetados para todo o corpo social, deixando a presença dessas punições e suas armas simbolicamente representadas e prontas para serem empregadas numa necessidade, como por exemplo, os meios de comunicação muitas vezes prestam esta função simbólica às instituições públicas ou privadas com seu noticiário unilateral.

Isso comprova que Foucault (2004) estava no caminho certo ao defender que as relações de poder presentes no cotidiano não devem ser desprezadas ou ignoradas. Elas merecem ser estudadas quanto aos mecanismos de funcionamento, tanto suas táticas como as técnicas de dominação.

Inclusive, quando Foucault (2004) apresenta a idéia de que não só as instituições exercem poder, está demonstrando que a burguesia divulgou e espalhou para a sociedade este conceito de poder, já que esses valores e poderes estão representados nessas instituições públicas ou privadas, tentando essa burguesia desprezar e ignorar o poder da organização social e considerando a pobreza de forma utilitária para controlar o sistema de produção.

Por defender esta teoria, segundo Ribeiro (2004), Foucault foi rechaçado e considerado um “socialista utópico” pela ortodoxia marxista, que não entendeu que as relações sociais do dia-dia são tão importantes para o processo revolucionário quanto a transformação das estruturas institucionais. Esses marxistas não perceberam que o movimento social não precisa de lideranças institucionais para lutar e conhecer os seus direitos e poderes, o movimento social é capaz de gerar seus próprios modos de ação.

Portanto, ao estudar a geografia política do século XX, especialmente os problemas nos grandes centros urbanos, vários autores valorizaram a relação do Estado com a sociedade. Suas análises sobre as políticas públicas destacavam, sobretudo, o que elas costumavam omitir, assim como o tipo de investimento priorizado, interessando-se também pelos conflitos especulativos da ocupação, no que se refere à organização e distribuição do espaço urbano pelo setor imobiliário. Enquanto isso, as relações no cotidiano dos grupos sociais envolvidos nessa problemática ficaram esquecidas nesses estudos, ou, apenas consideradas secundárias para a resolução imediata dos problemas apresentados.

Como destaca Foucault (2003, p.160), em referência a ambigüidade do poder na sociedade: "De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder".

As diferenças que se produzem na convivência dos diferentes grupos sociais num mesmo espaço urbano, nem sempre tem sido consideradas como um objeto de estudo de interesse construtivo.

Por outro lado, a resistência ao desconhecido, ao não-igual e ao "estranho" às vezes é capaz de gerar sérios preconceitos e graves conflitos. Por isso, ao observarmos a experiência de convivência entre a Vila Torres com os bairros Jardim Botânico e Prado Velho, e mesmo dentro da própria Vila Torres entre grupos com objetivos e interesses diferentes, nos perguntamos se existe um relacionamento tolerante ou divergente nos seus espaços de representação e nas relações de poder que circulam entre esses territórios.

A organização desses grupos acaba desenvolvendo, nessas relações, normas e regras, que não pertencem às leis municipais, estaduais e federais. Algumas inclusive de agressão aos direitos do cidadão, como sua liberdade de ir e vir, como os chamados "toque de recolher". Códigos de comunicação próprios, negociação de favores com o narcotráfico, são outras modalidades que acabam vigorando pela ausência e/ou ineficiência da ação do Estado no cumprimento dos seus deveres sociais. Levantamos então a seguinte questão: o poder paralelo não seria uma consequência também da ineficiência do poder estatal e institucional? Algumas das ações desses poderes paralelos não teriam uma função de existirem para este poder estatal e institucional? Não teriam estes poderes paralelos uma necessidade de desafiar ou testar o poder institucional? A existência desses poderes em que hoje se apresenta, representaria uma ameaça à democracia e a organização corpo social de uma sociedade?

Quando estudamos a história de nosso país, observamos que estas situações de conflitos e diferenças sempre predominaram, o que confirma a idéia que a política em grande escala sempre foi a "de não fazer" e não solucionar os problemas sociais, deitando por terra aquela outra de que "não existiria alguma política" como popularmente gostamos de afirmar.

Nesse sentido, pensamos na importância de se integrar as comunidades aos benefícios que a cidade oferece, para que, ao se sentirem parte do espaço urbano e respeitados como cidadãos, possam fortalecer suas lutas por uma vida digna.

Como geógrafos, ao discutirmos e encararmos os problemas sociais existentes em nossa sociedade, estaremos estudando soluções para resolvermos, conjuntamente com outros setores sociais, as dificuldades do nosso cotidiano. Não é "maquiando" e escondendo a realidade que conseguiremos superar a violência, a desigualdade e a insegurança que nos agonia nos dias atuais.

Por ora finalizamos com as considerações e experiência de Raffestin (1993, p.267):

O geógrafo não é um juiz e não tem de desempenhar um papel normativo, muito menos um papel de censor; mas deve explicar os conhecimentos e as práticas que circulam nas relações. Deve fornecer os elementos teóricos para apreciar o caráter simétrico ou dissimétrico dessas relações. Deve se interrogar sobre a necessidade e a pertinência das "ordens" que enquadram o sistema população-território-recursos, na perspectiva de preservar a autonomia e a duração desse sistema.

### 3. A VILA TORRES E CURITIBA

Nada com a tua Curitiba oficial e enjoadinha narcisista toda de acrílico azul para turista ver, da outra que eu sei (...) a melhor de todas as cidades possíveis (...) Curitiba européia do primeiro mundo (...) Curitiba alegre do povo feliz, essa é a cidade irreal da propaganda, ninguém não viu, não sabe onde fica, falso produto de marketing político, ópera bufa e nuvem fraude de arame, cidade alegríssima de mentirinha, povo felicíssimo sem rosto, sem dinheiro, sem pão. Dessa Curitiba não me ufano não, Curitiba não é uma festa os dias de ira nas ruas vêm aí. DALTON TREVISAN.

Neste capítulo iremos apresentar uma contextualização da cidade de Curitiba, a partir dos 50, focalizando principalmente o seu crescimento como metrópole nos anos 60, quando no Brasil as evidências da crise no meio rural. Utilizaremos autores que discutem o tema destacando conceitos e idéias que refletem sobre os efeitos desse crescimento, além de questionarem as direções do planejamento urbano, abordando esses autores a visão de uma “cidade do capital” (Lefébvre, 1999).

Comparando as idéias os autores que analisaram as características de Curitiba, observamos detalhes comuns em suas abordagens, como exemplo, destacar as negociações feitas entre alguns grupos para as decisões urbanísticas da cidade como se tivessem sido realizadas, sem conflitos nem questionamentos e sem participação de seus habitantes. Durante o nosso percurso iremos evidenciar que nem sempre foi setores públicos ou privados que somente decidiram, que existe muito mais que uma única visão de Curitiba.

Interpretada como lugar que se incorpora ao processo de globalização, a cidade é definida tanto por sua existência material – seus atributos físicos – quanto por sua existência relacional – densidade informacional e comunicacional. Pautados sobretudo nesta última definição, identificamos a marcante inserção de Curitiba em redes territoriais sempre ampliadas. A cristalização e o alcance nacional e internacional da imagem construída nos informa sobre o acentuado grau de exterioridade do lugar, sua propensão a entrar em relação com outros lugares e a efetivação desta propensão, com a incorporação de novos setores e atores. (GARCIA, 1997, p.123).



Mas será que não é possível um tipo de urbanização participativa? A cidade estaria apenas nas mãos dos técnicos e planejadores urbanos? E seus habitantes aceitam estas regras ou se eximem nas decisões de seus problemas diários?

Também apresentamos um histórico sobre a experiência da ocupação<sup>7</sup> da Vila Torres que, contando com a organização de seus moradores, através da sua associação, e da ajuda de pessoas de outros bairros e instituições, como a Igreja, envolvidas em sua regulamentação, conseguiram inseri-la oficialmente em Curitiba para ser reconhecida e identificada no contexto urbano.

A partir da ocasião em que se iniciou o movimento de ocupação do espaço, com a construção das casas, o florescimento do comércio, a luta pela criação do posto de saúde, da creche e da escola pública, a vida social passou a se manifestar no aspecto físico do local, com o que a ser identificado como um território da cidade com certa expressão, ou sobretudo pelos problemas que precisavam ser resolvidos.

O que observamos é que a existência do bairro, em princípio, acabou exigindo dos órgãos responsáveis uma solução das necessidades básicas para a vida de seus moradores, como energia elétrica, saneamento básico, água encanada, distribuição das ruas, enfim, uma organização da estrutura do espaço urbano no que diz respeito à parte física e funcional.

Até mesmo quando possui características comuns de uma ocupação que se inicia de forma irregular e desordenada, em territórios particulares, a Vila Torres é uma comunidade que, como todas as experiências semelhantes no Brasil, possui uma peculiaridade por receber pessoas de diversos lugares do estado do Paraná e de outras partes do país. Assim, estas diferentes culturas regionais com seus costumes e tradições desenham um perfil original na ocupação e nas atividades ali desenvolvidas.

Com isso observamos as manifestações subjetivas da população na Vila Torres nos seus “espaços de representação” (Soja, 1996), em seu cotidiano, aflorando nos bairros e na cidade, desafiando alguns critérios urbanísticos.

---

<sup>7</sup> Termo utilizado pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e pelo movimento dos trabalhadores sem teto (MTST), por considerarem a questão do direito social à moradia no mesmo plano que o direito à propriedade privada da terra.

### 3.1 – A CIDADE DE CURITIBA

A primeira questão a ser pensada é a que se refere a uma das problemáticas urbanas que identificamos nas grandes metrópoles brasileiras: a situação de riscos no dia-a-dia de quem habita territórios em condições precárias, constituídas pelas discrepâncias sociais, culturais, econômicas e políticas e as relações de poder que estão envolvidas nesse processo.

Segundo se constata nas diversas fontes consultadas sobre planejamento urbano, normalmente os órgãos públicos e a propaganda publicitária são tidos como responsáveis pelas tentativas de padronizar o uso do espaço urbano ou de separar, de forma técnica e pragmática a cidade em áreas residenciais, comerciais e bancárias, turística, ambiental, ações que teriam obviado a realidade social do país e rejeitado a participação dos habitantes na decisão do seu espaço urbano.

O espaço percebido (Soja, 1996) por seus moradores, nos requerimentos do cotidiano, descreve os seus territórios com definições pautadas nas necessidades e nos significados dados a esses espaços. Assim, mesmo sem uma “autorização” ou “consulta popular” sobre a construção da cidade, é possível observar que os habitantes de tais espaços atuam em seus territórios de forma autônoma e criativa para resolver os seus problemas cotidianos.

Diferentemente da divulgação que é realizada sobre a imagem de Curitiba como “cidade que deu certo”, pertencente a um conjunto de medidas e estratégias que, não expressa “a conquista da sociedade”, mas sim os interesses de empresários e planejadores.

Na tentativa de tornar universais os valores implícitos nas decisões, o discurso fala em nome de uma coletividade ilusória, expressa, com significativa recorrência, na padronização de slogans: “grande comunidade urbana”, “cenário de encontro”, “cidade cada vez mais humana”, “priorização do homem”. (GARCIA, 1997, p.107).

Apesar de existir esta prática da propaganda para se vender à imagem de Curitiba, temos visões da cidade que diferencia desse enfoque publicitário, pois percebemos as diferenças que existem pelos moradores em aceitar ou contestar esse

tema sobre em, como as relações de poder ocorrem no transcorrer na vida de seus habitantes.

Com o surgimento das sociedades modernas se fez imprescindível a criação de um setor técnico para a administração das cidades, principalmente devido à aglomeração populacional e aos problemas gerados tanto no campo social como ambiental, mas nem por isso esta administração pode usar a cidade como objeto de disputa e lucro. Observamos que iniciativas como a da Vila Torres, na qual os moradores procuraram superar as dificuldades básicas de moradia, são maneiras de desafiar estas regras técnicas e mesmo solidificar as suas territorialidades.

Consideramos esses dados importantes a partir do momento em que estudamos territórios como a Vila Torres, uma ocupação que cresceu às margens de um rio poluído sem nenhuma condição básica para se habitar, como outras que ocorrem em nosso país, quando as pessoas recorrem a uma saída não convencional como forma de superar o problema da moradia.

Esta vila resultou num espaço percebido pela única opção de um lar e pelo vínculo que as pessoas ali desenvolveram, concebido no intuito de conseguir uma melhoria na moradia e compartilhado entre os vizinhos em seu cotidiano, vivido na organização da luta para que o bairro pudesse untar uma infraestrutura apropriada para atender as necessidades básicas e ao mesmo tempo mantenha os laços de amizade e identidade, como Lefévre (2001) considera importante para o retrato da cidade. Para ele, estas manifestações fazem do espaço urbano um “direito à cidade” que garanta a participação efetiva de toda população.

Diferentemente das gerações passadas, quando o perfil de quem habitava as cidades era de migrantes rurais, hoje não é essa realidade a predominante. Ao estudarmos a experiência da maioria da população brasileira neste início de século, comprova-se que, desde há algumas décadas, os centros urbanos são predominantes no país. Encontramos assim pessoas que migram de cidade para cidade e que, dentro de algumas metrópoles, se deslocam de bairro para bairro. Supomos que isso colabora para que a formação dos bairros adquira aspectos singulares no que diz respeito à sua ocupação e às relações que resultam deste convívio.

Na cidade de Curitiba, os problemas relacionados à habitação e aos fatores de infra-estrutura urbana, não a torna diferente da conjuntura nacional das demais cidades brasileiras que possuem características semelhantes. Analisando suas características, destacamos a cidade de Curitiba nesse estudo por ser uma das Regiões Metropolitanas no Brasil contando com 25<sup>8</sup> municípios envolvidos, tendo a propriedade de ser um pólo concentrador da população na dinâmica do crescimento demográfico. Conforme a SETP (2003):

A dinâmica do crescimento demográfico do município esta ligada a diversos fatores que transformaram a RMC num pólo concentrador da população: exigências de novos padrões produtivos que expulsam pequenos produtores das atividades agropecuárias, à fragilidade das condições de retenção de população de alguns pequenos centros urbanos do Estado, ao lado da crescente concentração de atividades econômicas e de grandes investimentos na RMC.

A Região Metropolitana de Curitiba – RMC foi criada pela Lei Complementar nº14 em 1973, conjuntamente com outras oito regiões no Brasil. Envolvendo a ação de diversas esferas de governo, foi planejada a ocupação urbana em nível nacional. A partir do momento em que vários aspectos contribuíram para que Curitiba expandisse a sua área de influência, ela adquiriu perfil de Região Metropolitana.

A proposta do Governo Federal naquela época, para a criação das regiões metropolitanas no Brasil, era a de instaurar determinadas políticas permanentes de intervenção no espaço urbano. Essas ações se iniciaram no Brasil após a 2ª guerra, com o início da industrialização, devido aos incentivos do governo do presidente Juscelino Kubitschek às indústrias multinacionais, isso contribuindo para o aumento da população urbana no país em relação à rural. Mas o fato adquiriu um maior significado com a construção de uma nova sede do governo federal, a capital do Brasil inteiramente construída sob a égide da “ciência” do urbanismo que foi Brasília.

É importante destacar que na década de 60 se instaura o período militar (1964-1985), o qual tinha como meta e propaganda projetos de planejamento e reforma urbana, “construções faraônicas” como a ponte Rio-Niterói ou a criação de órgãos como o BNH (Banco Nacional de Habitação), EBTU (Empresa Brasileira Transporte

---

<sup>8</sup> Região Metropolitana de Curitiba é composta por 25 municípios: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulisses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barros, Quitandinha, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

Unificado), enfim, várias ações que incentivavam os investimentos públicos e privados nas cidades, mas não dirigidos para benefícios da maioria de sua população.

Cabe aqui perguntar, quais seriam as conseqüências, benefícios e prejuízos de uma cidade ser metrópole? Segundo Oliveira (2002), a Constituição de 1967 teria de reconhecer que uma metrópole deveria ser uma instância de poder, a fim de coordenar e centralizar as ações e planejamentos de várias entidades governamentais envolvidas na organização urbana da sua região. Porém, os critérios para a definição de uma metrópole neste momento no Brasil tiveram basicamente objetivos políticos, pois as primeiras cidades escolhidas foram apenas capitais de Estados, sendo que, dentre estas nem todas tinham problemas urbanos a serem resolvidos como algumas cidades do interior do nosso país.

Com isso, o programa de planejamento urbano proposto pelo governo federal ocorreu em cada caso de forma isolada, sem que houvesse uma integração nacional nas soluções dos problemas, como foi a proposta inicial na formação das metrópoles, considerando que a relação política entre os órgãos responsáveis e os administradores municipais é que a decidia as obras e prioridades. Isso não significaria que seria aplicado esse programa em sua amplitude, a população com sua experiência e organização, contemplava se a aplicação deste programa na prática seria compatível ou não com a realidade.

Curitiba conseguiu organizar ações concretas para implantar reformas urbanas, já que seus planejadores conciliaram a elaboração e a execução do programa sem precisarem de executores, os empresários da construção civil, como aconteceu em outras metrópoles, no caso de São Paulo e Rio de Janeiro. De um modo geral a cidade chamou a atenção da opinião nacional, inclusive do Ministério do Interior, destacando sua importância como resultado positivo de experiências urbanísticas. Para isso teve como base uma agência central de planejamento, na qual participavam urbanistas e diversas entidades e instituições públicas e privadas (empresários). “O que não é percebido é o quanto esta perspectiva evolucionista desqualifica, desmerece e escurece toda a riqueza histórica das demais experiências de vida urbana e, mesmo de planejamento e gestão urbana no Brasil moderno”. (GARCIA, 1997, p.67).

Além disso, notamos que as verbas federais, para os municípios ou mesmo para as metrópoles aplicarem seus planos de desenvolvimento urbano, eram atreladas as condições de pagamento que os municípios e as metrópoles teriam que fazer. Ou seja, o objetivo dessas verbas deveria ser, em princípio, o de estruturar e resolver problemas urbanos, essencialmente nas cidades carentes de recursos próprios, as quais poderiam investir na organização e melhoria de obras sociais, como transporte, habitação, escolas, creches, lazer, postos de saúde e hospitais. Porém, a aplicação dessas verbas teve outros objetivos e destinos que não consideraram o tipo de obra para o qual foram pensadas, como são as aqui já citadas.

No que se descreve nota-se como a população foi ignorada, com suas representações do espaço e seu desempenho no cotidiano gerando um espaço concebido, que tem seus objetivos políticos de atuação e adaptação.

Pelas informações obtidas, esse desvio na aplicação das verbas acontece, principalmente, porque as instituições públicas como os municípios, estados e governo federal, sempre realizaram ao longo da história investimentos em infra-estrutura nas obras sociais em parcerias com os setores privados, além de dependerem dos impostos arrecadados dessas instituições. Notamos que o setor privado, representado por empresários de setores envolvidos em assuntos de planejamento urbano, apresenta uma capacidade de mobilizar apoios e de influenciar a opinião pública através de vários mecanismos, como a imprensa, para garantir a execução dos programas de reforma urbana, desprezando os movimentos sociais preocupados com os problemas urbanos e a experiência de seus moradores no enfrentamento de suas dificuldades.

Nem sempre esses assuntos de planejamento urbano resultam naquilo para o qual foram destinados originalmente; não devemos ignorar que os moradores também têm uma visão da cidade que desejam habitar e na qual conviver. Muitas vezes, é uma visão diferente daquela que as instituições tentam desenvolver e aplicar. Como destaca Soja (1996), estas representações do espaço também estão presentes nas mobilizações de habitantes como da Vila Torres.

A partir da década de 60, vários fatores incentivaram a implantação do plano diretor de Curitiba, transformado em lei pela Câmara em 1966. Contribuíram para isso: a criação do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal, que trouxe

mão-de-obra especializada para estudar as questões urbanas: o financiamento de obras pela Codepar (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná), na recuperação do centro da cidade e na instalação do distrito industrial e o principal que foi a fundação do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) em 1965 (Oliveira, 2002, p.43).

A Vila Torres recebeu nos anos 60 uma grande quantidade de migrantes vindos da área rural, na esperança de conseguir uma melhor qualidade de vida e de emprego, já que existia uma divulgação sobre as ofertas de trabalho nas indústrias. Enfim vieram atraídos por supostas condições de moradia, escola e tratamento médico adequados para as necessidades, pois nos lugares de origem destes moradores os serviços eram precários ou inexistentes.

Surge, portanto, a partir dos anos 70, um direcionamento por parte dos municípios para atrair novas indústrias, o que resultará em fontes de recolhimentos e supostamente na geração de novos empregos e serviços indiretos.

As falhas e a lentidão desse processo se deveram às incompatibilidades entre os governos municipais, estaduais e federais no que diz respeito aos partidos políticos que governavam tais esferas. As relações de poder entre os partidos e as disputas em querer demonstrar a população os serviços, influenciaram diretamente a execução dos planos através das verbas destinadas, muitas vezes canceladas, na manutenção dos órgãos responsáveis ou por abandono de continuar uma obra em que o outro administrador tinha iniciado no governo anterior. Mesmo nas instituições, agências e órgãos responsáveis pelos projetos ocorria a existência de disputas e discordâncias internas na realização e nas decisões de encaminhar o plano urbanístico. A própria burocratização foi usada como forma de empecilho como nos lembra Foucault (2003), instalando-se uma “microfísica do poder”, manifestada no cotidiano dos relacionamentos pessoais e não apenas entre instituições.

Pelos nossos estudos, o evento que resultou numa reflexão sobre os caminhos em que Curitiba iria trilhar em relação ao desenvolvimento industrial foi a realização do Seminário de Desenvolvimento Industrial em 1965, uma parceria entre a FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) e a ACP (Associação Comercial do Paraná), com a participação também de membros dos governos municipal e estadual.

O objetivo principal seria incentivar um maior entrosamento entre os órgãos envolvidos nos assuntos comerciais e industriais presentes na cidade (Oliveira, 2002).

Tais iniciativas, que apresentavam objetivos e argumentos diversos, além dos já citados anteriormente, também serviriam para fortalecer a autonomia do Paraná em relação aos outros estados, dos quais dependia, principalmente quanto aos produtos industrializados, o que gerava incômodos à elite paranaense. Com esses intuitos, a administração municipal se empenhou em organizar forças e capitais para viabilizar o programa de industrialização e evitar a evasão de divisas, estimulando a unidade territorial e afastando assim o perigo de seu desmembramento na parte norte, como a proposta de formação do Estado do Paranapanema previa (Oliveira, 2002).

Uma das iniciativas que rendeu concretamente ao estado uma “autonomia”, foi quando a organização das entidades envolvidas pleitearam ao governo federal um projeto na área da siderurgia e petroquímica, resultando na instalação de uma refinaria da Petrobrás em 1976 no município de Araucária. Todas essas ações são destacadas como únicas no processo de crescimento urbano da cidade.

Quando analisamos projetos sobre formação de uma metrópole, notamos que os critérios destacados pelo governo federal, na escolha de determinar as cidades que receberão esta designação administrativa e política, nem sempre correspondem às perspectivas teóricas dos estudos e pesquisas realizados sobre o tema, nem mesmo à visão das pessoas envolvidas que habitam a cidade.

Existem diversos conceitos e propostas sobre como uma cidade se torna uma metrópole. Ribeiro (1997) definiu Metrópole como “uma grande cidade em termos populacionais e dadas às funções urbanas diversificadas e especializadas”. Também destacou nessa sua idéia:

A Metrópole seria, então, a forma espacial que expressa a divisão do trabalho entre as funções produtivas, administrativas e de investigação e desenvolvimento, que se separam funcional e fisicamente, estabelecendo a fragmentação espacial, em virtude das facilidades propiciadas pelo desenvolvimento da infra-estrutura de transporte e comunicação.

Quais foram os motivos que, a partir da década de 70 transformaram Curitiba numa das regiões metropolitanas nacionais? Embora seu crescimento urbano date dos anos 50, a década de 70 merece destaque, pois foi nesse período que Curitiba recebeu



em seu território grande quantidade de migrantes provenientes das áreas rurais, como resultado de um processo nacional de crise na agricultura.

É interessante destacar que, assim como Curitiba, outras cidades do Brasil se transformaram em pólos receptores de migrantes rurais, e que o Estado do Paraná sofreu perdas populacionais para outros Estados e regiões brasileiras com o fenômeno do êxodo rural.

Esse processo, pelo que observamos, foi consequência da mecanização da agricultura e da modernização agrícola, além da mudança na estrutura fundiária e produtiva do Estado do Paraná que gerou um empobrecimento dos agricultores, expulsando os pequenos produtores e não proprietários que, sem condições financeiras de arcar com a competição dos grandes fazendeiros e empresas agrícolas, tiveram que optar por outro caminho na atividade profissional e econômica. Segundo Ribeiro (1997, p.3), “existem fortes indícios de que essas mudanças tecnológicas no sentido da flexibilidade estejam repercutindo na distribuição das atividades no espaço”.

Segue abaixo informações que comparam o crescimento populacional da região metropolitana no período (1950/91) que percebemos uma importância marcante na última década do século XX (Tabela 1):

**TABELA 1 - TAXAS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO ANUAL PARA A POPULAÇÃO TOTAL DAS REGIÕES METROPOLITANAS E METRÓPOLES, 1950/91.**

Regiões Metropolitanas	1950/1960		1960/70		1970/80		1980/91	
	TOTAL	Metrópole	TOTAL	Metrópole	TOTAL	Metrópole	TOTAL	Metrópole
Belém	4,70	4,67	4,85	4,85	4,32	3,24	2,65	2,65
Fortaleza	5,37	7,07	4,87	5,99	4,37	4,37	3,49	2,77
Recife	4,24	4,41	3,93	3,10	2,79	1,32	1,85	0,71
Salvador	4,82	5,26	4,77	4,93	4,41	4,08	3,18	2,97
Belo Horizonte	6,47	6,88	6,25	6,53	4,76	3,82	2,52	1,14
Rio de Janeiro	4,33	3,42	3,63	2,70	2,47	1,85	1,01	0,65
São Paulo	6,06	4,83	5,53	6,15	4,48	3,59	1,86	1,15
Curitiba	5,47	9,54	5,04	5,49	5,79	5,36	3,02	2,28
Porto Alegre	5,77	5,12	4,20	3,69	3,93	2,61	2,59	1,06
Total	5,17	4,68	4,66	4,75	3,81	3,28	1,98	1,37

**FONTE: ROCHA & TOLOSA (1993) *apud* DAVANSO, 2001**

Davanso (2001) mostra que no período da década de 70, a RMC adquiriu a mais alta taxa de crescimento populacional em relação com outras experiências metropolitanas no Brasil, isso devido ao processo da intensa migração no Estado.

Entre 1970 e 1991, o número de cidades que concentravam população acima de 50 mil habitantes passou de 5 para 22, sendo que dos 17 novos centros 6 se localizam na RMC. O autor também informa que com isso entre, o período de 1970 a 1996 a RMC houve um acréscimo populacional de 174,7% aproximadamente, o que representa um crescimento de 1.519.000 pessoas a mais na região, o que só em Curitiba resultou em 857.000 pessoas a mais, ou seja, 56,4% de acréscimo em suas população total, atingindo um índice de densidade demográfica em 1996 de 3.390 hab/km<sup>2</sup>. Tais dados podem ser verificados na tabela abaixo (Tabela 2).

**TABELA 2 – POPULAÇÃO DE CURITIBA E SUA PARTICIPAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA E NO ESTADO DO PARANÁ**

<b>Ano</b>	<b>Curitiba (habitantes)</b>	<b>Região Metropolitana de Curitiba (habitantes)</b>	<b>% de Curitiba na Região Metropolitana</b>	<b>Paraná (habitantes)</b>	<b>% de Curitiba no Paraná</b>	<b>% da Região Metropolitana no Paraná</b>
<b>1940</b>	140.656	261.211	53,85	1.236.276	11,38	21,13
<b>1950</b>	180.575	333.156	54,20	2.115.547	8,54	15,75
<b>1960</b>	361.309	554.692	65,14	4.268.239	8,47	13,00
<b>1970</b>	609.026	869.837	70,02	6.929.868	8,79	12,55
<b>1980</b>	1.024.975	1.492.108	68,69	7.629.392	13,43	19,56
<b>1991</b>	1.315.035	2.055.455	63,98	8.448.713	15,56	23,23
<b>1996</b>	1.476.253	2.401.068	61,48	8.985.981	16,43	26,72
<b>2000</b>	1.587.315	2.726.580	58,21	9.563.458	16,59	28,51
<b>2005</b>	1.757.904	3.224.553	45,16	10.261.856	17,13	31,42

**Fonte: IBGE – Censos demográficos de 1940 a 2000 e estimativas de 2005.**

Tudo isso faz parte de um contexto que, no caso do Paraná e em Curitiba especialmente, se iniciou na década de 60, como já destacamos, momento quando alguns grupos pensaram em desenvolver estratégias que incentivassem o investimento industrial, impulsionando a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Essa mentalidade de direcionar a aplicação de verbas e propaganda para uma área da economia (setor industrial) que não compactuava com a realidade do estado, tipicamente rural, trouxe conseqüências sociais com reflexos nas décadas seguintes, causando um custo social altíssimo, como o aumento da pobreza nas cidades, contingentes de migrantes vindos sem estrutura de moradia e emprego para garantir condições básicas de sobrevivência, como o próprio caso da Vila Torres, onde durante

um bom período, muitos moradores tiveram suas casas quase invadidas pelo rio Belém.

Analisando a situação da época, percebe-se que no incentivo à indústria local se incluíam investimentos em setores de grande porte, empresas nacionais e estrangeiras, inclusive recursos estaduais e municipais em estruturas às quais a maioria da população não teve acesso ou benefícios, o que tornou a economia dependente dessas instituições privadas nos aspectos que implicavam a sobrevivência da população como vestuários, calçados, alimentos, meios de transporte, etc.

Como destaca Garcia (1997, p.88):

Interessante analisar quais parcelas da população melhor protagonizam os valores e as regras de uso dos espaços presentes na imagem vinculada, introduzindo clivagens ou diferenciações na vivência da cidade.(...) Curitiba foi pensada para ser a cidade de classe média por excelência. Sem contradições. Um belo jardim com crianças robustas.

Porém, sendo as relações de poder resultado de um processo social que possui formas diversificadas e heterogêneas de conviver e interagir, elas se relacionam entre a população e as instituições, ou mesmo entre os próprios moradores. As mudanças de planos e programas acabam acontecendo e muitas vezes sendo inevitáveis a sua interrupção.

Houve uma campanha para atrair investimentos na cidade, este plano foi implantado durante o período 1971-1983, o que corresponde às administrações dos prefeitos Jaime Lerner (1971-1975 e 1979-1983) e Saul Raiz (1975-1979). Todos esses planos contemplavam uma estrutura para reorganizar a cidade através de um sistema de integração entre moradia, lazer, avenidas, transporte coletivo.

Portanto, é importante destacar que em 1973 é criada em Curitiba a Cidade Industrial (CIC), com o objetivo de proporcionar condições básicas para que indústrias de diversos ramos se instalaram na região. Também consideramos a presença da Refinaria Getúlio Vargas da Petrobrás, existente em Araucária desde 1976, que contribuiu para atrair a população rural do próprio Estado.

Notamos que o Estado investe em infra-estrutura para atrair esse tipo de atividade econômica para a cidade, mas não fez o mesmo com população migrante que vem chamada para trabalhar nesse tipo de atividade, que teve por si só, que adquirir

sua territorialidade com organização e originalidade. O resultado do agir desse contingente humano demonstra que uma outra urbanização pode ser viável e possível.

O desempenho da Região (Metropolitana de Curitiba) em muito se deveu à supremacia do município de Curitiba e à instalação da CIC (Cidade Industrial de Curitiba) em 1973, um distrito industrial concebido no interior do processo de planejamento urbano, através do qual os poderes público municipal e estadual dotaram a referida área com infra-estrutura necessária à atração de grandes capitais. (FIRKOWSKI, 1997, p.122).

Assim, com uma formação educacional inadequada, sem especialização e conhecimentos necessários para exercer as atividades nesse novo tipo de trabalho, essa população oriunda do campo acaba sofrendo as consequências do desemprego, que dificulta sua sobrevivência nos centros urbanos, implicando em precárias condições na sua qualidade de vida. Diferentemente dos migrantes que chegaram na cidade atraídos por outros motivos e em outras condições, principalmente para investirem no seu próprio negócio ou trabalhar nas empresas instaladas na região.

Diante dessa situação, a população encontrou como solução para o problema da moradia, de forma imediata, a ocupação das periferias da cidade e dos municípios vizinhos à capital, ou mesmo de áreas inadequadas como as encostas de morros e margens de rios, conforme se vê no caso da Vila Torres. “Assim, o processo de periferização/metropolização assume características de distribuição espacial da miséria. O *continuum* em que se situam as metrópoles combinam essas duas facetas, com maior ou menor predomínio de uma ou de outra, ou mesmo com uma combinação equilibrada das duas”. (Ribeiro, 1997).

Verificamos os seguintes dados de Garcia (1997, p.90):

Comparar Curitiba a cidades do Primeiro Mundo facilita a acomodação. A imagem – mito da cidade esconde bolsões de miséria na periferia e áreas metropolitanas que a aproximam mais ao Quarto Mundo. Estimativas de organizações não-governamentais revelam que mais de 300 mil pessoas vivem em favelas na “Capital Ecológica”. Dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC (1995) – identificam 244 áreas de sub-habitações onde residem mais de 200 mil pessoas. Há falta de saneamento básico em 71% destas áreas e a coleta de lixo cobre apenas 57% delas. Também dados do mesmo Instituto revelam que, do total da área urbanizada de Curitiba, apenas 46% é atendida por rede de esgoto.

Dada a presença das indústrias na cidade, o que acarretou um inchaço urbano, inicia-se um processo desenfreado de ocupação que tem como consequência o aumento dos problemas sociais, ambientais, econômicos, que acabam se projetando

para todo o Estado. Podemos analisar a diminuição da população rural e o crescimento da população urbana na tabela abaixo (Tabela 3).

**TABELA 3 – POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO ESTADO DO PARANÁ 1960-2000**

ANO	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA (%)	RURAL (%)
<b>1960</b>	1.310.969	2.952.752	4.263.721	30,75	69,25
<b>1970</b>	2.504.378	4.425.490	6.929.868	36,14	63,86
<b>1980</b>	4.472.561	3.156.831	7.629.392	58,62	41,38
<b>1991</b>	6.197.953	2.250.760	8.448.713	73,36	26,64
<b>1996</b>	7.011.990	1.991.814	9.003.804	77,88	22,12
<b>2000</b>	7.782.005	1.776.121	9.558.126	81,41	18,58

**FONTE: CIGOLINI (2004)**

Observamos que na história da urbanização no Brasil não houve uma preocupação nas diversas esferas da política e nos poderes federal, estadual ou municipal com a mudança no perfil da população durante a transição, isto é, quando ela deixa de ser rural para ser urbana. Notamos que primeiro ocorre a proposta e idéia, o interesse, um acordo de alguns setores da sociedade em aplicar um programa ou projeto, somente depois aparece a população tendo que se adaptar àquilo que é determinado por essas esferas e quase “imposto” a ela, apesar de existir resistência e estratégias por parte dessa população em superar e suportar essas mudanças.

É das chamadas “heterotopias” (Foucault, 2001) que emergem esses espaços contraditórios e conflitantes, construídos pela população e que resultam nos seus espaços de representação, onde se priorizam necessidades e solucionam os problemas do espaço vivido, desafiando assim, os programas e planos elaborados pelas instituições públicas ou privadas.

Com a intenção de incentivar o crescimento industrial do estado, não somente no Paraná, como também em outros estados brasileiros, esta prática de desenvolver programas de desenvolvimento foi comum em relação à criação das cidades industriais e depois entre os próprios estados a partir dos anos 80, em relação à chamada “guerra fiscal” e a Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei complementar nº101 de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal que, entre outras providências, limita o gasto em folha de pagamento em 50% para a União e 60% para Estados e Municípios (Artigo 19).

Do mesmo modo, quando foram criadas as Cidades Industriais no Brasil esta “guerra fiscal” foi uma forma que os estados brasileiros arrumaram para cativar empresas nacionais ou estrangeiras para os seus territórios. Estimulando com estas instalações industriais a produção de mercadorias e produtos que gerariam serviços acarretando maior arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Segundo Smaniotto (2001, p.55), os benefícios recebidos por estas empresas são inúmeros, como “doação de áreas industriais, execução de obras de terraplanagem, fornecimento de infra-estrutura básica à porta do estabelecimento industrial, tal como energia elétrica, água, saneamento básico, construção de obras viárias de acesso (pontes, viadutos), ramais ferroviários, até construção de creches e escolas”.

Esses investimentos são realizados sob o discurso da geração de empregos diretos e indiretos à população. No entanto, o Estado se compromete em financiar um chamado “desenvolvimento” que muitas vezes gera mais problemas à sociedade do que benefícios. Além do compromisso dessas empresas de apenas buscarem lucros e vantagens, sem nenhuma preocupação com a população, apesar de muitas terem como propaganda à responsabilidade social nos seus endereços eletrônicos e projetos.

Há que se ressaltar que muitos investimentos feitos pelo Estado acabam repercutindo nos bairros próximos às empresas recém-instaladas. Mas o custo social, a longo prazo, nem sempre é positivo e compensador, pois caso o resultado não seja o esperado por essas empresas elas desativam sua estrutura, fecham o estabelecimento e deixam para trás o pouco emprego que geraram e o prejuízo à sociedade que indiretamente financiaram os investimentos privados.

Finalmente, é importante destacar que apesar de reconhecida nacionalmente como modelo de preservação ambiental, Curitiba e, principalmente a RMC apresentam dificuldades com relação à integração intersetorial e interinstitucional com um descompasso entre as políticas de saneamento, de saúde, de recursos hídricos, de desenvolvimento urbano, de habitação e meio ambiente. (DAVANSO, 2001, p. 47).

Apesar dos índices que acusarem um aumento de áreas de ocupação irregular em Curitiba por uma população migrante, quando consideramos a população urbana,

observamos que em Curitiba o auge de sua concentração populacional foi durante a década de 70, diminuindo nas décadas seguintes.

Proporcionalmente, as outras cidades da Região Metropolitana aumentaram. Isso foi reflexo, em princípio, de uma valorização econômica dos espaços urbanos de Curitiba, quando surgem propostas acessíveis para a compra de terrenos e aluguéis nessas cidades da região, dirigidas aos migrantes vindos tanto da área rural como de outras cidades e estados. Mas temos o início, nesse período, da organização das associações de bairro e do envolvimento dos moradores na melhoria de seus territórios e a percepção de que ao se juntarem adquirem poderes para resolver seus problemas.

Existiram outros fatores que reforçaram esta situação comum no quadro econômico nacional. Após o período do chamado “Milagre Econômico”, política essa que o governo federal realizou após o golpe militar de 64 e praticado intensamente na década de 70, como já citamos anteriormente, ocorreu uma estagnação na economia, o que trouxe como consequência à ausência de investimentos em diversas áreas.

A década de 80 é marcada por um quadro de estagnação da economia brasileira ou, em outros termos, de ausência de um crescimento auto-sustentado, em decorrência da não-superação de uma série de obstáculos estruturais, dentre os quais podem ser destacados: o desequilíbrio das contas externas; cessação dos fluxos financeiros internacionais; a indefinição de esquemas viáveis de financiamento dos investimentos a longo prazo; baixo nível de inversões em aumento da capacidade produtiva da economia, especialmente por parte do setor público nos setores de insumos básicos e infra-estrutura; a brusca queda do poder aquisitivo dos salários associada a elevadas taxas de inflação; o crescente atraso científico e tecnológico, entre outros. (IPARDES, 1991, p.21).

Esta situação originou mudanças nos setores da economia e repercutiram de maneira negativa em todo o estado se comparando os índices no PIB (Produto Interno Bruto) em relação à agropecuária paranaense na década de 80. Apesar do crescimento do PIB na agropecuária, em alguns momentos não houve aplicação de investimentos na área rural, tanto para o pequeno produtor para a mão-de-obra do trabalhador rural, pois a entrada do capital industrial na agricultura já estava presente desde a década anterior (70) se bem que não com tanta intensidade como foi nos anos 80. Isso comprova que muitos dos migrantes que saíram da área rural para ir aos centros urbanos, o fizeram não apenas impelidos pela existência das indústrias e de uma perspectiva de trabalho nesse novo tipo de serviço, mas também por não ter outra opção.

Os dados para 1988 demonstram a manutenção de elevada concentração dos recursos creditícios entre as categorias de tomadores. Enquanto a categoria grande produtor realiza 7,2% dos contratos e captam 21,7% do valor total concedido, os mini e os pequenos produtores realizam 70,5% das operações de crédito e recebem apenas 22,9% do valor do crédito destinado à agropecuária paranaense. (IPARDES, 1991, p.32).

Abaixo temos a Tabela 4 que demonstra esta afirmação no período (1970/88) que ocorreu a mudança na economia do Estado:

**TABELA 4 – COMPOSIÇÃO DO PIB DO PARANÁ (%) – 1970-80-85-88**

<b>ANO</b>	<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>INDÚSTRIA</b>	<b>SERVIÇOS</b>
1970	25,6	23,6	50,8
1980	19,4	28,8	51,8
1985	20,8	25,4	53,8
1988	13,7	27,2	59,1

**FONTE: IPARDES, 1991**

Mas é na década de 90 que o Paraná retoma a sua opção de concentrar sua atividade econômica na área industrial, deixa assim, o seu perfil de agroindustrial e investe na chamada Guerra Fiscal, como já comentamos anteriormente. Firkowski (1997) identifica no ano de 1992, na gestão do governo de Roberto Requião, o começo deste processo.

Além disso, houve a implementação de uma propaganda amplamente divulgada no país, mostrando Curitiba como a cidade da “qualidade de vida”. Destacou-se também “a superioridade dos serviços urbanos” e seu “alto padrão de opções culturais e de lazer que a colocam ao lado de cidades do Primeiro Mundo”, como complemento dessa campanha. “Curitiba, surge, a partir da imagem criada, como espaço condensado, por excelência, dos anseios de segmentos profissionais e empresariais pertencentes a camadas médias relacionadas a modo de vida e usufruto da cidade”. (GARCIA, 1997, p.113).

Essa nova fase da industrialização no Estado seria consolidada em 1995 com um programa organizado pelo ex-prefeito Jaime Lerner que, após assumir o governo, propõe uma série de incentivos que passa a chamar de Programa Paraná Mais Emprego. Os pontos principais deste programa, segundo a Secretaria de Estado da



Indústria, Comércio e Turismo – SEIT, 2000 (*apud* Smaniotto, 2001), para atrair as indústrias e oferecer os benefícios e vantagens de se instalarem no Paraná, foram:

- Orientações de enquadramento e busca de alternativas de crédito para o financiamento de projetos de implantação, realocização e expansão, junto a instituições vinculadas, que atuam com linhas de crédito do Sistema BNDES e outras, como BRDE, SEBRAE e Banco do Brasil;
- Busca de alternativas de crédito para projetos junto a instituições vinculadas, que atuam com linhas de crédito do Sistema BNDES e outras, como BRDE, SEBRAE e Banco do Brasil;
- Levantamento das alternativas de localização do empreendimento, e análise dos requisitos técnicos e ambientais necessários a implementação do projeto, tais como: incentivos municipais diferenciados, distritos industriais estruturados, apoio em serviços de terraplanagem e/ou aquisição de áreas a preços competitivos;
- Apoio logístico na adequação de infra-estrutura física junto a órgãos vinculados, como COPEL, SANEPAR, COMPAGÁS, IAP, CODAPAR, COHAPAR e demais Secretarias de Estado;
- Disponibilidade de informações socioeconômicas; Acompanhamento e apoio no desenvolvimento do projeto e implantação do empreendimento.

Além de fornecer todo esse amparo às empresas que se interessaram em vir para o Paraná, a região de Curitiba em especial possuía características que despertavam a vinda de empresas para a RMC, por exemplo: o Porto de Paranaguá a 90 km da capital; o aeroporto internacional Afonso Pena de São José dos Pinhais; o entroncamento das principais rodovias federais (BR 116, Br 277, Br 376) que interliga o Paraná com a região Sudeste, principalmente São Paulo e com outros estados do Sul, facilitando o comércio no MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

Segue abaixo um quadro dos principais produtos que foram destaques neste período (1995/96), devido os investimentos industriais realizados no Estado (Quadro 1):

**QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS RECENTES NO PARANÁ 1995-1996**

<b>Gêneros</b>	<b>RMC (%)</b>	<b>Demais áreas do estado (%)</b>
Agroindústria	14,3	85,7
Minerais não-metálicos	100	0
Metalúrgica	83,3	16,7
Mecânica	87	13
Material Elétrico e de com.	95	5
Material de Transporte	100	0
Madeira/Mobiliário	9,5	90,5
Química	85	15

Papel e Papelão	0	100
Prod. Mat. Plástico	100	0
Perfumaria	100	0
Têxtil	0	100
Bebidas	18	82
Fumo	83	17
Gráfica	100	0
Comercio e serviços	51	49
Total	72	28

**FONTE: IPARDES (1996) *apud* FIRKOWSKI, 1997**

Com a vinda de empresas de diversos ramos para o estado do Paraná, a propaganda de Curitiba se amplia em nível nacional, tendo o incentivo daqueles que se beneficiaram da industrialização, principalmente empresários da área industrial, Garcia (1997, p.142) destaca:

É nesta disputa que o tema das montadoras foi rapidamente incorporado pelo discurso dominante passando a ser o grande eixo da propaganda oficial. Por outro lado, é importante assinalar que os meios de comunicação e informação, talvez muito mais que em outras regiões, são marcados pelo servilismo ao *establishment*, com uma marcante ideologização da informação pública obscurecedora do enorme vazio de cidadania que parece imperante.

Dado o processo da chamada modernização da economia, defrontamo-nos com situações e quadros excludentes quando comparamos esses processos de padronização e de investimentos em áreas essenciais e sociais na cidade. Esta cidade modernizada acaba selecionando a população que tem acesso aos novos serviços e equipamentos urbanos. Nos anos 90 ocorreu em Curitiba a divulgação da imagem de uma cidade humanizada, para que se utilizou um discurso no qual aparentemente existia a preocupação com as áreas sociais (como o incentivo aos carrinheiros, a reciclagem, etc), mas que, na verdade, ocultava as diferenças e neutralizava os problemas.

No entanto, assim como existiu o movimento das instituições públicas e privadas na aplicação de seus interesses e objetivos em prol da atração de investimentos empresariais para a cidade, a população carente também se organizou nos movimentos sociais, participando de mobilizações, conjuntamente com diversas entidades, a fim de reivindicar os seus espaços e direitos no processo de urbanização da Região Metropolitana de Curitiba.

Encontramos experiências semelhantes em todo o Brasil, em que a população desprovida de recursos, informação e condições básicas de sobrevivência, encontra nessas mobilizações uma perspectiva de obter tanto bens e equipamentos de consumo coletivos, como transporte, saneamento básico, creches, postos de saúde, educação, assuntos relacionados ao trabalho e emprego, como a solução em relação à questão da moradia. Segundo Soja (1996), este último fato se mostra como resultado de um conflito entre os espaços real e imaginário da população, fenômeno que o autor denomina de “contraespaços”, por criar espaços de resistência a uma suposta ordem.

Tais movimentos no Brasil, que coincidem com o período da década de 70, surgem num momento em que as entidades representativas dos trabalhadores e da população mais necessitada praticamente inexistiam, já que durante a ditadura militar (1964-1985) muitos sindicatos, entidades estudantis, organizações populares e partidos políticos foram proibidos de atuar, sendo perseguidos quando promoviam alguma tentativa de ação resultando em mortes, prisões, torturas e desaparecimento dos seus membros. Assim, este tipo de atuação através de associações de bairro, pastorais, comunidades eclesiais de base, permitiu que houvesse uma reação e organização para que essa população conseguisse seus objetivos e que suas reivindicações chegassem aos órgãos responsáveis para encaminhá-los e realizá-los. “Em outras palavras, vivenciaram o processo de redemocratização não como o momento de “quebrar” as estruturas, mas como espaço de luta pelo reconhecimento de sua cidadania”. (BEGA, 1999, p.3).

Esta experiência resultou de forma positiva em alguns casos, incentivando a participação de militantes políticos como assessores desses movimentos ou mesmo o ingresso de entidades que perceberam aí um espaço de manifestação, ou ainda dando apoio jurídico, político, econômico a esses novos personagens da sociedade que buscavam na sua sobrevivência o bem coletivo como meta para a solução dos problemas sociais. É interessante observarmos que essas mobilizações retomaram a discussão sobre a construção da cidadania no Brasil que, no momento, apresentava-se adormecida devido à situação de controle político presente no contexto nacional.

No Paraná presenciamos a luta por melhores condições de trabalho e qualidade de vida como forma de resistência não somente nas áreas urbanas como também no

meio rural. A organização dos trabalhadores no movimento de luta pela terra, combate ao êxodo rural e garantia de trabalho, resultou na fundação do MST – Movimento dos trabalhadores rurais sem terra, em 1984 na cidade de Cascavel. A partir deste momento essa entidade se estenderia amplamente pelo Brasil.

Encontramos nesse movimento aquilo que Foucault (2003) manifesta sobre o poder: nem sempre este gera destruição ou é negativo, pois ele proporciona muitas vezes um espaço para a reflexão e a atuação sobre a conjuntura social, o que possibilita evidenciar os problemas existentes que precisam ser discutidos e resolvidos. Ou seja, um problema social, de dificuldade para a sobrevivência de pessoas, torna-se assim um objeto de estudo e reflexão para a busca de alternativas de solução, enquanto que, ao mesmo tempo, essa ação transparece para toda a sociedade a existência de seus problemas.

Presenciamos no quadro local dois movimentos ocorrendo paralelamente entre os que estão morando nas áreas rurais do estado e nas áreas urbanas. Como a Região Metropolitana de Curitiba é a maior área de concentração urbana do estado, é justamente nesses territórios que se darão os embates, as cobranças e a organização desses movimentos de maneira orgânica e latente.

Este processo, que combina urbanização com a exclusão de grandes segmentos populacionais das “benesses” da cidade, reflete na dinâmica de modernização da agricultura e da mudança na estrutura fundiária vivida pelo Paraná, combinada a uma industrialização tardia que não gera postos de trabalho na mesma intensidade com que ocorrem as mudanças na distribuição populacional. (BEGA, 1999, p.6).

O aumento da população morando em ocupações a partir dos anos 70 em Curitiba reforça a necessidade destes moradores se organizarem em associações para, assim, garantir a posse do terreno e a estabilidade de continuarem no mesmo lugar; de modo que sua luta se torna defensiva, contra ações de despejo ou realocação para outros pontos distantes na cidade.

Segundo dados levantados pelo IPARDES em 1976, dos 185 mil domicílios de Curitiba, 5.992 localizavam-se em áreas de favelas, com 33 mil pessoas de um total de 830 mil habitantes. Distribuíam-se em vários pontos do espaço da cidade, sendo as maiores a Vila Pinto, Valetão, Belém, Parolim e Vila Guairá.(...) Desta forma é razoável o número em torno de 130 mil pessoas morando de forma irregular indicado pelas pessoas ligadas aos movimentos populares de Curitiba no ano de 1993 (BEGA, 1999, p.8).

Os movimentos populares apoiados por representantes políticos, instituições e entidades, que garantiam a base jurídica para seu desempenho, foram adquirindo experiência: em 1991 existiam 290 associações, das quais 45% se concentrava em áreas de ocupações urbanas ainda não regularizadas, 27% em conjuntos habitacionais e 28% em outros bairros (Bega, 1999). A principal reivindicação desses movimentos se referia à questão da moradia, mas conjuntamente lutavam contra o desemprego, a favor do vale transporte para os desempregados, pela melhoria da saúde e do transporte coletivo, enfim, pela solução de diversos problemas.

O confronto de forças entre esses movimentos e a administração urbana em Curitiba torna-se menos intenso quando a administração de Roberto Requião (1985-1988) no governo municipal dá um apoio discreto a tais movimentos. Foram desenvolvidas nesse lapso diversas ações sociais na cidade, principalmente porque Requião buscava se diferenciar dos governantes anteriores e de seus adversários políticos. Com isso, o planejamento urbano ficou em segundo plano e a Secretaria Municipal das Administrações Regionais priorizou um conjunto de atividades que se diferenciavam por investir em áreas sociais como: urbanização das favelas, distribuição e implantação de manilhas, calçamentos, pontes, pavimentação, “sacolões” e “mercadoes” populares, construção de creches, atendimento a menores de rua, etc. (OLIVEIRA, 2002).

Nos anos 80, há um expressivo aumento da população nos centros urbanos devido à crise na economia nacional, como já mencionamos, essa situação gera um aumento dos problemas que já existiam com características mais sutis nas décadas anteriores, assim destaca-se a extrema desigualdade entre os moradores de uma mesma cidade.

A população migrante ou menos favorecida buscou suprir suas necessidade de moradia nos municípios vizinhos de Curitiba, na região metropolitana ou ocupando loteamentos clandestinos e territórios inadequados, como margens de rio, pois o planejamento urbano de Curitiba, como já destacamos, priorizou o acesso à moradia principalmente de uma classe social que teria condições de pagar os serviços oferecidos pela cidade, como comércio, energia, saneamento básico, asfalto, transporte, etc.

Para fazer frente a tal processo, cada grupo social reage de acordo com sua forma de organização e mecanismos de inserção nos espaço de negociação política. Os melhor aquinhoados utilizar-se-ão dos aparatos legais à sua disposição, enquanto os mais pobres organizam-se coletivamente em movimentos de denominações diferentes – associações, clube de mães, grupos de jovens, grupos de defesa, etc. -, buscando adquirir/restituir as condições de vida e trabalho, bem como o exercício da cidadania. (BEGA, 1999, p.7).

As experiências nas associações trouxeram a esses moradores uma nova concepção de participação na vida política e um aumento pelo interesse na busca de informações, a fim de ampliar a formação que obtiveram com a prática no movimento social. Inclusive, muitos desses moradores começaram a participar efetivamente de outros segmentos organizados da sociedade, como partidos políticos, sindicatos, pastorais, resultando o contato com uma vida social e cultural diferente daquela a que estavam acostumados. O contato com outras instituições e entidades sociais fez com que o horizonte e os conhecimentos dessas pessoas se ampliassem, dando lugar a novas reivindicações, como a questão da cultura e do lazer também relacionada à qualidade de vida.

Além de proporcionar aos moradores envolvidos nos movimentos uma convivência, em seu cotidiano, com a diversidade cultural, o próprio estado e uma parcela da população acabam percebendo e reconhecendo a importância de suas reivindicações e passam a observar nesses movimentos uma forma legítima de fazer política.

Não podemos generalizar, mas tais projetos populares trouxeram uma concepção de democracia para a sociedade, superando preconceitos e comprovando a capacidade da organização dos movimentos sociais, adquirindo respeito e reconhecimento pelos seus trabalhos. Antes identificados como “arruaceiros e baderneiros”, agora passam a ser vistos como movimentos sociais necessários para a concretização da democracia no Brasil.

Em relação às questões urbanas, esses movimentos trouxeram uma reflexão sobre a existência de uma cidade “real” e não apenas “legal”, questionando a forma como os planos diretores são realizados e como alguns conseguem driblar e superar dificuldades do cotidiano. Os chamados setores informais da economia, como comércio ilegal - ambulantes, transportes alternativos ou “piratas”, loteamentos

clandestinos, estão presentes na cidade obtendo inserção política em alguns assuntos e decisões através da sua organização e representações.

Abaixo verificamos alguns dados para melhor entendermos esse processo (Tabela 5):

**TABELA 5 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA – PEA – DO MUNICÍPIO DE CURITIBA – 2000 e PROJEÇÃO DE 2003 A 2006**

PEA	2000	2003	2004	2005	2006
<b>TOTAL</b>	<b>828.717</b>	<b>879.212</b>	<b>879.633</b>	<b>915.442</b>	<b>932.923</b>

Fonte: IBGE/SETP – CRT, 2000

### 3.2 – ASPECTOS GERAIS DA VILA TORRES

O território em questão é uma das ocupações antigas realizadas por migrantes sem teto em terrenos particulares e públicos da cidade de Curitiba. Surgiu em 1950 e era conhecida no município como a “Favela do Capanema”, depois com o nome de Vila Pinto e hoje Vila Torres, segundo depoimentos de moradores.

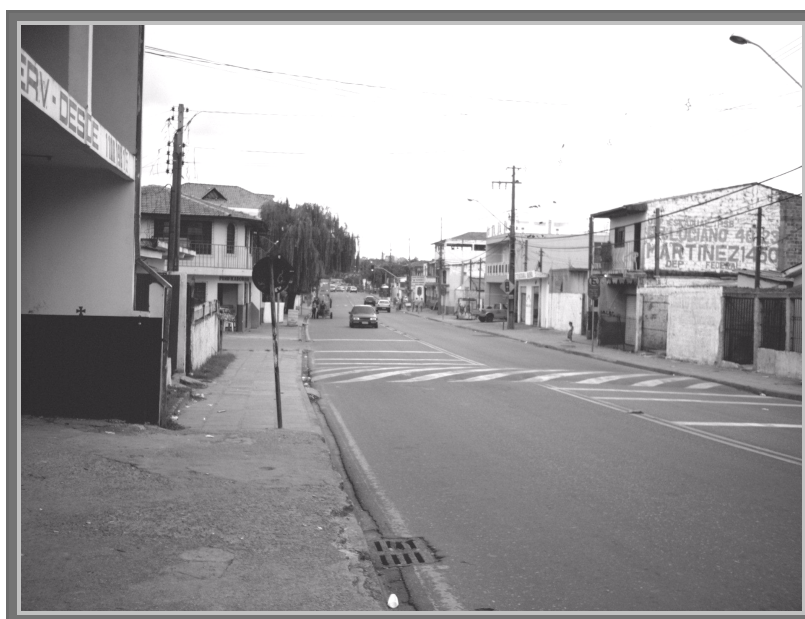
A Vila Torres se localiza na área central de Curitiba, às margens do rio Belém, entre a Rua Comendador Franco (Avenida das Torres), ao norte, no bairro Jardim Botânico, a Rua Felipe Camarão, ao sul, no Prado Velho, a Rua Aquilino Orestes Baglioli, ao leste, vizinha à PUCPR, e a Rua Antonio C. Ferreira, ao oeste, no Jardim Botânico. Possui uma área de aproximadamente 200 mil metros quadrados e integra a região administrativa matriz do município de Curitiba (Davanso, 2001).

Abaixo as fotos (FIGURAS 1 e 2), da Rua Guabirota, a principal que passa no meio da Vila Torres:



**FIGURA 1 – Sentido Prado Velho-Jardim Botânico**

**FONTE: BIANCHINI, 2006**



**FUGURA 2 – Sentido Jardim Botânico-Prado Velho**

**FONTE: BIANCHINI, 2006**

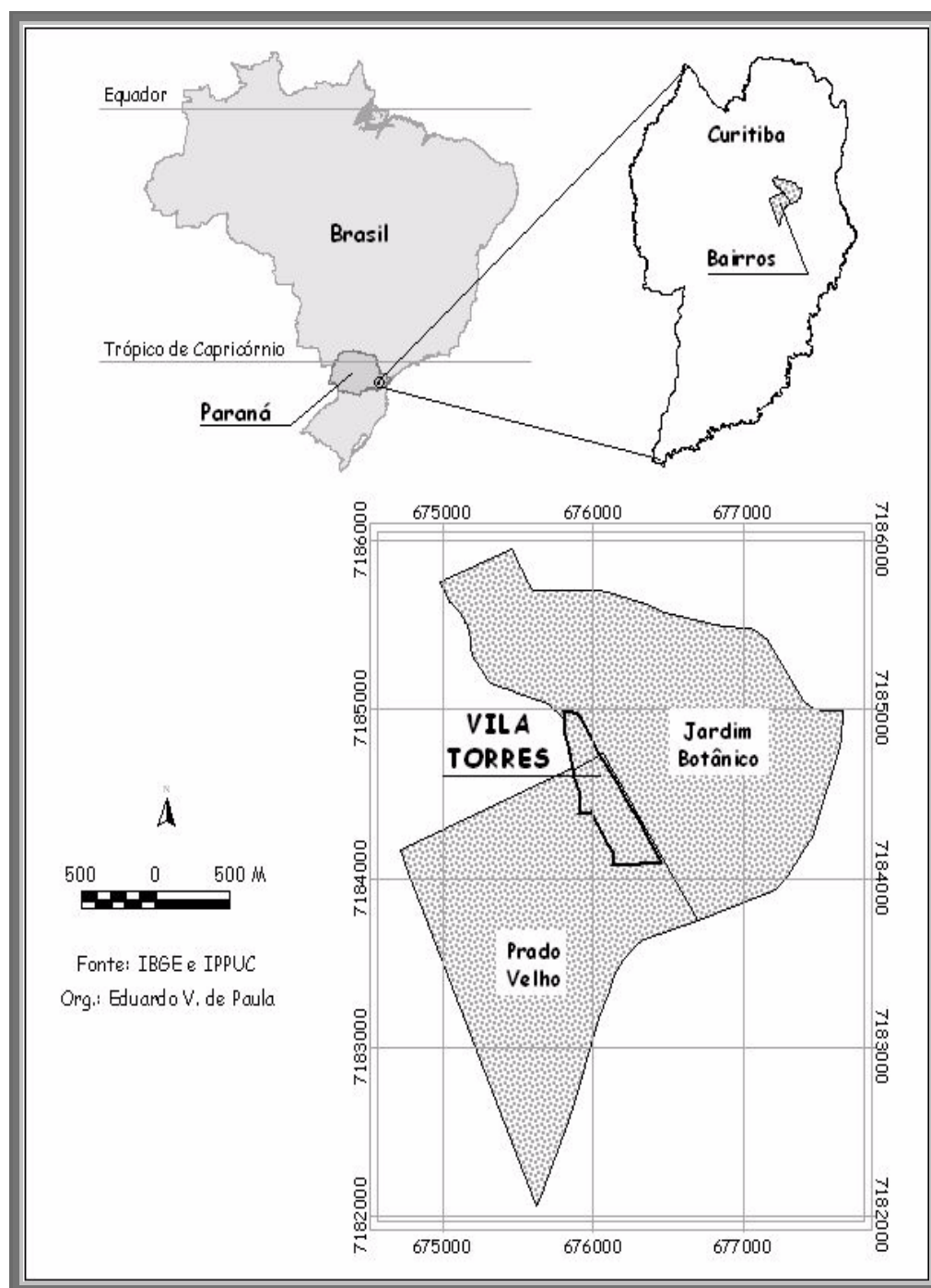
A Vila também fica próxima da rodovia BR 116, de centros de ensino superior, de pesquisa científica de excelência como a Universidade Federal do Paraná, a PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), de dois colégios particulares (Esperança e Medianeira), do moderno Centro Integrado de Empresários e Trabalhadores do



Paraná – FIEP/SESI/SENAI/CIEP/IEL e tem acesso à avenidas centrais da cidade. É também próxima de dois pontos turísticos conhecidos nacionalmente: o Jardim Botânico, símbolo da chamada "Capital Ecológica", e o Teatro do Paiol, que pertence ao circuito de eventos culturais.

Mais da metade desse território pertencia inicialmente a 27 proprietários, entre eles, os Irmãos Mauad, 51 lotes ao Moinho Graciosa, quatro lotes à Empresa Princesa do Norte, uma parte à Marinha, por ser beira de rio, posteriormente expropriados pela prefeitura, e outra ao Inamps.

Abaixo temos a FIGURA 3 localizando o Estado do Paraná, a cidade de Curitiba e a Vila Torres em destaque:



**FIGURA 3 – MAPA DA VILA TORRES**

O perfil de quem chegava para ocupar esse território era, em princípio, o de pessoas que vinham para Curitiba em busca de recursos médicos, já que a Vila localiza-se nas redondezas de vários hospitais, nas proximidades da Rodoferroviária e do centro da cidade, o que colaborou para atrair estas pessoas. Muitos dos que

optavam por ficar na Vila já tinham uma primeira experiência de moradia em Curitiba, no começo, fixando-se na periferia, acolhidos por parentes e amigos, mas depois, com a possibilidade de se obter a posse de um lote, mesmo que de forma ilegal, buscavam na Vila a esperança de adquirir uma moradia.

Nas próximas décadas, a partir de 50, quem procurava acomodação neste lugar eram migrantes vindos da região do norte do Paraná, principalmente da área rural, fugindo das crises da agricultura com a perspectiva de conseguir emprego e melhorias de vida em Curitiba, como educação, saúde e moradia, como já citamos anteriormente.

Esse processo continuou e foi aumentando durante as décadas seguintes, principalmente com a divulgação em nível nacional da imagem de Curitiba como cidade modelo, com levas de migrantes vindos do interior do Paraná e de outros estados do Brasil, resultando numa população atual de aproximadamente 8.955 habitantes e 2.480 famílias segundo dados do Posto de Saúde Capanema, situado na Vila, em março/2004.

Segundo Davanso (2001), os dados sobre os aspectos demográficos da Vila Torres comprovam que sua população é mais jovem se comparar com os índices de Curitiba, evidenciando níveis de natalidade maiores, pois cerca de 40% da população tem menos de 15 anos. Delimitamos este período (1997-1999), pois não conseguimos registros anteriores e posteriores a estas datas, como se pode observar na Tabela 6 abaixo:

**TABELA 6 – FREQUÊNCIA E PERCENTUAIS DE NASCIDOS VIVOS EM CURITIBA E VILA TORRES – PERÍODO 1997 A 1999.**

IDADE MATERNA (anos)	CURITIBA		VILA DAS TORRES	
	Frequência	(%)	Frequência	(%)
10 a 14	856	0,8	10	2,0
15 a 19	21.316	19,7	141	28,1
20 a 24	30.884	28,5	166	33,1
25 a 29	27.593	25,5	101	20,2
30 a 39	25.836	23,8	73	14,6
40 ou mais	1.711	1,6	10	2,0

TOTAL	108.196	100,0	501	100,0
-------	---------	-------	-----	-------

**FONTE: DAVANSO (2001)**

Pelo fato da Vila se localizar às margens de um rio, segundo depoimentos de moradores, foram inúmeros os problemas que sua população enfrentou com enchentes decorrentes da falta de uma rede de drenagem fluvial, pela ausência do poder público municipal em tomar providências na solução de problemas relacionados à falta de saneamento básico e orientação técnica nas construções de suas moradias. A própria situação de incerteza em relação ao destino da Vila resultava em um quadro de improvisação e precariedade nos aspectos gerais do seu espaço, contrastando com o seu entorno.

Abaixo temos a FIGURA 4 que retrata o aspecto do Rio Belém num trecho da Vila Torres:



**FIGURA 4 – RIO BELÉM**

**FONTE: BIANCHINI, 2006**

Nestas condições os próprios moradores foram resolvendo seus problemas com frentes de trabalho e organização de mutirões. Como não existia um plano de arruamento que organizaria os lotes e as casas, a ocupação foi ocorrendo de forma

irregular sem critérios que definissem a distância entre os barracos e os espaços ocupados, por isso esses mutirões tiveram um papel importante na distribuição das ruas e dos lotes para a organização da Vila. Somente foram amenizados os problemas, em relação ao arruamento, com a construção de uma rede de esgoto e o asfaltamento das ruas principais, facilitando o trânsito de seus moradores, principalmente nos dias chuvosos.

Tais mudanças na infra-estrutura da Vila também ocorreram em relação à construção dos barracos, que foram melhorando conforme a estabilidade de seus moradores, que dada a melhoria de suas condições econômicas, conseguiram transformar muitos barracos em casas de alvenarias.

Além dos problemas de tamanho e de inadequação das habitações, o impasse da ocupação dos lotes persistiu por várias décadas. A posse da terra continuava sendo ilegal e o poder público, além de não oferecer melhorias de infra-estrutura, também coibia iniciativas da própria população de melhorar suas condições de habitação. Como a Vila era um espaço de ocupação ilegal e de litígio, a Prefeitura instalou um escritório no interior da mesma para tentar conter a expansão da ocupação e administrar os conflitos. (DAVANSO, 2001, p.126).

Segundo dados do IPPUC (2000), cerca de 200 domicílios ainda continuam sem regularização e conforme depoimentos de alguns moradores ainda existe na Vila uma pequena parte que não possui os documentos normalizados, se bem que a maioria já está regularizada. Contudo, é a única área central da cidade que ainda não se apresenta completamente regularizada.

A organização da Vila como se apresenta hoje, contando com saneamento básico, energia elétrica, ruas asfaltadas e cadastradas, escolas, posto médico, creche, posto policial, iniciou-se em 1979, com a formação da primeira associação de moradores, mas também houve a colaboração de entidades que fizeram parte dessa luta e que ainda participam na busca de melhoria para a Vila. Apesar dos moradores sofrerem pressão para a desocupação da área, não só por parte dos proprietários como também pela vizinhança, que argumentava ter seus imóveis desvalorizados e por se sentirem inseguros por estarem próximos a uma “favela”, a resistência e a organização desses moradores superaram esta coação com muita luta para adquirirem a posse do terreno.

Notamos nesse contexto os conflitos na relação de poder: de um lado, moradores do Prado Velho e Jardim Botânico que se sentem invadidos em seus territórios, ameaçados pelo outro que chega e altera toda a paisagem local; do outro, moradores da Vila Torres lutando e se organizando para conseguir a autorização judicial para adquirirem posse daquele território. Todas essas manifestações aconteceram sem a presença e direção de um órgão institucional, mas sim nas relações do cotidiano entre estes habitantes, nos seus “micropoderes” e nas relações de força (Foucault, 2003).

Tentou-se padronizar a distribuição dos lotes a partir dos critérios urbanísticos da cidade, com isso alterou-se a localização de alguns barracos, reordenando os locais e os limites dos terrenos que passaram a ter como medida uma metragem mínima de 20x10 metros em média, possibilitando-se assim o traçado de novas ruas.

O processo de regularização aconteceu no ano de 1996, após uma nova mediação dos terrenos da Vila por determinação do poder público. Atualmente, apenas uma pequena parte dos lotes da Vila – cerca de duzentos – continua irregular. Mesmo assim, a Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB/CT) pretende resolver a situação desta área que continua sendo a única, da região central da cidade de Curitiba, sem regularização. (DAVANSO, 2001, p.132).

Atualmente, em 2005, observamos que a luta dos moradores, além da sobrevivência, é a de conseguir melhores condições de lazer e atividades culturais na forma de combater a violência e o crime organizado (narcotráfico) que atrai os jovens que aí moram. Assim, existem em funcionamento diversos projetos, como escolinhas de futebol, cooperativa de oficina de costura, cursinho pré-vestibular, o “Cursão da Vila”, coordenado pela Pastoral Operária da Igreja Católica, clube de mães, o centro comunitário Nossa Senhora Aparecida, além de profissionais que trabalham como voluntários e ONGS envolvidos com os moradores em outras atividades.

Apesar de todos esses esforços, percebemos que dentro da Vila existe uma divisão “social” entre seus moradores, pois alguns conseguiram construir as suas casas de alvenaria, enquanto outros moram em barracos feitos de madeiras e situados próximos aos depósitos de lixo que estes moradores coletam para o seu sustento.

Esse aspecto é resultado da história da ocupação, das etapas pelas quais a Vila Torres passou nas administrações municipais e também pelas condições financeiras

que influenciaram na construção e localização desses moradores, considerando que a maioria é migrante da zona rural que veio para Curitiba em busca de uma vida melhor, apesar de sua baixa qualificação profissional, segundo o Movimento de Defesa dos Favelados. Entre esses moradores existem, muitos carrinheiros, trabalhadores que coletam lixo reciclado, que recolhem os materiais descartáveis dos moradores da região central de Curitiba. Além do próprio problema da baixa escolaridade destes trabalhadores, como já destacamos anteriormente.

Notamos que a Vila se tornou um bairro como tantos outros da periferia de Curitiba, com seus detalhes e aspectos diferenciados, como casas construídas pelos seus próprios moradores, com creches, escolas, posto de saúde, comércio popular, etc. Dependendo do órgão responsável por coletar dados ou fazer alguma pesquisa, existem diversas fragmentações, mas consideramos esta divisão em três partes: a parte de cima do rio, situada entre a Avenida das Torres e o rio Belém, a Vila de Ofícios e por último, a parte de baixo, localizada entre o rio Belém e a Vila dos Ofícios. Conforme os dados de Davanso (2001), parte de cima da Vila, entre o Rio Belém e a Avenida das Torres, já se apresenta com os terrenos regularizados e denominada como Vila das Torres, enquanto que a parte de baixo da Vila, com características mais precárias, apresenta em média 200 domicílios sem regularização, sendo denominada pelo IPPUC de Vila Pinto.

Nos aspectos de infra-estrutura da Vila Torres, destacamos o Centro de Saúde Capanema que desenvolve diversos programas de saúde da família, desde 1984, em parceria com o SUS – Sistema Único de Saúde, cumprindo papel importante na orientação de prevenção de doenças e da preservação da saúde aos moradores. Segundo Davanso (2001), para o SUS de Curitiba, a Vila Torres é considerada área de risco, pois apresenta deficiência nos serviços básicos de saneamento, desemprego, criminalidade, etc, sendo necessário preocupar-se com a exposição a riscos desses moradores pelas condições em que vivem.

Também ressaltamos a presença da área educacional do setor público, representada por quatro creches, a mais antiga implantada pela prefeitura, duas escolas estaduais, além de reforços escolares que ocorrem na Igreja Católica e do Cursão da Vila, um cursinho pré-vestibular para os próprios moradores e as pessoas interessadas

de outros bairros, que funciona em parceria com a Pastoral Operária vinculada à mesma instituição religiosa.

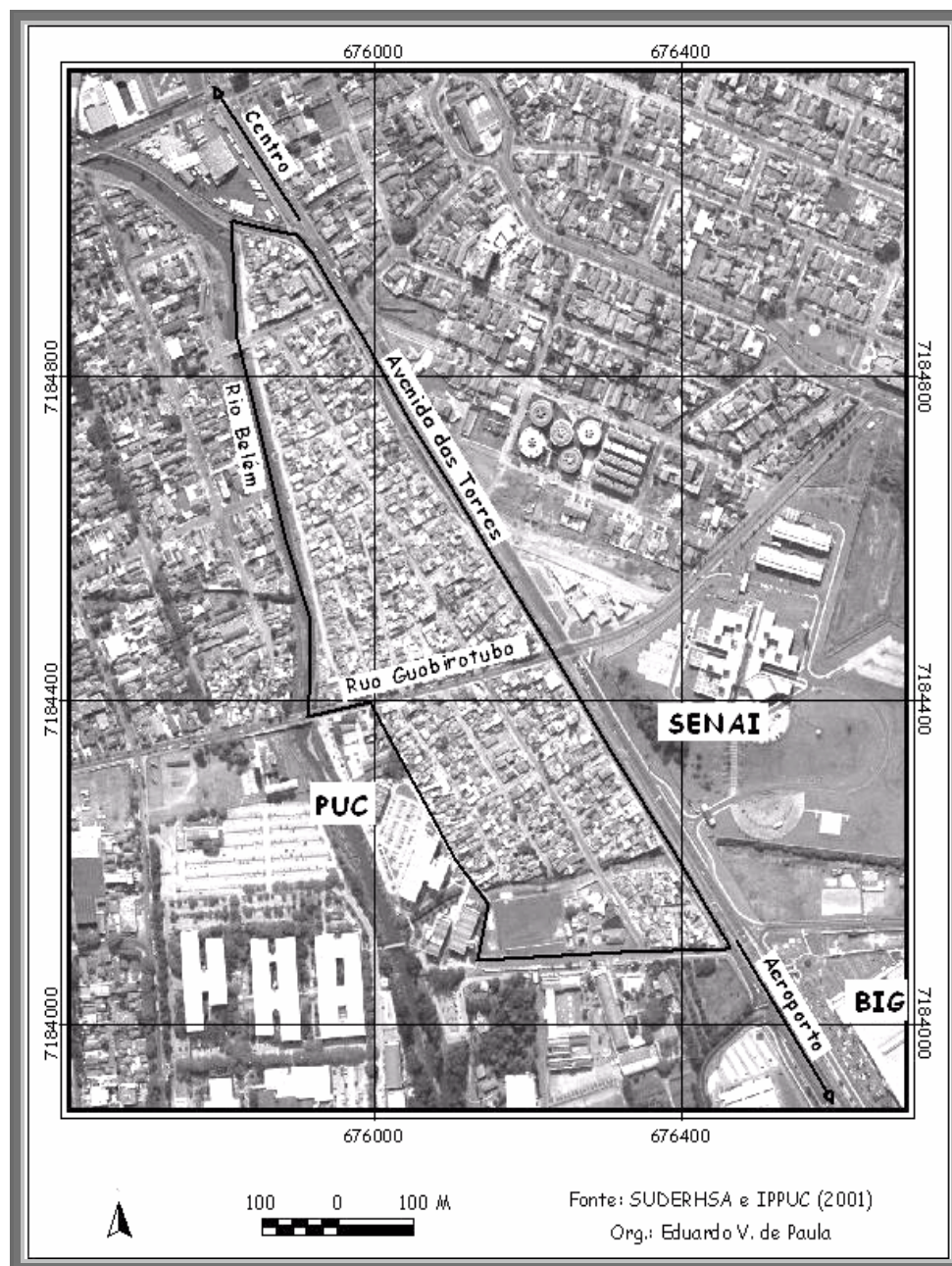
As casas amontoadas, na sua maioria, inacabada ou em condições precárias, as ruas mal pavimentadas ou sem calçadas, os depósitos cheios de lixo, as margens do rio com entulhos, compõem um quadro de desorganização e sujeira espacial, que compromete ainda a imagem de seus moradores. Enfim, a presença de uma área com essas características, localizada numa região da cidade adquire um aspecto que chama atenção. Para alguns, é como se aquela população não fizesse parte do conjunto da paisagem da cidade ecológica. (DAVANSO, 2001, p.160).

Os bairros Jardim Botânico e Prado Velho, vizinhos à ocupação, são bairros antigos e tradicionais da classe média, com uma estrutura que dispõe de áreas comerciais, educacionais e bancárias com aspectos e características diferentes aos da Vila, o que cria um forte contraste entre essas duas realidades próximas e distantes ao mesmo tempo.

Esses bairros se destacam na cidade por participarem do circuito turístico de Curitiba, já que possuem alguns dos pontos mais divulgados no âmbito nacional, como a Estufa do Parque do Jardim Botânico, cartão postal da cidade, e o Teatro do Paio, uma das referências dos movimentos artísticos e culturais do Estado.

Abaixo verificamos a localização da Vila Torres (FIGURA 5), numa projeção de foto aérea da Vila e seu entorno, destacando a sua localização e a proximidade com os bairros Jardim Botânico e Prado Velho:





**FIGURA 5 – LOCALIZAÇÃO DA VILA TORRES**

Segundo a informação da prefeitura sobre o histórico desses bairros:

A palavra prado vem do latim pratum e significa lugar plano, campina ou planície. É daí que vem o nome do bairro. Ele está ligado ao antigo hipódromo de Curitiba que, na época, era conhecido como Prado Curitibano, já que os antigos e alguns, ainda hoje, utilizam tal palavra para designar o local onde ocorrem as corridas de cavalos. Um dos lugares mais chiques da cidade, o Prado Curitibano localizava-se na região onde está a Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Como em 10 de dezembro de 1955 foi inaugurado o Hipódromo do Tarumã e as atividades turísticas da cidade se mudaram para outro bairro, a região antes denominada “Prado” acabou se transformando no “Prado Velho” já que o “Prado Novo” estava no Tarumã. Da força da lingüística e do hábito popular, acabou surgindo o termo que

atualmente qualifica o bairro, oficializado no Decreto 774/75 que traz a atual divisão administrativa da cidade de Curitiba.

O antigo bairro do Capanema que, na língua Tupi, significa mato ruim, a partir de 1992 passou a se chamar Jardim Botânico. A mudança de nome, decidida em plebiscito popular, é referência a uma das paisagens mais bonitas da cidade, o Jardim Botânico Francisca Maria Garfunkel Rischbieter. No entanto, as ligações de seu nome anterior e do atual nome com o bairro já são antigas. Ainda no século XIX, grande parte das terras da região pertencia ao Conselheiro Guilherme S. de Capanema, conhecido como o Barão de Capanema. Respeitado cientista e amante da natureza, o barão cultivava em sua chácara um belíssimo “jardim botânico” com pomares maravilhosos e plantas exóticas, que levaram jornalistas, na época da visita do Imperador D. Pedro II a Curitiba (1880), a descrevê-lo como um “Jardim Botânico de primeira grandeza, digno de menção entre os melhores que possui o império.”<sup>10</sup>

As instituições públicas diretamente influenciam nessa conjuntura, como já destacamos, no momento em que, ao apresentar em uma política de planejamento urbano, não colaboraram para amenizar esse contraste, contribuindo para aumentar muitas vezes a discriminação e o conflito entre essa população.

Verificamos a associação intensa entre a positividade do lugar, veiculada pela imagem sintética da cidade planejada, e a positividade da identidade social construída – o “orgulho de ser curitibano”. Esta associação, atributo constitutivo da linguagem mítica, tem, sob nosso ponto de vista, possíveis impactos sociais negativos. Permite a cristalização da base paradigmática e, sobretudo, a resistência à mudança, o imobilismo e o conservadorismo; anulando a possibilidade de emergência de esforços de abstração e de leituras alternativas, indispensáveis à apreensão do espaço vivido. (GARCIA, 1997, p.35).

Quais seriam os fundamentos dessa afirmação?

Na história do planejamento realizado em Curitiba, observamos que foram introduzidas, através da propaganda, idéias que divulgaram uma cidade com aspectos de “primeiro mundo”, “humanizada”, “européia”, valorizando etnias que vieram morar aqui, supostamente superiores a outras em origem na região ou vistas como exóticas. O turismo também percebeu que essa idéia seria um tema que poderia ser explorado a fim de atrair visitantes para a cidade.

Segundo Oliveira (2002), o urbanismo curitibano tornou-se um espetáculo, principalmente na última gestão do Jaime Lerner (1988/1992), quando foram construídos num curto espaço de tempo vários monumentos e edificações caracterizados pelo seu grande impacto visual, como a Ópera de Arame, o Jardim Botânico, a Rua 24 horas, as estações tubos, os terminais de ônibus, a reforma do mercado municipal, os parques. Construções todas que mostravam uma idéia de

<sup>10</sup>PREFEITURA DE CURITIBA. Informações. **Bairro em números**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br>> acesso em 10 nov. 2005.

agilidade e eficiência na solução dos problemas. Junto a isso temos ainda a divulgação de programas ambientais e os espaços para debates desenvolvidos na cidade sobre este tema.

Para exemplificar e entender o que isso significa, basta pegarmos o ônibus turístico da cidade de Curitiba (city tour), uma proposta da Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal, para conhecer lugares da cidade que são considerados destaques por diversos motivos: monumentos históricos, áreas de lazer e de cultura, traçados que valorizam o meio ambiente, etc. A proposta da Secretaria de usar o urbanismo como tema de divulgação do turismo em Curitiba é formada por um conjunto de intervenções urbanas e marcos na paisagem, que modificaram as imagens originais do lugar exposto e visitado através de retoques e mudanças de seu aspecto, acrescentando símbolos, monumentos e detalhes que os tornaram “atrativos” conforme os critérios de quem organizou esta linha de turismo.

O trajeto percorrido pelo ônibus desperta algumas questões: quais são as pessoas, que usufruem esses espaços? Quais são os valores e as regras do uso desses espaços presentes nas imagens veiculadas? A dinâmica cotidiana que se pretende mostrar nesses espaços é condizente com a realidade da cidade?

Recentemente, uma nova linha de ônibus faz o circuito “Volta ao Mundo” que percorre os portais e parques das diversas etnias construídos nos últimos anos em alguns bairros da cidade. Mais uma vez, chama-se a atenção acerca da organização da cidade enquanto lugar turístico e das forças que configuram a sua imagem turística. A análise dos novos circuitos demonstra como os seus contornos tendem a ajustar-se às áreas passíveis de provocar impressões as mais favoráveis nos visitantes, a não ser aquelas que dificilmente podem ser submetidas a uma estratégia de ocupação. (GARCIA, 1997, p.91).

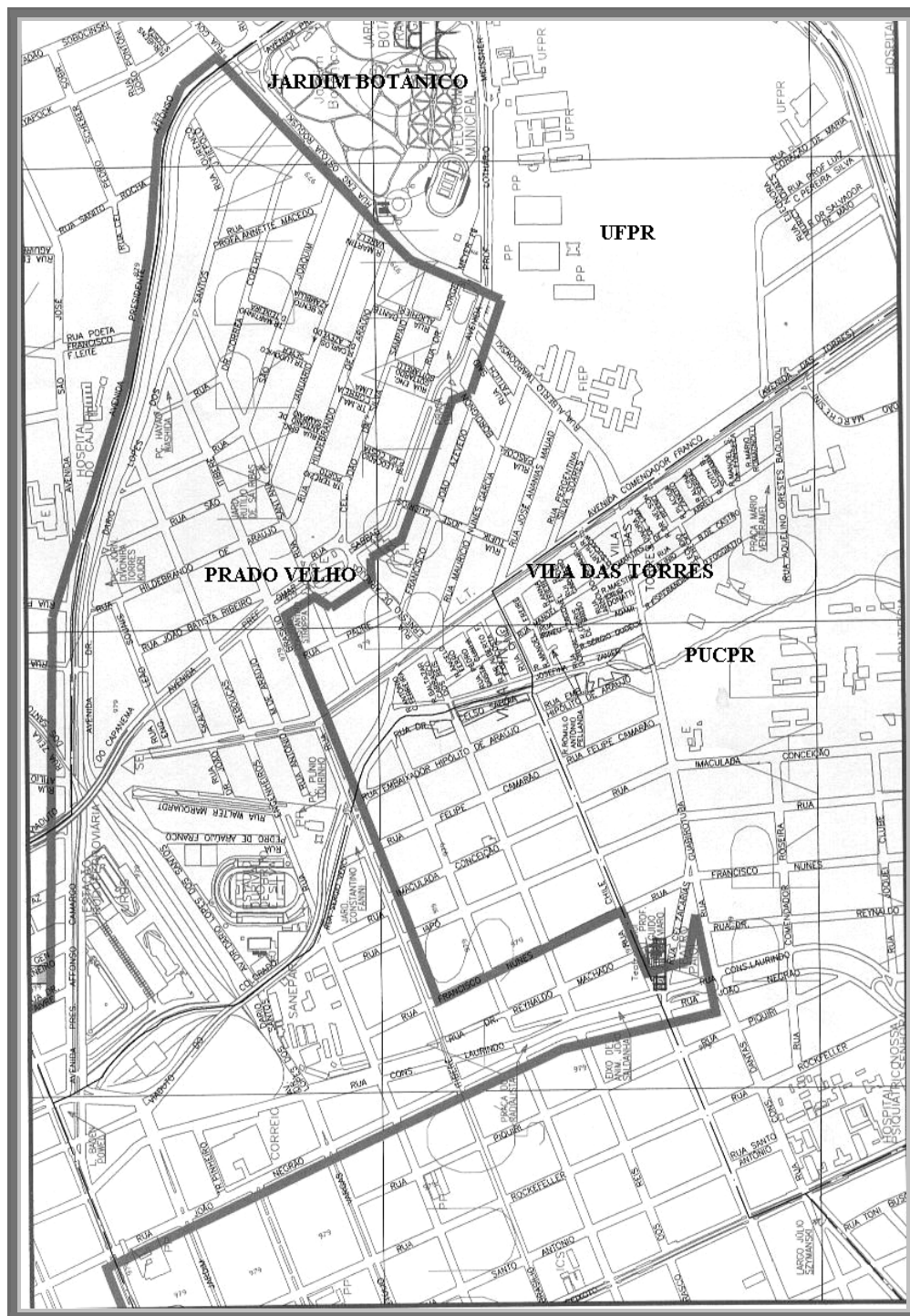
Observamos abaixo a FIGURA 6 da propaganda da linha de turismo da Secretaria de Turismo de Curitiba, comparamos com a Figura 4, o trajeto oficial dessa linha que se apresenta logo abaixo:



**FIGURA 6 – PROPAGANDA DO CITY TOUR EM CURITIBA**

**FONTE: Secretaria de Turismo de Cultura, 2005.**

Para um melhor entendimento, apresentamos a FIGURA 7, que consta o mapa oficial do trajeto do ônibus turístico, no trecho que integra os bairros Jardim Botânico, Prado Velho e Vila Torres:



**FIGURA 7 - Mapa do Trajeto do ônibus turístico**

**ESCALA 1:10.000**

**FONTE: URBS, 2005**

Tanto os bairros Prado Velho como Jardim Botânico, vizinhos da Vila Torres, pertencem ao roteiro de passeio do ônibus turístico, portanto, seria natural que o turista conhecesse também a Vila Torres pela proximidade das suas ruas.

Entretanto, justamente nesse trecho do trajeto do ônibus turístico é feito um desvio no percurso; os motivos podem parecer diversos, como evitar o trânsito das ruas, permitir um deslocamento mais rápido ou, até mesmo, o cálculo realizado para economizar combustível. Enfim vários fatores podem justificar esse desvio, mas na verdade um dos principais é evitar que o turista se depare com um problema social comum nas cidades brasileiras: a existência de ocupações irregulares em lugares inadequados e seu aspecto de abandono que não dá boa impressão nos quem vem de fora. Para uma cidade como Curitiba conhecida nacionalmente como a "Capital Ecológica" e a "Capital Social", seria, pois, uma contradição mostrar uma realidade tão diferente daquela divulgada pela propaganda.

Nesse sentido, é necessário refletir sobre a seguinte questão: não estaria o turismo sendo usado como forma de reforçar a exclusão social na cidade?

Ao repararmos nas propostas, propagandas e objetivos de se incentivar o turismo na cidade, verificamos que o seu argumento normalmente é o de, justamente, gerar empregos, conhecimento, promover a inclusão social, o resgate histórico e cultural para o seu povo. No entanto, a experiência parece mostrar o contrário, pois se ignora e se despreza a comunidade da Vila Torres, que bem poderia participar desse circuito ou mesmo de outra proposta da Secretaria de Turismo. Seria essa uma forma de envolver as pessoas desse território, mostrando-lhes a importância do visitante para a cidade, até como uma maneira de gerar rendas e empregos a esses moradores. Percebemos que com uma concepção e prática do turismo como a exemplificada pelo "city tour" de Curitiba acaba resultando numa seleção de imagens que pode gerar discriminação e exclusão para esses moradores, uma invisibilidade reforçada, inclusive, pela ausência do contato visual mútuo entre visitantes e moradores.

Diversos estudos na área do turismo comprovam que o lazer é uma prática essencial para manter uma saúde mental sadia, principalmente nos dias atuais em que prevalece a falta de tempo. Todavia, através das características que acabamos de ressaltar percebe-se que a proposta do turismo em Curitiba, da forma como foi

implementada, o apresenta como um bem de consumo, seja de produtos, objetos e imagens. E para conseguirem "vender" a idéia de Curitiba como a cidade do planejamento urbano e do futuro para o Brasil, criaram uma imagem de cidade perfeita sem problemas estruturais e sociais.

Assim, observamos que a maneira de utilizar a linguagem turística pelos órgãos competentes pode transformar os cidadãos em consumidores, explorando o mito da modernidade, como se faz em Curitiba, onde setores públicos e privados impõem um planejamento sem qualquer participação democrática das pessoas envolvidas, mesmo quando se trata de decisões simples, como, por exemplo, a escolha do trajeto do ônibus turístico da cidade.

Diferenciando-se do planejamento urbano tradicional, que investiga constrangimentos e possibilidades do ambiente construído, o city marketing é mais orientado à demanda. A cidade e suas possíveis intervenções são consideradas da perspectiva dos potenciais "cidadãos consumidores". Ela mesma é um produto a ser vendido, com seus atributos e qualidades, serviços públicos e redes de serviços privados. O marketing urbanístico opera mediante a informação, a comunicação, o convite a fazer uso da cidade. (GARCIA, 1997, p.122).

Essa imagem da perfeição de Curitiba como cidade modelo, amplamente difundida pelos meios de comunicação e pela administração pública, desde os anos 70 se tornou ademais um tema lucrativo, em várias instâncias. No plano do imaginário, incidiu no reforço de uma representação cultural na qual a população, de modo geral, passou a acreditar. Fixada tal mensagem no imaginário, não se questiona se essas melhorias são para todos os habitantes ou se elas estão em todos os lugares da cidade. Inclusive, a estratégia de propaganda é utilizada com o objetivo de atrair investimentos empresariais estrangeiros e de outros estados na competição fiscal transformando, a cidade num espaço de negociação. A cidade se torna um território onde poucos podem usufruir de seus benefícios, enquanto que muitos apenas consomem uma imagem. Assim concretiza-se "(...) a possibilidade da cidade tornar-se, cada vez mais, espaço de uns poucos e região de mitos a consumir por todos". (GARCIA, 1997, p.53).

Observamos que até a propaganda presente em vários setores da mídia colabora para construir e reforçar a imagem ideal de Curitiba, e assim atrair novos investimentos. Estratégia na qual também transparece a forma pejorativa de referir-se àqueles momentos em que a cidade recebeu os grupos de migrante de origem rural:



Curitiba, confirmada como a Capital Ecológica do País, ganha hoje novos habitantes – a maioria executivos – que chegam em busca da qualidade de vida. E aqui a encontram. (Veja, 10/07/91).

Houve um tempo em que a migração de pessoas para Curitiba era um problema social. Hoje é sinônimo de prosperidade. Em lugar das legiões de bóias frias e trabalhadores sem terra de 15 anos atrás, a capital paranaense tem atraído nos últimos tempos forasteiros de perfil diferentes: os elegantes, bem-informados e decididos executivos de grandes empresas. (Veja, 13/02/91).

Notamos que a funcionalidade da metrópole muitas vezes está relacionada à cultura urbana, ou seja, à criação de uma identidade com ritmos, costumes e símbolos de um cotidiano que transforma a produção de imagens em valores da vida urbana. Imagens que, conforme a sua apropriação, podem ser usadas por novas formas de poder, baseadas não só no mercado e na política como na cultura.



#### 4. OS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO E AS RELAÇÕES DE PODER NA VILA TORRES

A Vila das Torres foi...  
Um dia... um sonho impossível  
Uma realidade que maltrata  
Uma presença distante  
A busca parecia sem fim.

Para mim a Vila das Torres é...  
Uma esperança que não acabou,  
Uma difícil realidade,  
Mas é um horizonte muito além  
Me é um sonho possível,  
E meu único objetivo.  
A gente já quebrou muitas telhas  
Mas não deixamos e nem deixaremos cair nossa  
construção.  
IRENILDA ARRUDA.

Neste capítulo iremos apresentar primeiramente uma reflexão sobre como a participação e contribuição da população do território pesquisado, influencia seu posicionamento nas respostas e entrevistas, assim como também a postura em não se envolver neste tipo de estudo. Também destacamos a maneira como o poder dessa população decide as suas territorialidades em suas relações “multilaterais”, a influência da localização e construções das marcas de poder nesse espaço.

A difícil tarefa do pesquisador em realizar um estudo que envolva outras pessoas, tendo que “neutralizar” sua própria ideologia, desprezar uma experiência às vezes semelhante a da quem está entrevistando ou mesmo realizar perguntas que despertem sentimentos diversos nos outros e em si próprio, faz com que percebamos a responsabilidade que é optar por realizar um trabalho que compreenda o resultado destas “relações multilaterais” que afloram no convívio. Percebemos que a troca de experiência e conteúdos teóricos torna esta familiaridade da experiência importante para o desenvolvimento da pesquisa.

A própria decisão de aceitar o material, no caso um questionário, não preenchê-lo e nem devolvê-lo, já é um motivo para colocarmos em algumas indagações, como por exemplo: a população da Vila não estaria descrente em relação às instituições públicas ou privadas que realizam pesquisas ou buscam estudar esse território? Será que sempre receberam um retorno dos estudos em que foram envolvidos, conhecendo

os seus resultados? Esta população adquiriu a noção de poder que possui através de suas experiências na organização da Vila?

Muitas vezes desrespeitamos ou desmerecemos aqueles que consideramos nossos “objetos de estudo”, tratando-os apenas como meros números a ser analisados ou como algo que comprove nossas teorias; também ficamos indignados quando recebemos uma reação negativa ou indiferente por parte deles, mas não nos detemos a pensar sobre o por quê de tal reação. Será que a academia e as instituições públicas ou privadas de pesquisa não seriam culpadas por esse tipo de reação?

Estas perguntas surgem como reflexão, principalmente quando temos que implementar uma metodologia que envolve o contato com as pessoas incluídas no estudo. Observamos que muitas dessas pessoas, mesmo quando consideradas despreparadas para o mercado de trabalho, ou com pouca ou nenhuma formação acadêmica, quando percebem que seu depoimento e participação tem relevância para um estudo ou pesquisa, manifestam reações diferenciadas. Seja timidez, desconfiança (aliás, a reação mais comum), indiferença, descrença, sentir-se explorado, todos modos de expressão que são maneiras de reagir a este tipo de trabalho.

O questionário também reflete reações, porém de maneira um pouco mais discreta, apesar de a indiferença e o descrédito serem mais evidentes quando as pessoas ignoram sua entrega ou não se identificam com o estudo e a proposta da pesquisa. Não pretendemos, com estas reflexões, discutir assuntos relacionados à influência da educação e a cultura de nosso povo, o que nos demandaria um capítulo sobre este tema, pois nossa intenção aqui é a de refletir sobre o poder de decisão que esta população tem de participar ou não de um estudo.

É interessante pensarmos nesta questão, pois, de um modo geral, existe na população a idéia de que o poder de decisão, de controle está unicamente nas mãos do poder público e de se ter uma postura política sobre os resultados. O próprio Estado reforça essa idéia ignorando o poder da população e as suas diferentes formas de responder a situações de conflito, as chamadas “visões multidimensionais” de um problema, como já destacamos anteriormente. Como afirma Raffestin (1993, p.22): “Essa geografia do Estado foi um fator de ordem ao privilegiar o concebido, em

detrimento do vivido. Só a análise relacional pode ultrapassar essa dicotomia concebido-vivido”.

Mas quando nos deparamos com manifestações legítimas de uma população, notamos que há ali uma experiência específica diferenciada da generalidade. Pensamos se isso não estaria relacionado à participação efetiva dessa população em movimentos sociais ou nas reivindicações de suas necessidades.

Ao pensar sobre o poder da população destacamos algumas idéias de Raffestin (1993), que nos apresenta uma reflexão de como a população possui uma relação ambivalente com a sua participação em uma pesquisa, recenseamento ou estudo. Segundo ele, os dados obtidos pelas instituições ou por particulares interessados em população, acreditam que essa população é somente um dado. Porém essa sabe e tem noção de que, ao mesmo tempo que, serve como recurso ao pesquisador também atua optando em como irá colaborar, o que isto trará de benefícios a ela e o por que fazê-lo, ou seja, possui idéia de sua importância. “A população é mesmo o fundamento e a fonte de todos os atores sociais, de todas as organizações”. (RAFFESTIN 1993, p.67).

O saber e o poder aparecem nesse momento semelhantes ao que Foucault (2003) destaca sobre a relação de poder que a população exerce seja em seu cotidiano como com as instituições, através da informação poderá utilizá-la como quiser, para investir de diversas maneiras ou mesmo para controlá-la. A população tem suas maneiras e estratégias de resistir e reagir quando percebe a manipulação e o interesse de obter alguma informação com ela.

Esta ligação saber-poder adquire valorização principalmente quando observamos a origem do Estado moderno, na importância das informações adquiridas pelos reinos e governos ao conseguirem a fim de conhecerem a sua população e os recursos que poderiam fornecê-los. “Nesta perspectiva, o que é um recenseamento? É uma informação sobre um estoque de energia. Uma energia que a organização estatal vai integrar em suas estratégias”. (RAFFESTIN, 1993, p.69).

O interessante é que a população também descobriu que a informação que possui é uma fonte de poder e conhecimento que lhe vem da sua própria prática de consultas e mobilizações populares para atingir diversos fins. Assim percebemos que não só o Estado controla as informações. “Mas a imagem da população não é somente

quantitativa; ela é também qualitativa. Deve considerar um conjunto de propriedades econômicas, políticas, sociais, culturais de tal maneira que os recursos sejam qualificados e, assim, a organização descobre a homogeneidade ou a heterogeneidade da população”. (RAFFESTIN, 1993, p.70).

No transcorrer desta pesquisa, tivemos a preocupação de nos aproximarmos dos depoimentos e questionários, dados e preenchidos pela população estudada, com uma atitude de respeito. Aquilo que os moradores oferecem como contribuição solidária para o desenvolvimento da pesquisa não pode ser apenas considerado como simples “coleta de dados”. O pesquisador deve se empenhar na construção de um relacionamento que transforme as informações obtidas em resultados concretos e positivos para a comunidade.

Como a proposta deste estudo foi a de analisar os espaços de representação e as relações de poder da Vila Torres, considerando o cotidiano, os símbolos, a influência cultural das pessoas, o objetivo da coleta de informação não seria “coisificar” os moradores, principalmente porque seus pareceres manifestam interesses e finalidades diferentes aos de uma empresa e mesmo aos dos órgãos dos serviços públicos vinculados à prefeitura, ao estado e ao governo federal.

Tendo contato com esses “atores sociais”, que construíram suas casas e seus territórios muitas vezes de forma inusitada, diferente dos padrões arquitetônicos institucionalizados, notamos que, em seus territórios, foram construídos os seus espaços simbólicos, diversos dos chamados espaços reais que constam nos desenhos oficiais. Percebemos, assim, que esses moradores foram os construtores de seus próprios ambientes, com conteúdos particulares resultantes da própria experiência, com significados e importâncias que eles mesmos atribuem.

Aproveitamos este momento de reflexão para pensarmos nos conceitos de território e espaço que consideramos coerentes com a nossa leitura e pesquisa, optamos em utilizar aquilo que Raffestin (1993, p.143) apresenta sobre este tema:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado da ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si.

Pelo estudo que realizado sobre o perfil dos moradores da Vila Torres, reparamos que a maioria de seus habitantes é de migrantes vindos de outros estados ou do interior do Paraná. Podemos considerar que ao chegarem nesse novo território para morarem, construíram suas territorialidades influenciados pelos costumes trazidos do lugar de origem, como já foi colocado anteriormente neste assunto. Ao produzirem os seus espaços de representação estão com isso construindo o território, tendo controle e poder sobre ele.

A própria configuração e distribuição da Vila Torres é resultado dessa construção territorial, a divisão da Vila em partes realizada pelos moradores (parte de cima do rio, a de baixo e a Vila dos Ofícios) justifica a necessidade de organizar a atuação desses autores sociais e hierarquizar sua distribuição no espaço conforme seus interesses e a importância que lhe é atribuída.

Estas territorialidades construídas numa relação que envolve poder, amizade, solidariedade, enfim, sentimentos que são uma mistura de necessidade e às vezes a disputa por um espaço tido como mais apropriado e melhor localizado, resultam numa experiência de mudanças tanto nas características físicas do bairro como nas pessoas.

Segundo alguns depoimentos de moradores, a experiência de chegarem na Vila e se confrontarem com esta situação e realidade de nova moradia a contradição cultural resultou em diferentes impressões e sentimentos, tais como a recusa e a insatisfação. O desencanto torna-se presente e inesquecível, principalmente porque muitos tiveram, num primeiro momento um impacto marcante ao terem contato com a cidade e sua dinâmica tão diferente à do lugar de origem, pois a maioria vinha do campo. Após um período de adaptação e construção de seus barracos, de participação na luta pela melhoria da Vila, surge entre esses moradores à afinidade com o seu território, identificando-o como seu pertence, acrescentando detalhes que o transformam num espaço agradável e de envolvimento. Observamos este depoimento que confirma esta reflexão: “Para mim, morar na vila é um privilégio”. (LAZAROTO, 2004, p.26).

Raffestin (1993, p.160), exprime este sentimento da seguinte forma: “Mas a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto

de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”.

Por um outro lado temos também que esses moradores, ao chegarem e se defrontarem com a imagem de cidade, identificam-se com outros moradores e seus anseios, percebendo os movimentos sociais ou às vezes individuais existentes na busca das suas territorialidades. As práticas realizadas por esses moradores pela busca da cumplicidade atuam sobre os espaços urbanos, sobrepondo-o aos outros espaços, criando novas territorialidades, assim como, a formalidade dos planejamentos urbanos e seus desenhos apresentam este discurso do flexível e alternativo, as organizações populares também lutam para designar novos significados aos seus territórios. “No entanto, a rigidez desse desenho passa a ser anacrônica diante da magnitude das relações que se estabelecem em seu interior e da pluralidade dos interesses subjetivos que contêm, e que passam a pressionar, transpor e sobrepor seus limites”. (ULTRAMARI, 1994, p.114).

Os limites subjetivos dos moradores estabelecem seu raio de poder e atuação, até para melhor se organizarem e entenderem suas necessidades e conquistas. Na Vila Torres temos a divisão simbólica realizada pelos seus moradores (lado de cima, de baixo e Vila dos Ofícios), que, inclusive os classifica como classes sociais distintas morando num mesmo território. Uma divisão semelhante ao que ocorre no espaço urbano é reproduzida pelos moradores de forma simbólica, ou seja, as territorialidades subjetivas e formais se sobrepõem uma a outra, ajustando-se àquilo que for mais conveniente e proveitoso. Às vezes, os territórios subjetivos agregam instrumentos da formalidade como maneira de garantir os seus interesses e objetivos, usam as mesmas estratégias como defesa, buscando inclusive a sua oficialização, organizando o território de forma burocrática.

Mesmo nos territórios subjetivos que resultam em formais poderão surgir novos conflitos e territórios com outros objetivos e organizações dentro desse que se tornou oficial. Podemos refletir sobre as marcas de poder (posto policial, igrejas de diferentes origens, narcotráfico, escola particular e pública, posto de saúde) que afloraram na Vila Torres, pois algumas apareceram num momento posterior à posse desse espaço

pelos moradores cujo objetivo inicial foi de garantir moradia e as condições básicas de sobrevivência.

Ao mesmo tempo que ocorrem estas transposições entre subjetivo-formal, internamente a territórios e territorialidades se desenvolvem outras transposições contidas em conflitos. Provocam descontinuidades que inviabilizam um *orvelay* translúcido das territorialidades, complexificando o planejamento e a gestão do espaço que sempre tiveram como utopia romper com as diferenças e conquistar o equilíbrio da sociedade. (ULTRAMARI, 1994, p.116).

De modo geral, nas cidades notamos que existe uma volatilidade na troca dos lugares, função e objetivos do uso pelo espaço. A contradição presente nas paisagens urbanas não está somente na clássica divisão centro-periferia, notamos uma democratização maior dos espaços e ao mesmo tempo um empobrecimento geral da população que resulta dessas sobreposições de territórios, gerando movimentos positivos de inclusão, mas também discriminatórios e de isolamento como os condomínios fechados. “Muros de concreto e muros imaginários são transpostos”. (ULTRAMARI, 1994, p.118).

Percebemos nos diferentes movimentos de grupos sociais urbanos a necessidade física da delimitação do território nas manifestações de diversificadas entidades e organizações, como símbolo dos limites entre uma realidade e outra. Quando isto não é possível ou mesmo quando se tem a intenção e a necessidade de se fazer notado e presente dentro de um território, ocorre a construção de monumentos e edificações que representam identidade e poder de grupos desiguais. Conforme Corrêa (2005), estas construções expressam sentimentos do momento e ao mesmo tempo são representações materiais que tentam conciliar e transparecer identidade e poder, pois foram construídas por grupos sociais ou instituições representativas com o intuito de destacar fisicamente as suas presenças.

Poderíamos comparar as construções que representam as marcas de poder na Vila das Torres, com os mesmos significados que os monumentos possuem? A capacidade de comunicar aquilo que se deseja como representação pode ser contestado, como por exemplo: a função do posto policial objetiva a segurança dos moradores? A escola exerce o conhecimento e a participação educacional que teoricamente deveria promover?

É essa plurivocalidade, que opõe celebração e contestação, que é o reflexo de leituras distintas de uma mesma forma material, expressando diferenças por vezes profundamente antagônicas, que dá sentido político ao estudo dos monumentos (...) os monumentos têm um papel fundamental na criação e permanência de determinadas paisagens urbanas, impregnando lugares de valor estético e simbólico. (CORRÊA, 2005, p.3).

A escolha pelo lugar onde será edificada a construção que representa determinado poder esconde diferentes significados, os quais passam a ser comunicados conforme a instituição envolvida na sua construção. Abaixo apresentamos as FIGURAS 8, 9, 10, 11, 12 e 13 das construções e sua localização, mostrando o que consideramos marcas de poder presentes na Vila Torres:



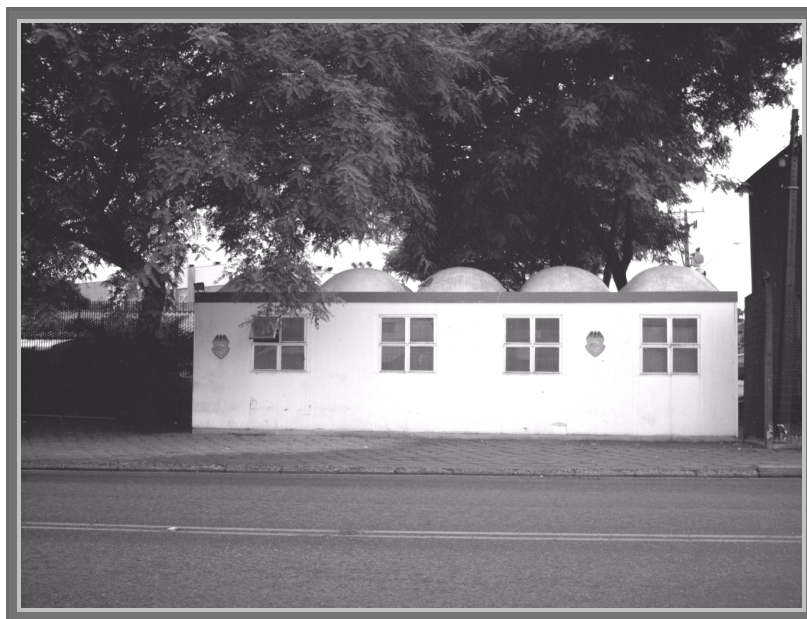
**FIGURA 8 – IGREJA CONGREGAÇÃO CRISTÃ DO BRASIL**

**FONTE: BIANCHINI, 2006**





**FIGURA 9– IGREJA CATÓLICA APÓSTOLICA ROMANA**  
**FONTE: BIANCHINI, 2006**

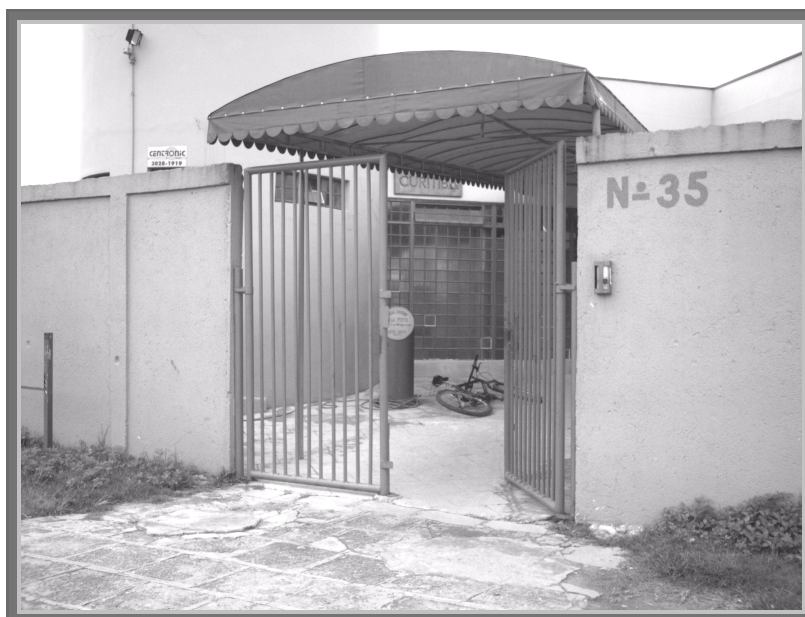


**FIGURA 10 – POSTO POLICIAL**  
**FONTE: BIANCHINI, 2006**



**FIGURA 11 – UNIDADE DE SAÚDE CAPANEMA**

**FONTE: BIANCHINI, 2006**



**FIGURA 12 – CRECHE MUNICIPAL**

**FONTE: BIANCHINI, 2006**



**FIGURA 13**

**PRÉDIO DO CURSÃO DA VILA - CENTRO DE FORMAÇÃO SANTOS DIAS**

**FONTE: BIANCHINI, 2006**

Pensamos que algumas marcas de poder podem ser identificadas como monumentos que expõem forças contrárias ou diversas em seus objetivos e ideologias num mesmo espaço, mas que convivem harmoniosamente. No caso da Vila Torres, pode-se ver a convivência das igrejas evangélicas com a católica romana ou as escolas de ensino fundamental e médio com o cursinho pré-vestibular. Conforme Corrêa (2005) monumento, paisagem, política e identidade nacional ou religiosa pertencem às manifestações sociais.

É possível que o contrário também aconteça, pois podem algumas instituições representar disputas e interesses políticos antagônicos, sendo que, para uns um monumento pode encarnar um objeto de celebração, enquanto que, para outros, um símbolo de contestação ou mesmo de provocação. Talvez todas as marcas de poder da Vila Torres possam estar expressando este contexto ambíguo.

Outro detalhe importante é que, além da localização desses monumentos temos que considerar a escala de sua construção que expressa supremacia e poder.

Se pensarmos na Vila Torres como um todo, também poderemos considerá-la como um monumento de contestação e resistência, visto que esta segregação residencial resultou numa expressão social e espacial através da construção de uma territorialidade divergente da formalidade urbana. Também neste assunto, pensamos na simbologia que o Jardim Botânico e o Teatro Paiol, enquanto construções, possuem para a cidade, seu significado político ao transmitir uma idéia e mensagens aos turistas que visitam Curitiba. “Pode-se, assim, falar em política locacional das formas simbólicas”. (CORRÊA, 2005, p.11).

Como forma de resistência, destacamos na Vila Torres o Centro de Formação Santos Dias, coordenado pela Pastoral Operária e que pertence à Igreja Católica, cujo espaço foi construído em princípio para acolher o projeto de uma oficina de costuras para as mulheres do bairro e o curso pré-vestibular, chamado “Cursão da Vila”, aberto às pessoas da Vila e a outros interessados, como já dissemos anteriormente. Porém, por ser coordenado por uma Pastoral vinculada a áreas sociais e do trabalho, este espaço também é cedido para outras atividades, tais como: palestras, debates, cursos de formação política e profissional, reuniões da associação de bairro, alfabetização de adultos; ou seja para tudo que se realiza na Vila desde que haja envolvimento com o princípio fundamental do Centro de Formação, que é a preocupação com o social. Como afirma Corrêa (2005, p.9): “A paisagem contém, assim, formas simbólicas cujos significados são profundamente distintos e antagônicos”.

Percebemos com isso que os “equipamentos do poder” (Souza, 1999) envolvem ações de poder e de saber. Aqui é necessário retomar novamente a abordagem de Foucault (2003) sobre um tema que abrange também território e população. Os chamados equipamentos do poder não estão nas mãos apenas das instituições, mas distribuídos no corpo dos indivíduos, funcionando como um circuito disperso e ao mesmo tempo intermediário entre estas duas forças, instituições e indivíduos. A resistência dos indivíduos em relação às instituições exige eventuais redefinições, desvios e arranjos das forças em jogo, como a Vila Torres e o Centro de Formação Santos Dias atuam.

Esta adequação do espaço urbano às necessidades e funções do sujeito, como o surgimento da Vila Torres, poderia ser considerada como um dos fatores responsáveis

pela construção de uma nova base social na região dos bairros Jardim Botânico e Prado Velho. A “indispensabilidade” do urbanismo formal e oficial é barrada pelas possibilidades de uma sociabilidade marcada pela autonomia de decisão e atitude presente na mobilização dos moradores, resultante do livre jogo de forças no espaço público, do poder e a razão.

Com estas reflexões retomamos o tema do Panoptismo em nossa sociedade, pois notamos que conforme Foucault, os mecanismos utilizados nas prisões não só foram implantados em diferentes instituições sociais, como estão disseminados em diferentes âmbitos de nossa sociedade. O Panoptismo passaria de ser uma preocupação técnica e arquitetônica, para formação de valores e relações nas sociedades, como as marcas de poder atuam na Vila Torres e talvez a própria Vila Torres e por que não os condomínios fechados presentes nas cidades brasileiras?

Como ressalta Foucault (2003, p.212) para o caso das estratégias espaciais: “Seria preciso fazer uma ‘história dos espaços’ – que seria ao mesmo tempo uma ‘história dos poderes’ – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do ‘habitat’, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômicas-políticas”.

Portanto, os poderes não são uma prerrogativa apenas das instituições públicas ou privadas, elas perpassam também o cotidiano das pessoas. Assumir esta perspectiva “foucaultiana” não significa ignorar a luta de classes e sim questionar sua exclusividade como único e determinante fator na formação de um bairro ou na participação de moradores na luta pela melhoria de seus territórios.

#### 4.1 - ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

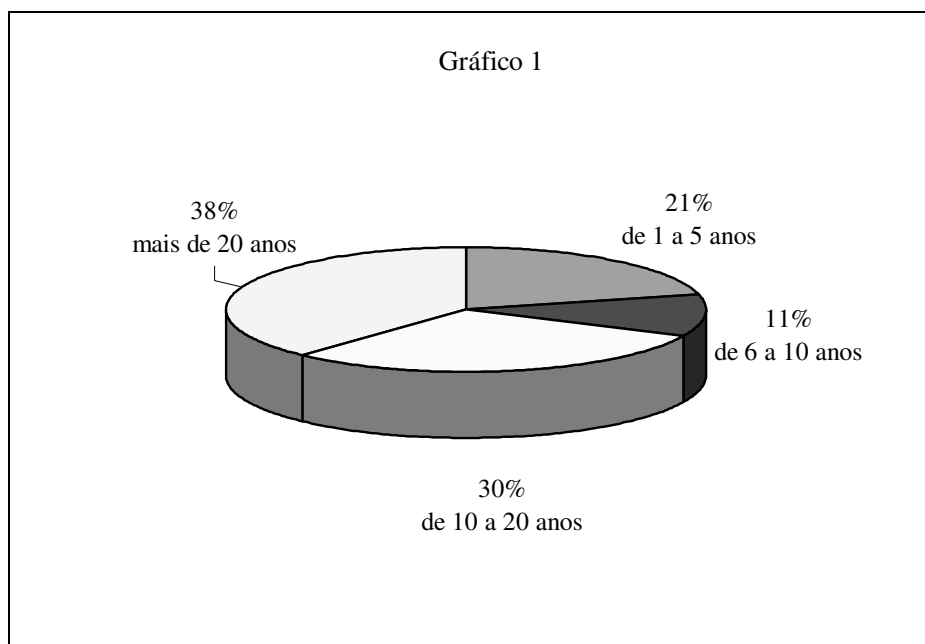
Venha ver como é que é,  
na vila das Torres não mora mané,  
é bom de samba,  
é bom de pé.  
Luiz Serafim Alvarez

Iremos destacar agora alguns dados coletados que foram fundamentais para o estudo que realizamos, as entrevistas foram selecionadas e quantitativas semi-estruturadas e os questionários qualitativos semi-abertos para desenvolvermos uma

pesquisa qualitativa. Já com as informações de Lazaroto (2004), os dados foram coletados através de entrevistas e relatos por escrito pelos moradores no período entre fevereiro a julho de 2004, não consta um número preciso de entrevistados, mas a preocupação do autor foi em descrever a percepção desses moradores em relação a Vila Torres. Todas as questões citadas são relevantes para entendermos e justificarmos nossas hipóteses, pois a prioridade foi buscar a representação coletiva e social do espaço para esses moradores.

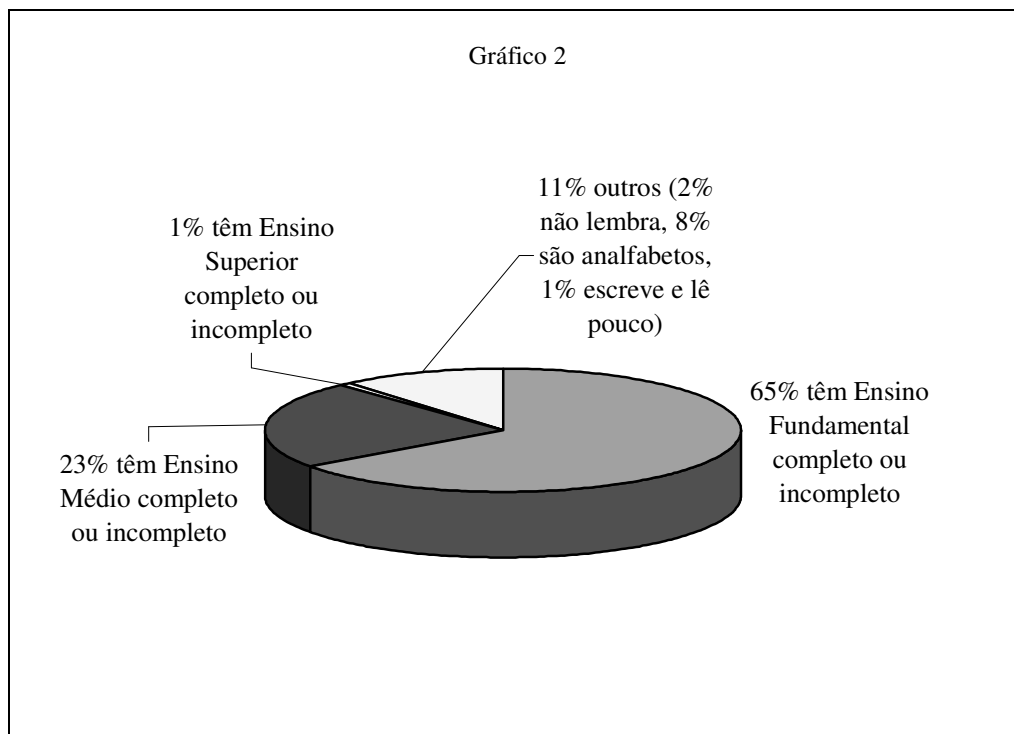
As informações abaixo foram retiradas da fonte Lazaroto, 2004:

Período que moradores moram na Vila (Gráfico 1):



**FONTE: BIANCHINI, 2005**

Quanto à escolaridade (Gráfico 2):

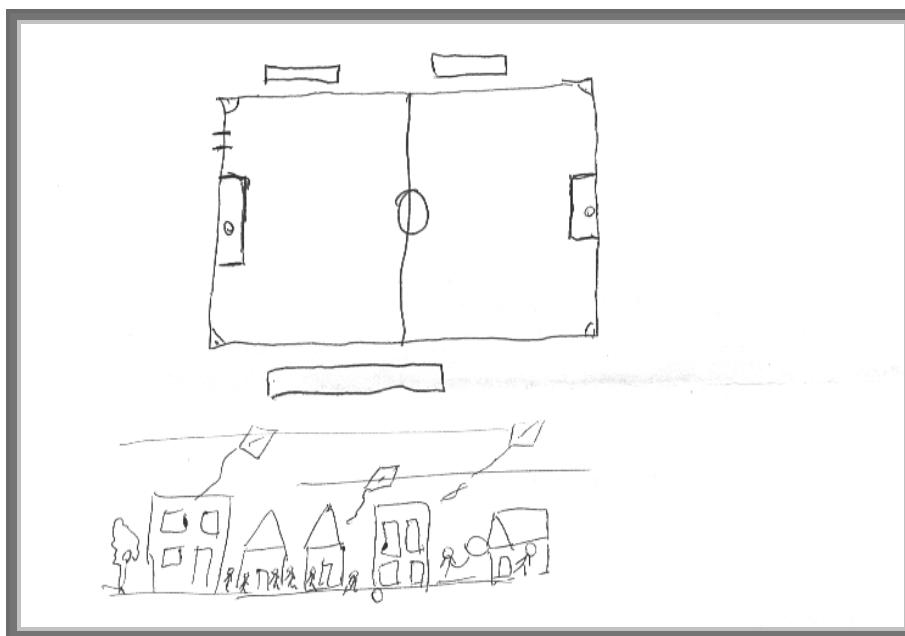


**FONTE: BIANCHINI, 2005**

Equipes de futebol na Vila:

Palmeirinha, Vasquinho, Grêmio, Flamengo, Fluminense e Boca Juniors.

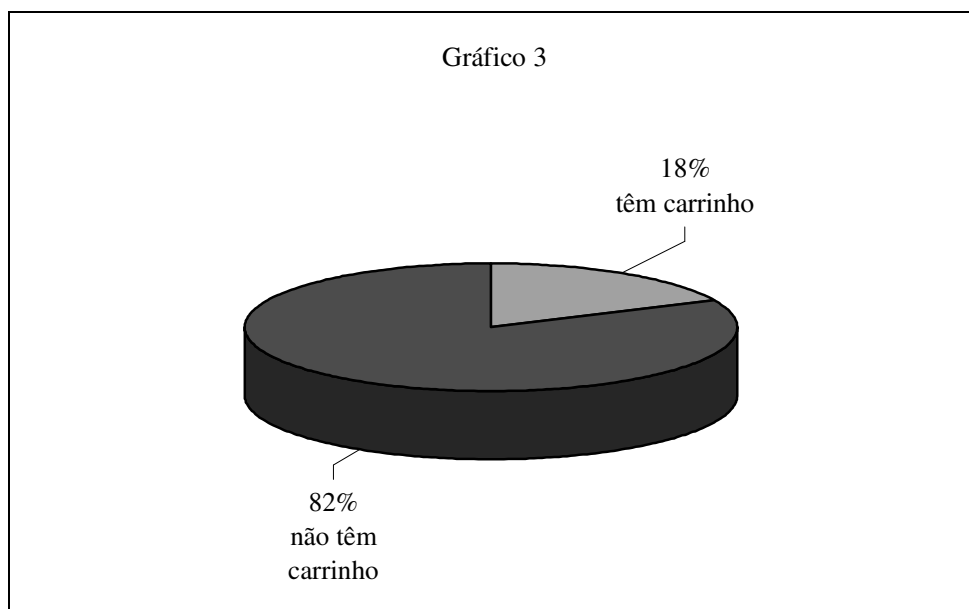
Abaixo temos desenhos (FIGURA 14) que destacam a importância do futebol e das brincadeiras como atividade de lazer na Vila:



**FIGURA 14**

**FONTE: BIANCHINI, 2006**

Frota de carrinhos de papel na Vila (Gráfico 3):

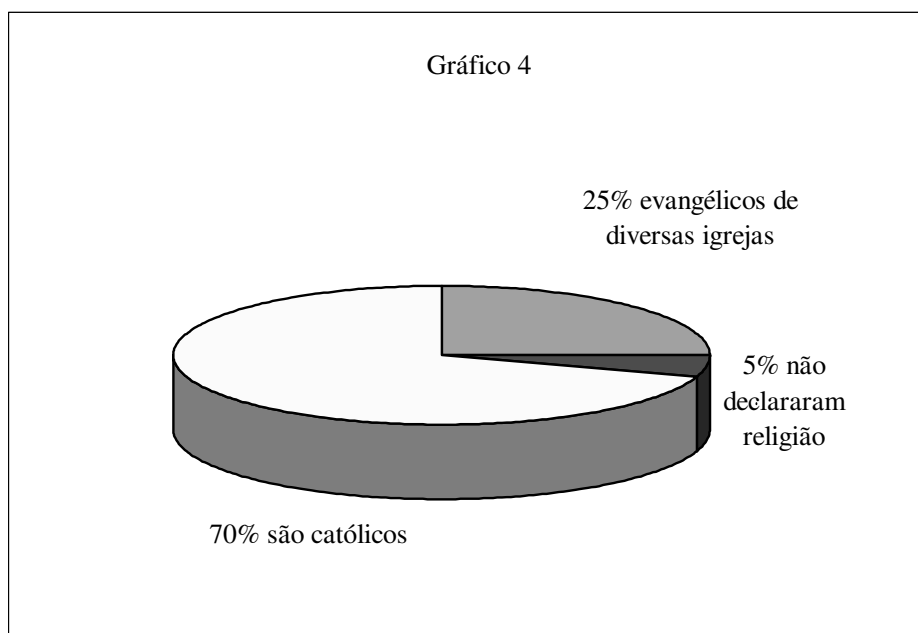


**FONTE: BIANCHINI, 2005**



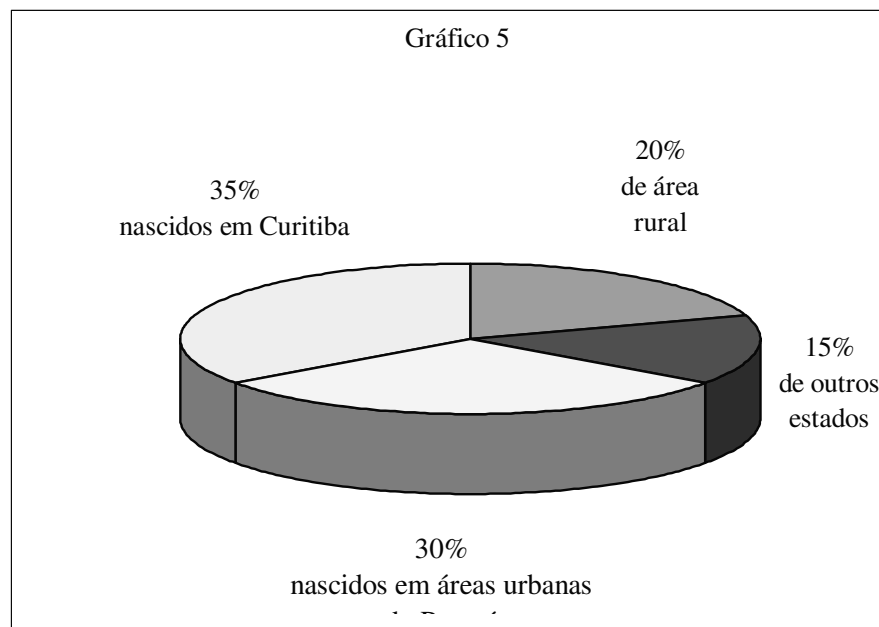
A partir deste trecho os dados foram coletados do nosso próprio questionário com cem moradores, cujo objetivo foi realizar uma pesquisa qualitativa.

Referente à religião, temos as seguintes informações (Gráfico 4):



**FONTE: BIANCHINI, 2005**

Em relação à origem desses moradores, notamos que, por ser uma ocupação existente desde os anos 50, atualmente encontramos já a terceira geração morando na Vila; ou seja, os netos das pessoas que vieram morar desde o início da ocupação. Também percebemos um número elevado de moradores que vieram de áreas urbanas, tanto da própria Curitiba como do interior do estado, de outros estados, principalmente de Minas Gerais, e dos moradores nascidos na Vila, apesar de ainda aparecerem migrantes vindos da origem rural. Observamos estas informações (Gráfico 5):



**FONTE: BIANCHINI, 2005**

Indagados sobre a possibilidade de saírem da Vila para morarem em outro bairro, muitos moradores responderam que sairiam, mas a maioria disse que não mudaria da Vila, principalmente porque fizeram amigos e vínculos com pessoas durante a experiência da luta pela melhoria da Vila, ou porque nasceram nesse ambiente e identificam-se com o lugar ou também devido à boa localização do bairro próximo do centro da cidade. Também conta a estrutura disponível nos bairros vizinhos e na própria Vila e o fato de alguns terem seu emprego conjuntamente com a moradia, como é o caso dos carrinheiros, que trabalham com coleta seletiva de lixo nos depósitos existentes na Vila.

Abaixo temos a FIGURA 15 que demonstram esses sentimentos em relação a Vila Torres. Os desenhos foram entregues e coletados no período de outubro a dezembro de 2005, nos finais de semana, durante as atividades sociais da Vila: missa, cursos, aulas, etc. Na figura 6, percebemos a relação entre amigos no espaço social da igreja católica, utilizada para diversas atividades na Vila Torres.

**FIGURA 15****FONTE: BIANCHINI, 2005**

Na FIGURA 16, observamos a importância da amizade e de acolhimento que os moradores sentem em relação à Vila Torres, pois descreve o laço de solidariedade entre as pessoas que vieram de outros estados e de outras cidades do Paraná:

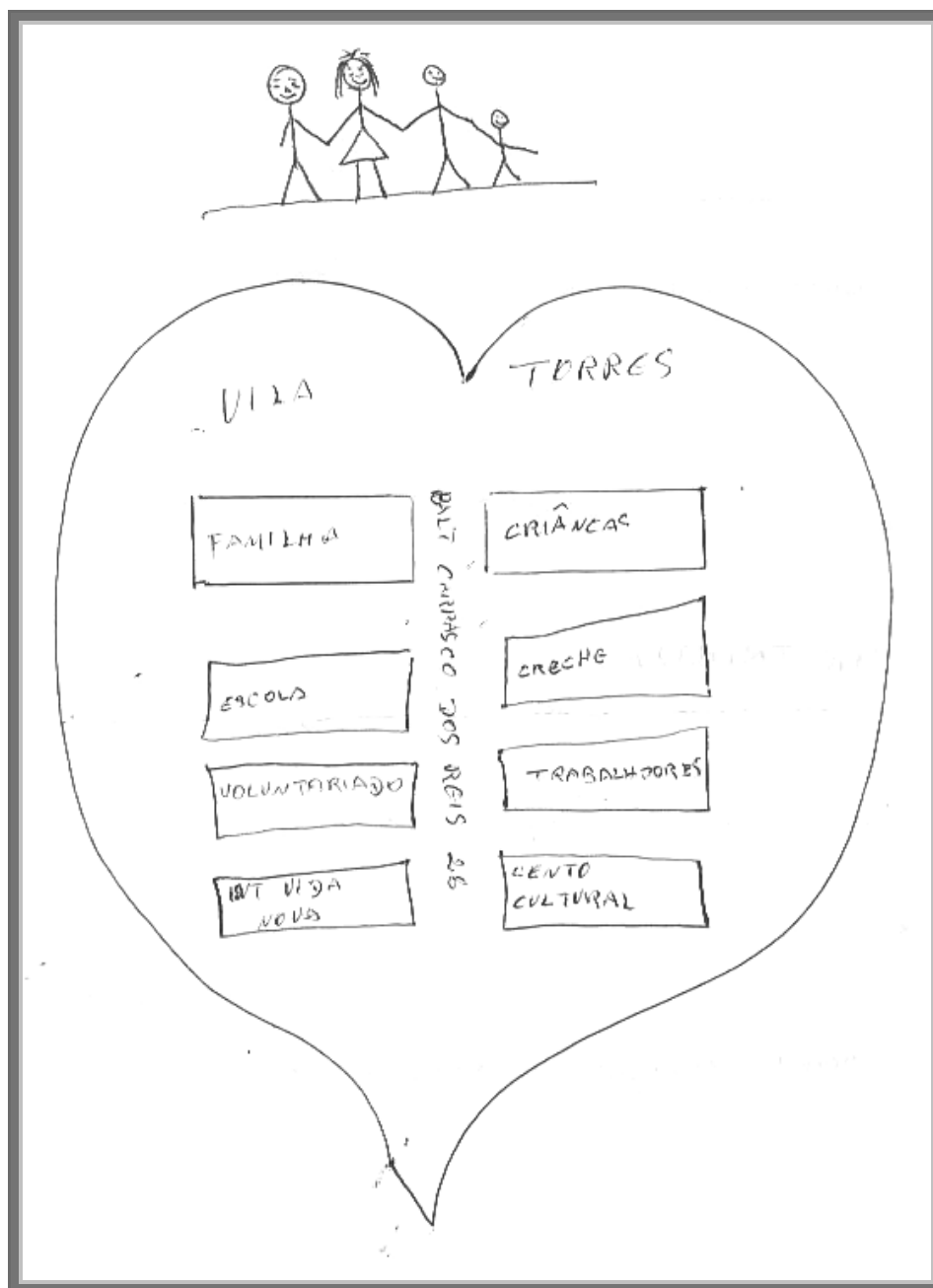


**FIGURA 16**  
**FONTE: BIANCHINI, 2005**

Selecionamos algumas das respostas aos questionários para ilustrar o que se disse:

“tô fazendo a vida aqui” C., “é divertido” D., “porque aqui é muito bom!” M.S., “pelas pessoas que moram aqui e pelo trabalho que faço junto à população” S.D., “facilidade, saúde e escola” L.R.S. “pela proximidade de tudo (centro)” P.R.S.T., “gosto do bairro e me sinto como parte do mesmo” R.L.R., “aqui é legal, tenho vários amigos” S.N., “vi este bairro se modificar aos poucos e tenho certeza que ele vai cada vez mais mudar para melhor e crescer” B.C.F., “A Vila Torres é uma comunidade participativa, os moradores participam de recreação, educação, religião com muito entusiasmo, pois todos querem crescer junto com a Vila” R.R.C.

Observamos que na FIGURA 17, a participação de outras instituições (escola, centro comunitário) como componentes fundamentais para a harmonia da Vila Torres.



**FIGURA 17**  
**FONTE: BIANCHINI, 2005**

Já a maioria dos que responderam que mudariam de bairro argumenta como fator principal a violência que atinge o seu cotidiano. Também aparece aqui a discriminação, pois muitos declaram ter tido dificuldade para pegar um táxi que os leve até a Vila, e mesmo receber encomendas ou bens de consumo adquiridos no comércio, pois algumas lojas restringem a entrega no local. Ou seja, a vida social

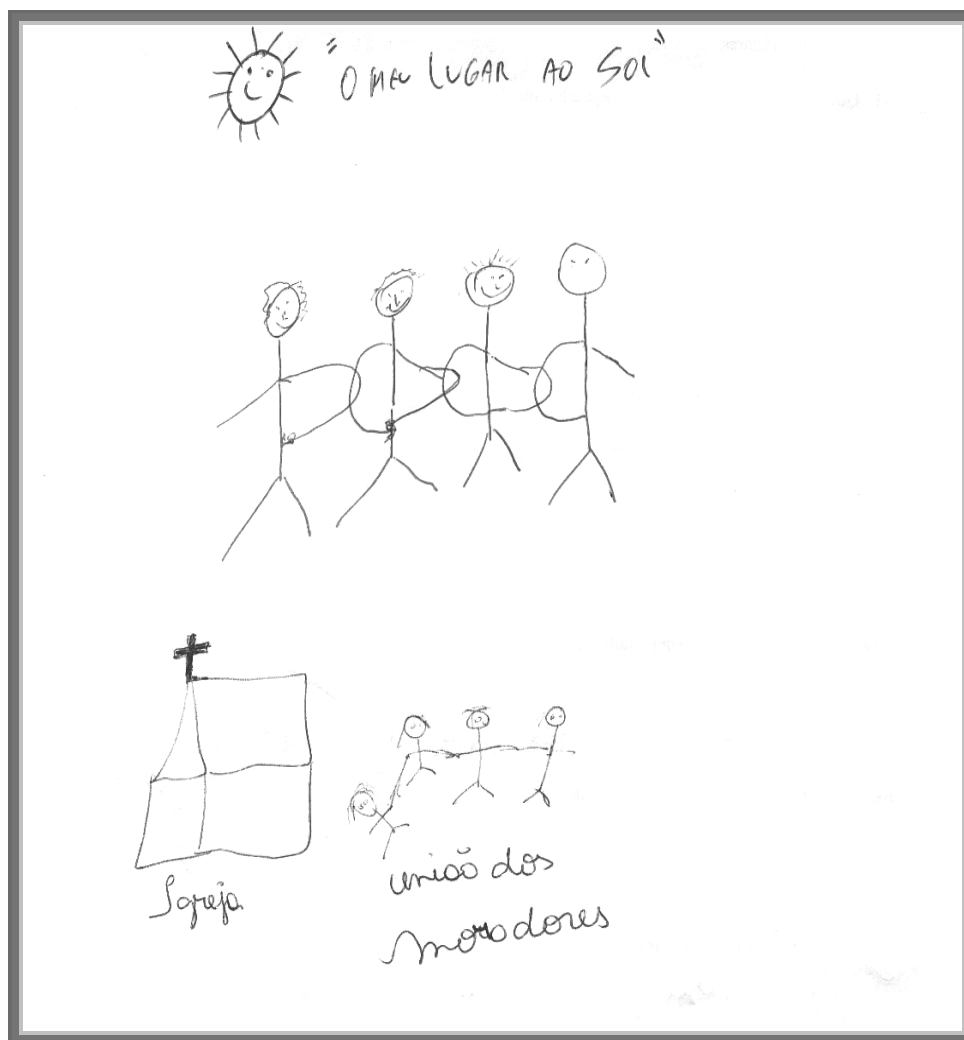
desses moradores é afetada pelo fato de habitarem num território que, apesar de possuir uma localização privilegiada e ter serviços básicos que muitos bairros não possuem, tem uma configuração estética que não resulta agradável, dado seu traçado urbano e arquitetônico por se encontrar explícito e amontoadado, principalmente em relação à construção das casas, que exhibe o lado discriminador de uma sociedade desigual.

Citamos alguns depoimentos dos questionários: “aqui é favela” A, “por causa das ruas que são muito sujas e feias” C.F.S., “por ser um lugar discriminado” B.R.S., “preconceito da sociedade” L.N.S. “mais segurança” A.F.S., “fugir da violência” A.A.S., “não acho a Vila segura” J.

Contudo, tanto no questionário, como nas entrevistas realizadas pessoalmente ou coletadas do livro de Lazaroto (2004), a tendência foi de que as amostras apresentaram o que destaca sobre a imagem que os moradores têm da Vila é que, de modo geral, gostam de morar nesse território, que identificam como uma comunidade participativa apesar das dificuldades, da discriminação, das intervenções que às vezes o tornam “laboratório” de instituições com diferentes interesses, como no questionário relata uma moradora: “um local com bastante coisa para fazer, muito usada como laboratório e cobaia” V.L.G.L.

Enfim, muitos sabem que os problemas que enfrentam na Vila não são exclusivos deste lugar e que, portanto, vale a pena continuar lutando para sua melhoria e não simplesmente mudar dali, como consta nos questionários: “representa a luta pelo espaço de moradia” M.V., “muita gente com vontade de mudar a realidade e não de localidade” V.L.G.L.

Na FIGURA 18 apresentam desenhos feitos por diversos moradores e com isso notamos que a Vila tem uma importância fundamental por considerarem o seu território conquistado, o sonho da casa própria.



**FIGURA 18**

**FONTE: BIANCHINI, 2005**

Com esses exemplos e depoimentos, identificamos aquilo que Lefébvre (Soja, 1996) destaca como sendo os espaços de representação dessa população, pois seria o seu espaço social construído, conquistado e apropriado, num primeiro momento através da organização para tornar esse território um bairro (imaginário), e depois a partir da prática concreta que materialize em realidade a idealização desse espaço (real).

Nas FIGURAS 19, 20 e 21 percebemos a idealização para alguns moradores desse espaço real como realização pessoal e coletiva:





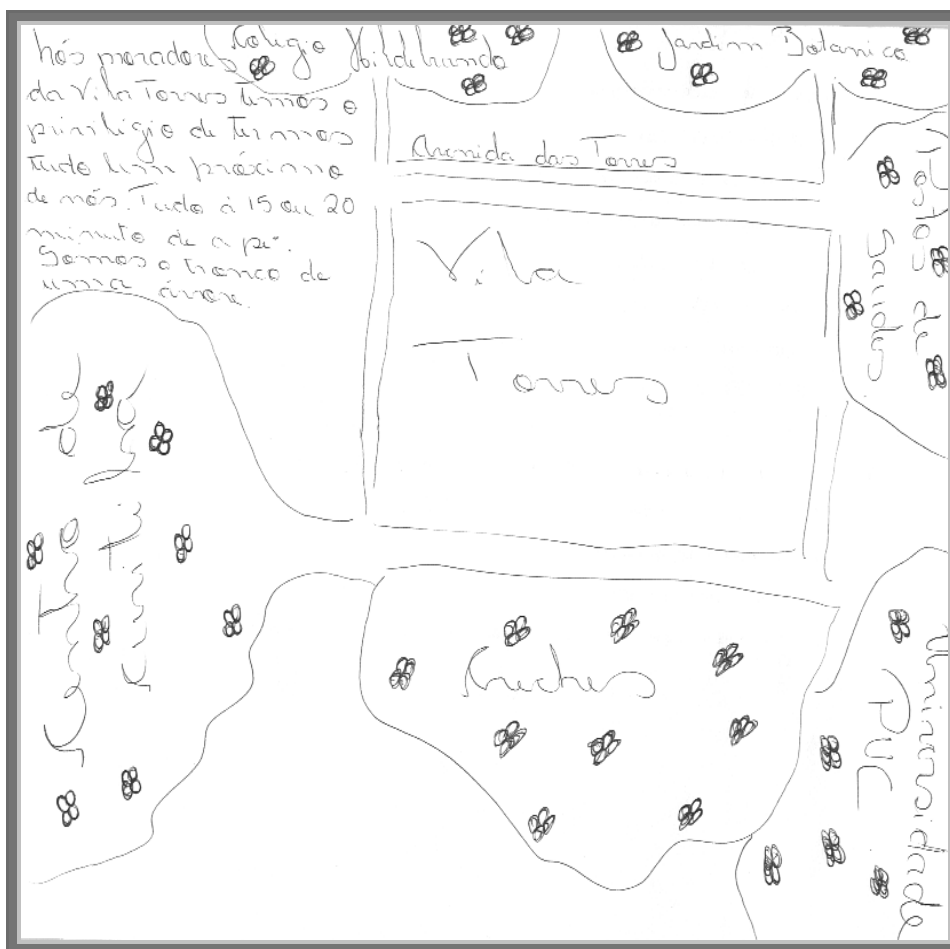


FIGURA 21

FONTE: BIANCHINI, 2005

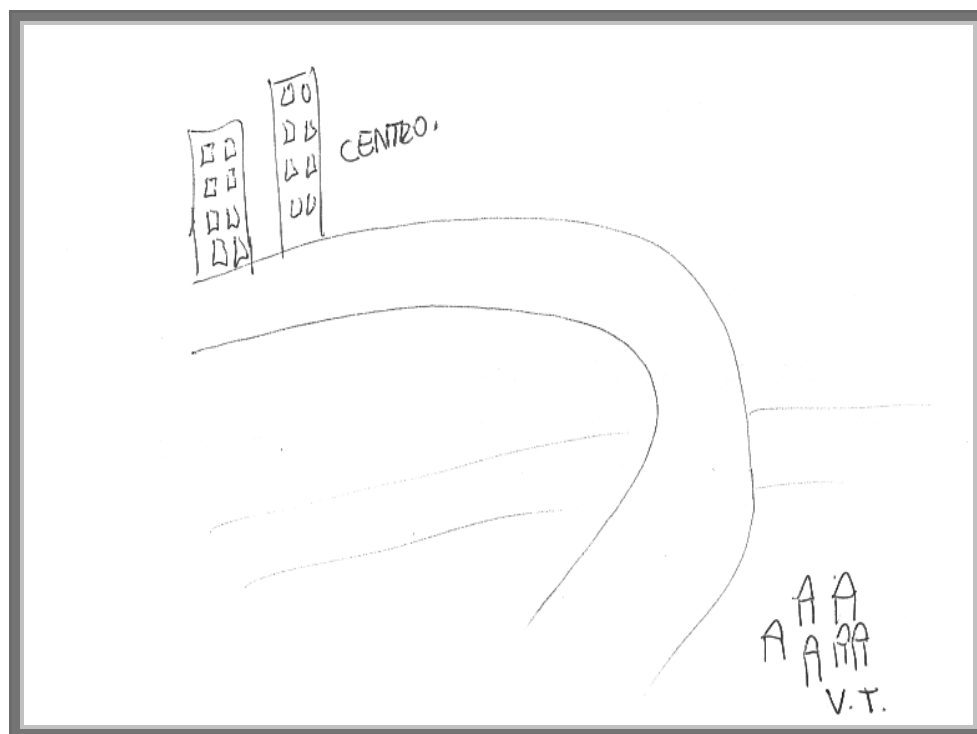
Abaixo transcrevemos um poema escrito por um morador da Vila, que mostra a construção do bairro como um espaço resultante da luta e da organização:

Mas havia solidariedade  
O povo descobriu sua força  
Nasceu a Associação Comunitária dos Moradores  
Que na época era da população  
Começou a pressão  
O lema era mutirão  
Mutirão para tudo  
Pra abrir valeta  
Construir a rua  
Mudar o barraco da vizinha  
Cortar o mato  
Pra ajudar uma família mais pobre  
Pá, picareta, enxada, enxadão, rastelo, carriola, vassoura, foice e violão,  
Chimarrão, café e pão.  
Homens, mulheres, jovens, crianças e idosos,

Todos envolvidos na construção  
Reunião, assembléia  
Hora importante de decisão  
Vamos na Sanepar, Copel e prefeitura.  
(PARANÁ, 2002)

Esta imagem é reforçada pelos desenhos que a maioria dos moradores fez sobre o que de mais significativo a Vila representa para eles. Por isso selecionamos alguns desses desenhos que veiculam sentimentos como amizade, carinho, acolhimento, religiosidade, união e companheirismo, ou mostram instituições que trabalham com a comunidade, como igrejas, posto de saúde, escola/creche, locais de lazer, os seus lares, a identificação de suas moradias com um endereço oficializado e o privilégio pela localização da Vila próxima ao centro de Curitiba.

Na FIGURA 22 percebemos como a localização da Vila em relação ao centro de Curitiba pela proximidade, apresenta-se como um benefício em relação aos serviços oferecidos:



**FIGURA 22**

**FONTE: BIANCHINI, 2005**

Das instituições desenhadas e citadas nos relatórios e entrevistas que selecionamos, observamos que duas têm efetivamente uma importância e significado primordial para esses moradores: o posto de saúde e as igrejas. Ambas as entidades conquistaram um respeito e espaço na Vila que outras instituições presentes não obtiveram, como é o caso de: escolas, creche, posto policial e até da associação de bairro, que nem aparece nos desenhos e muito pouco nas entrevistas. Por tal motivo, priorizamos os depoimentos das autoridades que representam estas instituições, tanto nas entrevistas como nos depoimentos realizados por escrito.

A análise mostrou que mesmo tendo funções diferentes, existe uma representação e afinidade que unifica a importância das duas instituições no sentimento dos moradores: a participação e valorização dos moradores e sua ligação como a existência humana. De modo diferente igrejas e posto de saúde desenvolvem seus trabalhos sobre este tema, mas a preocupação com a vida, suas perspectivas de futuro, a necessidade de manter corpo e mente sadios faz com que estas instituições adquiram uma representação importante para os habitantes da Vila.

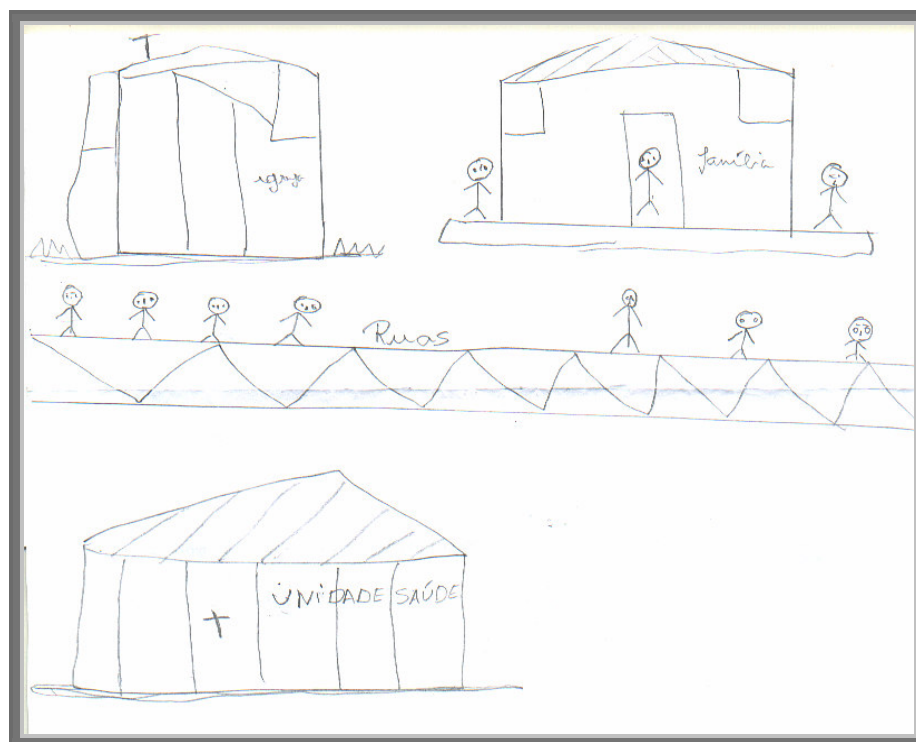
Mesmo quem não morou na Vila Torres e mesmo assim colaborou para suas melhorias através de instituições ligadas a igreja e ao posto de saúde. Abaixo destacamos o depoimento da coordenadora da Pastoral Operária e organizadora do Centro de Formação Santos Dias, Marilde Briski que teve uma experiência com os moradores da Vila através do posto de saúde:

Fui apresentada por uma irmã da Pastoral da Criança quando trabalhava no antigo INAMPS e realizava auditoria sobre a verba que recebiam através da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, fui convidada a conhecer a atuação desta Pastoral na Vila Torres. Chamou-me atenção por ser um trabalho social, fui apresentada às irmãs e conheci a realidade da Vila, já participava do PT no núcleo do centro, mas não percebia resultado, quando descobri que na própria Vila existia um núcleo e comecei a trabalhar conjuntamente na Pastoral da Criança e fazendo amizades, apesar de ser um trabalho assistencial conseguimos realizar formação política também. Assim, consegui conhecer a realidade do povo, da religiosidade, como viviam, consegui diversos “afilhados”, fundamos o primeiro conselho local de saúde, ajudamos a organizar o povo com o lema “saúde: direito do povo e dever do estado”, sendo a primeira mobilização que participei com os moradores (informação verbal).

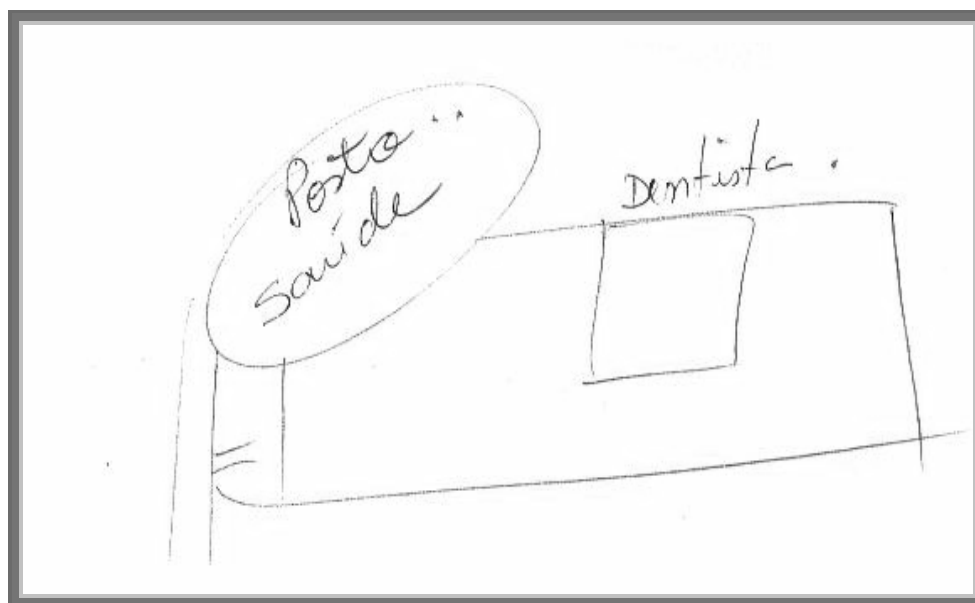
Em relação à participação, observamos que, desde o início do posto de saúde, os moradores sempre estiveram presentes, tanto nas reivindicações para ampliação do seu atendimento como nas campanhas de prevenção, principalmente no que diz respeito ao trabalho desenvolvido pelos carrinheiros no bairro, de constante convivência como

lixo, e à própria condição da Vila, com animais (cavalos e cachorros) soltos nas suas ruas, o rio poluído e a proximidade das casas. Foram diversos os momentos em que o posto de saúde esteve presente na luta dos moradores, sendo que atualmente existe o conselho local de saúde, com integrantes da comunidade e das instituições de saúde que organizam palestras e cursos em parcerias com outras entidades.

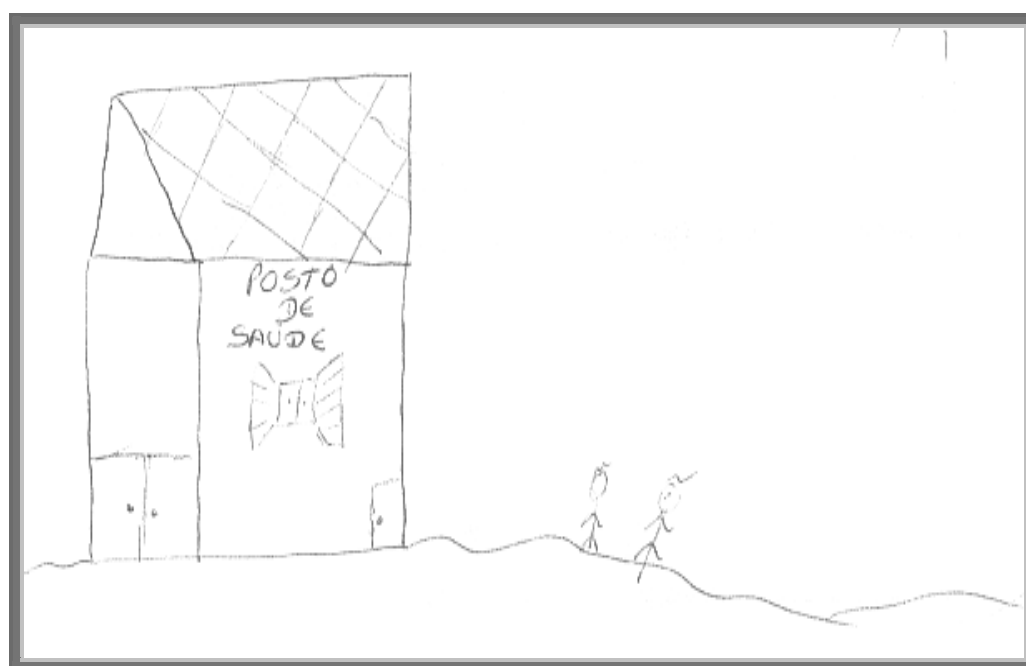
Abaixo as FIGURAS 23, 24 e 25 que demonstram o carinho pelo posto de saúde presente na vida da comunidade:



**FIGURA 23**  
**FONTE: BIANCHINI, 2005**



**FIGURA 24**  
**FONTE: BIANCHINI, 2005**



**FIGURA 25**  
**FONTE: BIANCHINI, 2005**

A respeito, existem ainda problemas e conflitos a serem resolvidos, sobretudo devido à alta demanda de atendimento, que ultrapassa a estrutura oferecida. Contudo, a estima e a valorização desse espaço é manifestada pelos funcionários e moradores. Vejamos alguns depoimentos:

Nossa equipe trabalha com desafios constantes, como manter a saúde da população da Vila das Torres, incentivar o auto cuidado com adesão aos hábitos saudáveis e aumentar o estímulo a participação comunitária; como algo fundamental para o crescimento da nossa comunidade e exercício da cidadania.(...) Gostamos de chamar pelo nome, saber da melhora de nossos pacientes, das crianças que nasceram, dos que voltaram do hospital, acompanhar seu crescimento. Sentimos que participamos da vida desta comunidade seja para momentos de felicidade ou tristeza. (Drª Jacqueline Horiuchi – autoridade sanitária local da Unidade de Saúde Capanema – Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, in LAZAROTO, 2004, p.75/76).

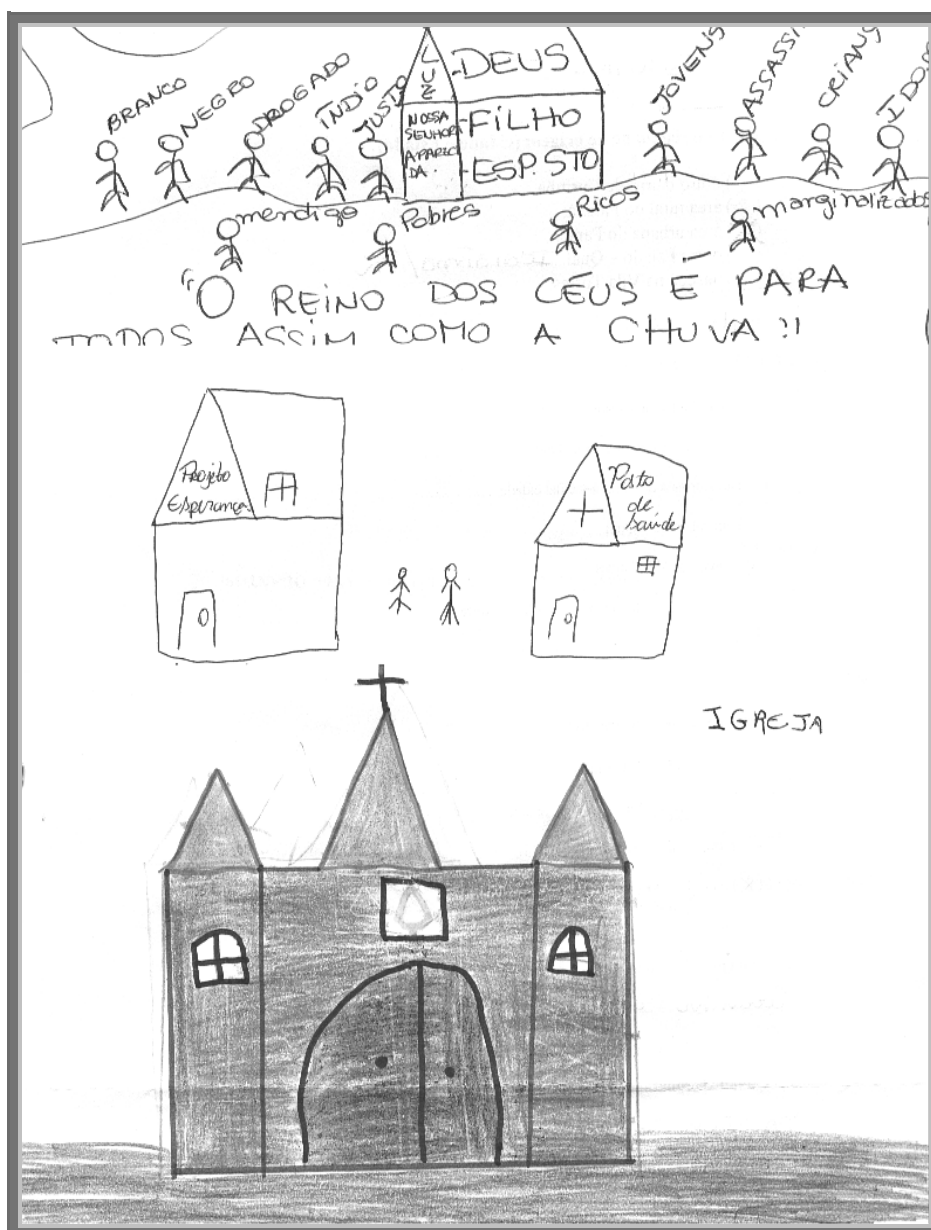
Os trabalhos que existem na unidade de saúde são realizados efetivamente pela comunidade, pois o conselho local de saúde tem poder de fiscalização e deliberação, é um grupo de entidades (50% de usuário, 25% representantes dos trabalhadores na unidade e 25% do gestor) que formam este conselho para dar respaldo ao trabalho da unidade e de cobrar, tendo a função como um representante da Vila. A participação de seus membros nas decisões e prioridades dos trabalhos é fundamental, inclusive em momentos de buscar soluções para problemas básicos, como consultas especializadas ou demora no retorno das consultas. (Ezequiel Bibiano, presidente do Conselho Local de Saúde – Unidade de Saúde Capanema – informação verbal).

Em relação às igrejas, pelo que as entrevistas e questionários revelam, além da fé, fator principal para o envolvimento e participação dos moradores nessas instituições, observamos duas ordens diferentes de atuação e significado que completam o vínculo igreja/morador: por um lado, a igreja constitui para muitos um espaço social, de encontro e lazer, onde se sentir valorizado, e no qual aflora a parte mística do devoto, principalmente nas igrejas evangélicas. Por outro, o espaço religioso canaliza a participação em melhorias para o bairro, a elaboração de projetos sociais que funcionam como um complemento na formação escolar, com bibliotecas, palestras, cursos, oficinas, reforços contra-turnos, cursinho pré-vestibular, e até mesmo para adquirir uma formação escolar através da alfabetização de adultos ou da escola de ensino fundamental Nossa Senhora da Esperança. Como se vê, a função assistencial às vezes abre caminho para a militância política. Enfim, todas estas atividades trazem sentimentos de respeito e identificação com essas instituições, que assim se destacam das outras que estão na Vila.

Como Irmãs Franciscanas Bernardinas buscamos em São Francisco de Assis o jeito de ser presença junto ao povo, tendo como objetivo primeiro o resgate da dignidade e a

valorização da pessoa como ser criado e amado por Deus. (...) Nossas atividades se desenvolvem no Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida situado à Rua Guabirrotuba, 770 e foi construído em forma de mutirão com o apoio de toda Comunidade. (LAZAROTO, 2004, P.77).

Temos a FIGURA 26 que retrata o carinho e a fé que alguns moradores tem em relação às igrejas que freqüentam:



**FIGURA 26**

**FONTE: BIANCHINI, 2005**

Como já dissemos, o mesmo não acontece com a escola pública, a creche e o posto policial. Este último, aliás, tem uma imagem que é antagônica com as outras instituições, pois representa violência, agressão, autoritarismo. Uma construção que se apresenta em desarmonia com a prática e existência das demais instituições e edificações sociais da Vila. Contudo, vale destacar que todas essas entidades, com maior ou menor aceitação pela comunidade da Vila, estabelecem uma relação com os moradores, deixando no seu espaço marcas de poder. Mesmo com as mudanças que algumas dessas instituições sofreram desde os tempos iniciais de sua participação na Vila, pode-se dizer que essas relações nunca deixaram de existir.

Mas estas ações não acontecem entre os outros moradores com as instituições públicas e privadas presentes em Curitiba? Talvez estas reflexões realizadas pelos moradores da Vila ocorram como forma de manifestação por estar num espaço limitado e diferente dos outros bairros vizinhos, sendo mais fácil de perceber e realizar uma leitura dos problemas que ocorrem. Porém, o que ocorre na Vila não seria também aquilo que a sociedade pensa e expõe como um todo? A expressão e os resultados tornam-se videntes na Vila pela aproximação entre os moradores, não sendo identificada em outros bairros que são considerados organizados?

Notamos estas relações entre os moradores e instituições quando perguntamos se essas estão atendendo a Vila Torres de maneira satisfatória. Uma minoria da comunidade elogia o poder público, citando alguns serviços que são oferecidos na Vila e que não existe em outros lugares, como o posto de saúde, as ruas organizadas, saneamento básico, os projetos sociais, a escola e a creche pública. Para esta parcela de moradores, não existiriam maiores melhorias porque os próprios habitantes do bairro não contribuíram para tanto, ou porque alguns só querem se beneficiar pessoalmente com o uso das entidades, como o caso citado da associação de bairro.

A maioria considera, porém, que as instituições públicas não cumprem com suas funções. Só se faz presentes em ano eleitoral, para depois simplesmente esquecerem seus oferecimentos. Dentro deste grupo de moradores, percebemos formas diferenciadas de criticar: alguns se manifestam com argumentos construídos e engajados numa visão política, outros com opiniões baseadas numa percepção sensível do aspecto da Vila, que acreditam poderia ser melhorado, pois ele veicula uma



imagem estética desagradável que termina criando atitudes discriminatórias por parte dos habitantes do entorno, como se disse anteriormente. O argumento neste caso é que a Vila com suas ruas sujas e esburacadas termina incentivando o descaso com a comunidade.

Citamos a música “Barraco de Favela” feita pela dupla sertaneja Galo de Ouro, integrada por dois moradores da Vila, e que retrata a relação de alguns moradores com o poder público:

Seu prefeito porque o senhor mandou demolir aquele casebre  
Que nos construímos com tanto trabalho,  
Para dar abrigo a umas famílias pobres e sofredoras  
Que vivem somente de pequenos salários para quebrar o galho.

Seu prefeito se o senhor pudesse atender o meu pedido,  
Devolvendo as casas que dependemos delas,  
Minha família ficaria honrada e muito feliz,  
Porque só me resta esse barraquinho aqui na favela.  
(LAZAROTO, 2004, p.69).

Daqueles que julgam criticamente a atuação dos governos, destacamos os seguintes depoimentos coletados nos questionários dos moradores:

“são negligentes com relação às políticas públicas para as crianças, adolescentes e juventude” M.V., “correndo sempre atrás do prejuízo, é preciso fazer atendimento de prevenção combatendo as causas dos problemas” E.B., “com descaso, falta de interesse e um compromisso com os moradores” L.R.S., “num geral, atende mais as questões paliativas (vale gás, vale qualquer coisa) que não são atitudes que orientem à cidadania verdadeiramente” V.L.G.L., “muito assistencialismo e pouco conscientização política/saúde” S.D.

Outro aspecto importante para nossas indagações sobre os espaços de representação surgiu quando perguntamos aos moradores sobre o que considerava demais original na Vila, aquilo que não viam em outros lugares de convivência ou onde já moraram. Em relação a esta questão, houve da nossa parte, a preocupação de sensibilizar o morador a pensar e analisar seu território, seu espaço vivido, além do simples assinalamento dos problemas existentes na Vila, comuns aliás a outros bairros da área urbana.

Novamente presenciamos a existência de um vínculo entre as pessoas e a Vila, algumas a compararam com o interior e a vida na zona rural, devido ao contato com os vizinhos pelos muros baixos e às trocas de alimentos preparados, pela presença de animais domésticos (cavalo, galinhas, cachorros, gatos) e de plantações de verduras e

hortaliças. Sentimentos de amizade, solidariedade, companheirismo, a cumplicidade das pessoas em se ajudarem, a união, a vontade de mudança, a humildade; ou seja, pareceres que expressam a gratificação de além da sua moradia e endereço, também conhecerem pessoas que possuem semelhanças nas histórias de vida.

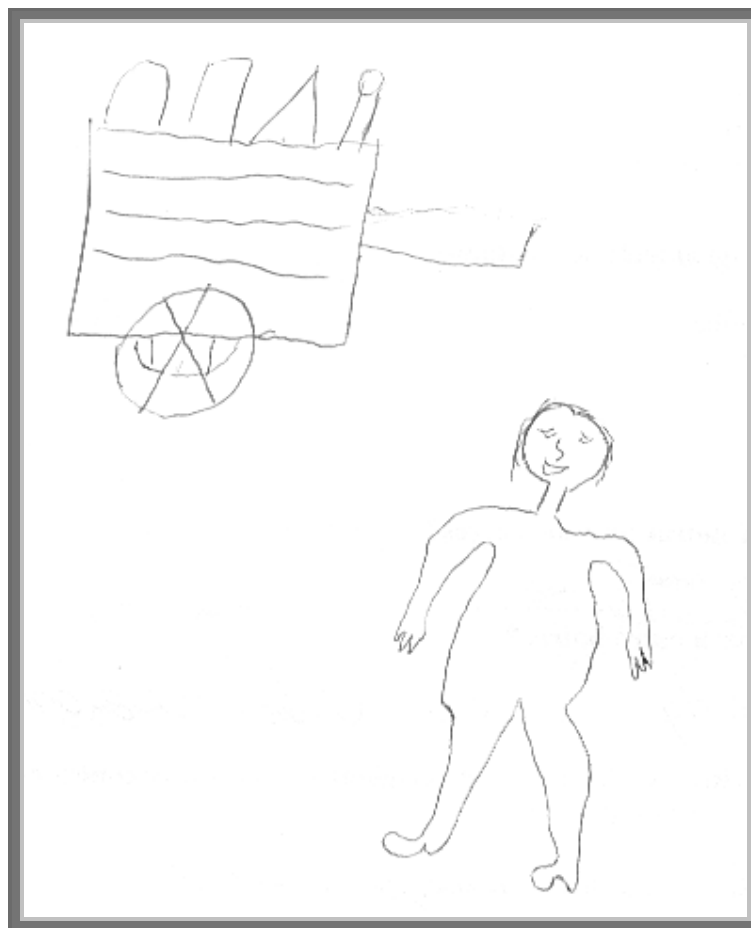
Em relação à infra-estrutura houve um reconhecimento generalizado de alguns serviços diferenciados que tornam a Vila privilegiada se comparada a outros bairros, por exemplo: o emprego para os catadores de papel e para quem trabalha na reciclagem, o número de pessoas morando por metro quadrado, faculdades próximas como a PUC, Faculdades Curitiba, antes a Tuiuti, que, também de fornecerem emprego para alguns, são locais próximos de estudo, projetos e muitas outras atividades para qualquer tipo de idade, comércio diversificado, coral da igreja, escolinhas de futebol, a escola de samba “Vai na rolha quem quer” e uma expressiva quantidade de entidades assistenciais. Seriam esses os fatores mencionados como diferentes, além daqueles já citados anteriormente.

Nas FIGURAS 27 e 28 a questão do emprego aparece em destaque:



**FIGURA 27**

**FONTE: BIANCHINI, 2005**



**FIGURA 28**  
**FONTE: BIANCHINI, 2005**

Um poema escrito por um morador (V.) retrata as condições atuais da Vila:

Mas junto com a associação nasceram outras instituições:  
 O MDF  
 O Clube de Mães  
 O Exército da Salvação  
 A Comunidade Gira Sol  
 As Creches  
 As Escolas  
 O Posto de Saúde  
 A Irmandade do Servo Sofredor  
 O Centro Comunitário Nossa Srª Aparecida  
 A Oficina de Corte e Costura Solidariedade  
 O Grupo de Jovens  
 Sinal que ainda há esperança.  
 É a luz no fim do túnel.  
 (PARANÁ, 2002).

O que atualmente é reivindicado em relação à infra-estrutura diz respeito melhorias que abrangem a questão do lazer, da cultura e educação, diferente do que foi

realizado na Vila dos Ofícios. A origem desta Vila que está inserida na própria Vila Torres, segundo depoimentos de moradores em princípio surgiu como proposta de oferecer um espaço físico nos quais foram construídos sobrados pela prefeitura, com opção para o morador de ter uma casa espaço para comércio e desenvolverem alguma atividade econômica. Mas como a maioria não possui capital suficiente para investir, houve muitas desistências e a dívida com a prefeitura em relação aos imóveis aumentou. Este projeto criou entre os moradores alguns conflitos pelo critério de seleção, que ninguém soube explicar, divisão social na Vila e a retirada dos moradores que antes moravam neste espaço. Pelos depoimentos, este projeto da Vila dos Ofícios foi mais uma idéia eleitoreira, pois não foram consultados sobre esta construção e a escolha do lugar.

A preocupação dos moradores mais velhos em relação aos jovens e às crianças é muito grande. Nesse sentido, as respostas contidas nos questionários destacam como proposta principal para esta faixa etária a concretização de projetos já existentes no município, como o farol do saber, atividades culturais como dança, música e oficinas de arte, da forma como já foram realizados em outras administrações municipais. Também cursos profissionalizantes que proporcionem empregos como forma de combate ao tráfico de drogas, à gravidez precoce e à violência, ou seja, a implementação de mais políticas sociais. O idoso aparece igualmente nas reivindicações para projetos sociais, no sentido de ampará-lo e orientá-lo tanto na alimentação como nas atividades diárias.

A preocupação com o Rio Belém também se faz presente, primeiramente porque convivem com a poluição do ar (mau cheiro) que ele provoca, mas também pelo fato de ser um rio que forma parte da Vila, pelo seu aspecto que reforça a imagem de sujeira e desorganização da Vila. Por mais que as pessoas morem em condições inadequadas, percebem que o seu território poderia ter um aspecto agradável, bonito e lutam por isso. Assim, a recuperação do rio seria um dos itens dessas reivindicações.

O outro ponto de destaque no desejo de implementar melhorias na infraestrutura da Vila, passa a ser a organização dos barracos do lixo que é coletado pelos carrinheiros e a organização de uma cooperativa ou associação desses trabalhadores que os orientaria melhor na sua atividade, como, por exemplo na concentração do lixo

coletado em lugares específicos e na relação com os outros moradores. Nem todos os habitantes da Vila trabalham nessa atividade, portanto, a reclamação é grande por parte da comunidade, pois o lixo aparece amontoado nas ruas, o que gera problemas, como doenças e o aparecimento de animais peçonhentos, além de contribuir para o mau aspecto do espaço.

Muitos acreditam que a prefeitura poderia desenvolver campanhas de fiscalização e orientação para a limpeza da Vila, junto com incentivos de financiamentos em parceria com a COHAB (Cooperativa de Habitação) ou de orientação técnica, para transformar os barracos de madeira em casas de alvenaria e para os cuidados básicos. Tudo isso influenciaria no aspecto e aparência da Vila: “aspecto visual: fazer com que os moradores se preocupem mais com o embelezamento local como flores” V.L.G.L.

Para não acontecer aquilo que alguns moradores descreveram em relação à discriminação por morarem na Vila:

Um ser humano ao primeiro sinal que ele bate o olho em outro,  
Não deve julgar o outro pela aparência nem pelo lugar onde mora,  
Mas pelo caráter e suas atitudes,  
Independentemente de cor, raça ou sexo.  
Esse é o lema da nossa bandeira,  
Liberdade e justiça para todos.  
(LAZAROTO, 2004, p.88).

De todas as reflexões e reivindicações coletadas se depreende a insatisfação dos moradores da Vila Torres com a situação em que se apresenta o seu território, o seu espaço vivido, assim como a busca de melhorias para a parte física da Vila. Outro aspecto que ressalta é a preocupação com o bom relacionamento entre as pessoas e as entidades presentes no bairro.

Por outro lado, nota-se nos depoimentos que os objetivos, angustias e perspectivas manifestadas pelos moradores podem ser diferentes de um para outro, e que isso não depende tanto do grau de escolaridade como da experiência de vida. Assim, notamos que as respostas que tiveram semelhanças não estão relacionadas à faixa etária e sim à vivência da pessoa e principalmente ao seu envolvimento nas mobilizações e organizações da Vila, como também à simbologia que representaria esse novo espaço conquistado.

Como já citamos, Soja (1996) acredita fundamental para a definição daquilo que considera o “terceiro espaço” (espaço vivido ou espaços de representação), o resultado da interação entre a prática espacial, ou seja, o espaço percebido ou primeiro espaço, e as representações do espaço também denominado como espaço concebido ou segundo espaço. De igual importância é o fato de as pessoas buscarem não apenas um espaço físico para suprir suas necessidades imediatas e básicas, mas tentar criar e construir uma identidade, um sentimento com esse novo território.

Some as relações de poder, destacamos que estas se estabelecem entre os moradores e as instituições e entre eles mesmos, dependendo de cada situação. Com as instituições existe uma diferença, pois a relação com os moradores, tanto nas decisões como nas mobilizações para conseguirem, no passado, às necessidades básicas para a Vila, quanto para ampliar os serviços, a participação e o envolvimento da comunidade, apresenta-se em constante negociação. Para chegar a esta conclusão, consideramos os depoimentos que reconhecem a estrutura da Vila, assim como aqueles que se critica sua ausência ou precariedade, ou o modo como são implementados os projetos pelas instituições.

Entre os moradores, a relação de poder se manifesta na cobrança de manter a Vila organizada e limpa ou na crítica pelo não envolvimento e participação nas mobilizações e reivindicações da maioria, daqueles que simplesmente delegam a responsabilidade para o outro. Isso reafirma aquilo que Foucault destaca sobre os mecanismos do poder, quando muitos acabam acatando as decisões dos outros por pura acomodação ou irresponsabilidade, ou seja, o poder existe muitas vezes com o consentimento do outro.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o objetivo proposto para analisar os espaços de representação e as relações de poder presentes na Vila Torres, sob a ótica de valorizar o cotidiano e as experiências dos moradores na construção de suas territorialidades e visava detectar as marcas de poder que aí se fortaleceram, disseminando sua influência através de construções estrategicamente edificadas como símbolos de comando e eficácia, acreditamos ter cumprido esta tarefa.

Notamos também que a experiência desses moradores por melhorias na Vila, não apenas estão pautadas na questão econômica, mas também na necessidade de se reconhecerem como cidadãos participativos, atuantes e sensibilizados com a condição em que viviam, a fim superarem os obstáculos de infra-estrutura da Vila.

Consideramos que as “marcas de poder” presentes na Vila Torres, as quais denominamos serem algumas instituições, como: escolas, creches, posto policial, centro de formação, etc., se fortaleceram e delimitaram suas influências e construções estrategicamente edificadas como símbolos de comando e eficácia e a relação delas com os moradores são diferenciadas, pois apresentam objetivos diversificados entre si. Denominamos estas marcas como sendo reflexo das representações sociais construídas ao longo do tempo e as relações envolvidas que resultaram para estes moradores em produções simbólicas e afetivas.

Os objetivos específicos em descrever as características da Vila, as estruturas que consideramos principais na construção dos espaços de representação e nas relações de poder entre os moradores e instituições privadas e públicas foram devidamente comprovadas com as entrevistas e questionários.

O contato com os moradores demonstrou para a pesquisa, a importância do cotidiano nas relações sociais e como a organização fez com que conseguissem superar as dificuldades, preconceitos e contrastes em relação aos bairros vizinhos e de adquirirem orgulho, carinho a esse território que consideram especial em suas vidas como resultado de um espaço construído coletivamente entre seus moradores e amigos. O vínculo entre essas pessoas excede qualquer transtorno do dia-dia, a

solidariedade e a afeição sobrepõem os problemas econômicos e as discrepâncias físicas com os bairros de seu entorno.

Os autores que utilizamos para a nossa análise teórica foram fundamentais para ampliar nossa visão, pois nos possibilitaram conhecer fundamentos que nos ajudaram a levantar hipóteses sobre alguns aspectos instigantes para a pesquisa e constatar.

Esses autores, principalmente Foucault e Lefébvre, com suas investigações sobre os espaços de representação, especificamente o espaço vivido e as relações de poder, nos permitiram trazer para os estudos da geografia um trabalho de análise e identificação da manifestação desses conceitos num espaço urbano com divisas razoavelmente limitadas por seus próprios moradores.

A partir dos resultados obtidos, poderíamos ter pesquisado outros territórios, como os dos bairros vizinhos da Vila Torres, como Jardim Botânico e Prado Velho, mas isso demandaria um tempo maior e nos desviaria do objetivo principal, estudar a Vila e suas peculiaridades.

Um tema que descobrimos durante a pesquisa e através das leituras, e que passamos a destacar, diz às marcas de poder presente nas reflexões, sobre como representam as manifestações do poder em nossa sociedade e como isso é considerada importante nas relações pessoais, mesmo naquelas que se estabelecem afetivamente.

Foucault tornou-se um precursor na discussão desses assuntos, que antes eram tidos como específicos apenas das instituições públicas ou privadas. Suas colocações nos possibilitaram perceber quão enraizado está o poder nas relações cotidianas do complexo social, seja no plano familiar ou interpessoal. E é claro que isso se aplica perfeitamente à sociedade brasileira.

O que gostaríamos de destacar em Foucault é sua sensibilidade para perceber que o poder não circula somente pelos corredores das grandes instituições sociais, das quais o homem comum é banido, mas que ele se manifesta também nas ações cotidianas das pessoas, mesmo naquelas que parecem mais insignificantes. Essa perspectiva, desafiadora de seu tempo, pela originalidade e veracidade é hoje referência inestimável para estudos como o que aqui apresentamos.

Com a leitura de suas obras, aprendemos a superar certos critérios e conceitos ortodoxamente enraizados na exclusividade da luta de classes como explicação para



todos os eventos do conflito social. As tentativas de entendimento da dinâmica da sociedade não podem mais desconsiderar a importância do cotidiano na formação das redes do poder e seu significado. Porém, muitas vezes, o movimento social ignora e despreza esta questão, voltando as costas para o fato de que o incentivo às pessoas a participar e se engajar na luta social soa as diferentes identificações que aconteceu na sua realidade cotidiana.

Por mais que haja teoria, formação acadêmica e/ou política, o que motiva os moradores a somarem esforços conjuntos são, em primeiro lugar, as necessidades que o cotidiano impõe. Seguidamente, os aspectos afetivo e simbólico complementam essa reunião de esforço, dando lugar a formas de representação que valorizam a sua participação como membros de uma organização em movimento. Não fosse isto, as marcas de poder que identificamos (igrejas, postos de saúde e policial, escolas e creches, centro de formação) não teriam adeptos e simpatizantes.

Lefévre também foi fundamental para este estudo, sobretudo quando discutimos o papel do cotidiano. Seu conceito de espaço de representação ou espaço vivido foi inovador e importante para a visualização e valorização de uma terceira alternativa para entender a influência do que ele chama de território nas sociedades, e que define como o resultado da prática dos movimentos sociais com as instituições.

Este conceito merece destaque em Lefévre, pois embora algumas das suas obras retratem a luta de classes nos moldes marxistas, principalmente quando o tema se refere à vida urbana, percebe-se nelas que sua proposta do espaço vivido ou terceiro espaço, como Soja (1996) designa em seu livro, tem influência na construção de uma sociedade igualitária. Assim como Foucault, Lefévre recebe críticas da ortodoxia marxista, que os considera traidores ou reformistas das do pensamento revolucionário que aborda a luta de classes.

Conseguimos identificar, através de entrevistas selecionadas e quantitativas semi-estruturadas, depoimentos e pelos questionários qualitativos semi-abertos com os moradores, que a convivência entre pessoas de estados, cidades e/ou experiências diferentes, quando se estabelece sobre objetivos ou motivos de sobrevivência os mesmos leva ao desaparecimento dessas diferenças. Inclusive, pessoas de instituições envolvidas nesses movimentos, que não moram nesse território e resolvem colaborar,

terminam criando ligações de amizade, companheirismo e identificação com os moradores. É o caso da coordenadora da Pastoral Operária, Marilde Briski, uma das responsáveis pelo Centro de Formação Santo Dias, como já destacamos, quando lhe perguntamos sobre a origem dos motivos que levaram a participar dos movimentos na Vila Torres.

Verificamos que o movimento pela saúde está presente na Vila desde a sua origem, quando migrantes de diversas partes do Paraná vieram a Curitiba em busca de tratamento médico nos hospitais que se localizam no seu entorno (Hospital Psiquiátrico Nossa Sr<sup>a</sup> da Luz, Cajuru). Posteriormente, com o apoio de algumas instituições, esses moradores perceberam seu poder para reivindicar uma unidade e logo o conselho local de saúde, o que significou a conscientização dos seus direitos por parte desses moradores, a partir de uma necessidade imediata.

A única lamentação dos moradores com respeito a algumas das entidades que transformam a Vila em fonte de pesquisas e informações, é o desrespeito para com a comunidade, que significa a falta de retorno dos resultados obtidos. A comunidade percebe a relação de uso à qual é submetida por muitos que dela se aproximam pedindo ajuda e colaboração para algum tipo de estudo. Geralmente, essas pessoas simplesmente desaparecem depois de obter o que precisavam, não contribuindo para nada com a comunidade que os acolheu. Queremos enfatizar com isso, a responsabilidade social que o pesquisador deve ter com a sociedade, pois, em todos os casos, ele trata com seres humanos, com sentimentos e esperanças, e não apenas com um mero dado coletado.

Para as pessoas que passaram pela experiência de se sentirem cobaias ou números resulta bastante difícil prestar uma nova colaboração. Nós mesmos pudemos sentir essa problemática quando trabalhamos em entrevistas e questionários na prática docente do ensino de geografia na rede pública. Por isso nossa preocupação é justamente a de apresentar por escrito à comunidade os resultados de nossa pesquisa, como também possibilitar algum retorno social aos moradores. Nossa contribuição se deu através do “Cursão da Vila”, com o qual colaboramos como professora voluntária nos finais de semana durante dois anos.

O nosso intuito é continuar participando e colaborando com os programas desenvolvidos pela Pastoral Operária através do Centro de Formação Santo Dias. Destacamos que a responsabilidade do estudante da universidade pública deveria se manter durante todo o período em que for aluno da instituição, em respeito à sociedade que nos mantém através dos impostos que paga, e em retribuição ao privilégio de ser um dos 1% da população brasileira que usufrui desse espaço formativo.

A experiência de realizar uma pesquisa que concilie base teórica com estudo de caso colabora para que o pesquisador amplie seus objetivos e o capacite para um conhecimento mais profundo e integrado da realidade.

### FONTES

BALBINO, E. **Entrevista concedida pelo Presidente do Conselho de Saúde, Unidade Capanema, Curitiba.** Curitiba, 13 de dezembro de 2005.

BIANCHINI, F.A. **Vila Torres.** 2006. 7 fotos: p & b, várias dimensões.

\_\_\_\_\_. **Desenhos realizados pelos moradores da Vila Torres.** Visões dos moradores sobre a Vila Torres, 2005.

\_\_\_\_\_. **Gráficos diversos sobre os dados coletados da Vila Torres.** 2005

BRISKI, M. **Entrevista concedida pela Coordenadora do Centro de Formação Santos Dias e representante da Pastoral Operária, Curitiba.** Curitiba, 04 de dezembro de 2005.

LAZZAROTO, A. **Como ela é: A Vila das Torres contada por seus moradores.** Curitiba: Ed. Linguaruda, 2004.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABBAGNAMO, N. **Dicionário de Filosofia.** Trad. Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

ARAÚJO, I. L. O espaço em Foucault. **Revista Paranaense de Geografia AGB-Curitiba**, Curitiba, nº 05, 2000.

BECKER, K. B.; COSTA, R. H.; SILVEIRA, C. B. (Org.). **Abordagens Políticas da Espacialidade.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1993.

BEGA, M. T. S. A Região Metropolitana de Curitiba e as Mobilizações Populares: análise de algumas experiências recentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento – IPARDES**, Curitiba, nº 96, 1999.

BETTANINI, T. **Espaço e Ciências Humanas.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. (org.). **Estatuto da Cidade: política urbana e cidadania.** Rio Claro: Laboratório de Planejamento Territorial e Geoprocessamento IGCE-UNESP, 2000.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso.** 7ª ed, Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

CALDEIRA, T. P. do R. **A Política dos Outros.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

CIGOLINI, A., MELLO, L. e LOPES, N. **Paraná – quadro natural, transformações territoriais e economia**. 3ª ed, São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.

CORRÊA, R. L. **Monumentos, política e espaço**. Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. IX, núm. 183, 2005.

CURITIBA. Diretoria de Turismo da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba (CIC), Urbanização de Curitiba (URBS) e Curitiba Turismo. Linha Turismo - Curitiba de jardineira, 2005.

DAVANSO, S. M. **Meio Ambiente e Gravidez na Adolescência: Um estudo de desenvolvimento humano em uma Vila de Recicladores de Lixo em Curitiba, PR**. Curitiba, 2001. Tese de Doutorado. DMA-UFPR.

DIAGNÓSTICO NA BASE PRODUTIVA DO PARANÁ: ANOS 80. Curitiba: Ed. Ipardes, 1991.

ESCOBAR, C. H. (Org.). **Michel Foucault (1926-1984) – O dossier – últimas entrevistas**. Trad. Ana Maria da Glória R. da Silva. Rio de Janeiro: Ed. Taurus, 1984.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 18ª ed, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2003.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. 29ª ed, Petrópolis Vozes, 2004.

FIRKOWSKI, O. L. F Industrialização e ação do estado. Considerações sobre a Região Metropolitana de Curitiba. **RA' E GA** – Departamento de Geografia – UFPR, Ano I, nº01, 1997.

GARCIA, F. E. S. **Cidade Espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Ed. Palavra, 1997.

GIL FILHO, S. **Igreja Católica Romana: Fronteiras do Discurso e Territorialidade do Sagrado**. Curitiba, 2002. Tese de Doutorado. DH-SCHLA-UFPR.

\_\_\_\_\_. Geografia: no templo desedificado da globalização. **Revista Paranaense de Geografia, AGB-Curitiba**, nº 01, 1996.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a teoria do uso do solo urbano a partir de categorias analíticas marxianas. **Revista Paranaense de Geografia, AGB-Curitiba**, nº 02, 1997.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

LEFÉBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **O direito à Cidade.** 2ª ed, São Paulo: Centauro Editora, 2001.

LEBRUN, G. **O que é poder.** 14ª ed, São Paulo: Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, nº 24, 2003.

MARTINEZ, M. M. C. (Org.). **Exercitando a cidadania.** Curitiba: Ed. UFPR, 1997.

MAY, T. **Pesquisa Social – Questões, Métodos e Processos.** 3ª ed, Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004.

MENDONÇA, F. A; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de epistemologia da geografia Contemporânea.** Curitiba: Ed. UFPR, 2000.

MORAES, A. R. **Geografia pequena história crítica.** 9ª ed, São Paulo: Ed. Hucitec, 1990.

\_\_\_\_\_. **Ideologias geográficas.** 2ª ed, São Paulo: Ed. Hucitec, 1991.

MOURA, R. Concentração e exclusão na RMC. **Revista Paranaense de Geografia, AGB-Curitiba**, nº 03, 1998.

OLIVEIRA, D. **Curitiba e o mito da cidade modelo.** Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

OLIVEIRA, M. A. C. **Curitiba 1900-1973 – Da espacialidade rural-extrativista à Cidade Jardim.** Curitiba, 2000. Tese de Doutorado – UFPR.

PARANÁ. **Caderno Estatístico sobre o mercado de Trabalho de Curitiba.** SETP – CRT – Agência do Trabalhador de Curitiba. Coordenadoria Estadual do SINE – CESINE, nº 02, Curitiba, 2003.

PARANÁ. **Comunidade da Vila Torres.** Depoimentos, verdades e violências – Plano Nacional de Segurança Pública – Governo do Paraná, Curitiba, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ed. Ática. Série Temas Geografia e Política, v. 29, 1993.

RIBEIRO, D. M. Curitiba e o novo arranjo metropolitano brasileiro. **Revista Paranaense de Desenvolvimento – IPARDES** nº 91, 1997.

RIBEIRO, J. R. Foucault, Político – Filosofia da Loucura. **Cult**, São Paulo, 81, 2004.

ROSA, R. M. Poder e Disciplina em Michel Foucault. **Revista da PUCSP-NCA**, São Paulo, pp. 09-29, nov. 1996.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo.** 4ª ed, São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **A natureza do Espaço**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. 2ª ed, São Paulo: Ed. Hucitec, 1991.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed, São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

SMANIOTTO, M. **Os guardadores de veículos automotores no centro de Curitiba: uma abordagem sócio-econômica e a formação da territorialidade**. Curitiba, 2001. Dissertação – UFPR.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas – A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Trad. Véra Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_. **Thirdspace – Journeys to Los Angeles and Other Real and Imagined Places**. Oxford: Blackwell Publishers Inc, 1996.

SPÓSITO, M. E. B. Espacialidade, cotidiano e poder. **Revista Paranaense de Geografia, AGB-Curitiba**, n. 01, 1996.

SOUZA, N. R. **Planejamento urbano, saber e poder: governo do espaço e da população em Curitiba**. São Paulo, 1999. Tese – USP.

THOMPSON, P. **A voz do Passado – História Oral**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

TREVISAN, D. **Em busca de Curitiba perdida**. 6ª ed, Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para Apresentação de Documentos Científicos**. Curitiba: Editora da UFPR. V. 6: Referências, 2001.

\_\_\_\_\_. **Normas para Apresentação de Documentos Científicos**. Curitiba: Editora da UFPR. V. 7: Citações e notas de rodapé, 2001.

\_\_\_\_\_. **Normas para Apresentação de Documentos Científicos**. Curitiba: Editora da UFPR. V. 8: Redação e Editoria, 2001.

ULTRAMARI, C., MOURA, R. **Metrópole - Grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: Ed. Santa Clara – IPARDES, 1994.

## ANEXO

## QUESTIONÁRIO

**NOME:** \_\_\_\_\_(opcional)

**NASCIMENTO:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ **SEXO:** ( ) Feminino ( ) Masculino

**ESTADO CIVIL:** \_\_\_\_\_

**FILHOS:** ( ) Sim ( ) Não **QUANTOS:** \_\_\_\_\_

**OCUPAÇÃO:** \_\_\_\_\_

**RELIGIÃO:** ( ) Católica;  
 ( ) Evangélica - Qual: .....  
 ( ) Umbanda ou Candomblé;  
 ( ) Outras: .....

**1. Qual é o seu lugar de origem (cidade e Estado)?**

- ( ) outro bairro de Curitiba.  
 ( ) área rural do Paraná – Qual cidade: .....  
 ( ) área urbana do Paraná – Qual cidade: .....  
 ( ) outro Estado – Qual:.....  
 ( ) nasceu na Vila Torres.

**2. Qual foi o motivo de vir morar na Vila Torres?**

.....

**3. Quando perguntam para você o local aonde mora, como você responde?**

.....

**4. Gostaria de se mudar para outro bairro?**

( ) sim ( ) não Por quê?.....

**5. O que você acha que existe na Vila Torres de original, que não se encontra em nenhum outro bairro de Curitiba?**

.....



**6. O que representa para você a Vila Torres?**

.....

**7. Você utiliza algum serviço nas instituições existentes próximas da Vila Torres (PUCPR, Senac, bancos, comércios, Medianeira, etc)?**

(    ) sim      (    ) não    Qual? .....

**8. Se você pudesse melhorar o bairro, o que faria? Têm alguma coisa que mudaria?**

.....

**9. Como você acha que a prefeitura e o governo estadual estão atendendo a Vila Torres?**

.....

**10. Representar por meio de um desenho o que a Vila tem de mais significativo para você:**